UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

HYTALO KANEDO DE LIMA FERNANDES

"MEU FUTURO SÓ DEUS SABE":
AS VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE GOIÂNIA

GOIÂNIA
2017

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: HYTALO KANEDO DE LIMA FERNANDES

Título do trabalho: "MEU FUTURO SÓ DEUS SABE": AS VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE GOIÂNIA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Hytalo Kanedo de Lima Fernandes
Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:

Dijaci David de Oliveira
Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 03 / 08 / 2018

HYTALO KANEDO DE LIMA FERNANDES

“MEU FUTURO SÓ DEUS SABE”:
AS VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE GOIÂNIA

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira
Banca: Profa. Drª. Najla Franco Frattari; Profa. Drª. Telma Ferreira do Nascimento Durães
Suplente: Profa. Drª. Michele Cunha Franco

GOIÂNIA
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fernandes, Hytalo Kanedo de Lima
"Meu futuro só Deus sabe": as vulnerabilidades da população em situação de rua de Goiânia [manuscrito] / Hytalo Kanedo de Lima Fernandes. - 2017.
155 f.

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2017.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. População em situação de rua. 2. exclusão social. 3. violência. I. Oliveira , Dijaci David de , orient. II. Título.

CDU 316

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

HYTALO KANEDO DE LIMA FERNANDES

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2017, às 09h, na Sala de Reunião da Diretoria (AT-05) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de defesa da dissertação do mestrando **HYTALO KANEDO DE LIMA FERNANDES**, intitulado *"Meu futuro só Deus sabe": as vulnerabilidades da população em situação de rua de Goiânia.* A Banca Examinadora foi composta pelo/as seguintes: Professor Doutor Dijaci David de Oliveira (UFG - Presidente), Professora Doutora Telma Ferreira Nascimento Durães (UFG) e Professora Doutora Najla Franco Frattari (IFG). O mestrando apresentou o trabalho, o/as examinador/as o arguiram e ele respondeu às arguições. Às 11 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao mestrando os seguintes resultados:

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado
Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira _____

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado
Profa. Dra. Telma Ferreira Nascimento Durães _____

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado
Profa. Dra. Najla Franco Frattari _____

Resultado Final Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Eliane Gonçalves coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Eliane Gonçalves _____

AGRADECIMENTOS

A minha mãe e meu pai, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

Aos meus irmãos, Diego e Maycon.

Aos meus segundos pais, tia Júlia e tio Adilson, que me abrigaram como filho em sua casa quando a vida tratou de aprontar suas rasteiras.

Ao restante da minha família, que me proporcionou ajuda e acolhida.

Aos meus amigos e amigas desde o ensino médio e cujo agradecimento fiquei devendo no TCC: Karina, Jackeline e João, que dias monótonos teriam sido sem vocês.

A Pollyana, Sérgio e João Paulo, pelo convívio e cumplicidade nos dias bons e ruins ainda durante a graduação.

Ao Bruno, Chico, Bia, Guilherme, Karen e Matheus por me aguentarem esses anos até quando eu não me aguentava e por se manterem próximos mesmo quando seguimos caminhos diferentes.

A Suellen, prima-irmã, pela trajetória que construímos para além do parentesco sanguíneo.

Ao meu orientador Dijaci, pelas direções e paciência estratosférica.

E, entre tantos outros agradecimentos possíveis, lembro-me de me agradecer. Obrigado Hytalo, pela imensa capacidade de ter se mantido resiliente nesses últimos árduos 3 anos.

“Aperte o cinto. Será uma vida turbulenta.”

(Joey Potter)

“(...) nós vivíamos no regime militar, mudou pra democracia, só que até hoje ninguém pode falar. Só os grandes podem falar; só os grandes podem ter dinheiro, só os grandes podem ter tudo! Existe uma palavra, uma coisa escrita lá na bandeira do Brasil, ‘ordem e progresso’, ordem para pobre e progresso para os ricos. ”

(Manuel)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **18**
1. CAPÍTULO 1 - PESSOAS ERRANTES **22**
1.2. Exclusão social sob perspectiva **26**
1.2.1. Pobreza, trabalho e marginalidade **28**
1.3. Do paradigma da velha exclusão social para a nova **41**
1.4. Crítica ao termo exclusão social **43**
2. CAPÍTULO 2 - PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA **47**
2.1. O Censo da PSR de Goiânia - 2015 ..... **50**
3. CAPÍTULO 3 - VITIMIZAÇÃO DA PSR E REDE ASSISTENCIAL **79**
3.1. Vitimização da População em Situação de Rua **83**
3.2. Instituições assistenciais em Goiânia **98**
3.3. Abrigamento da PSR em Goiânia – Casa da Acolhida Cidadã(CAC) e Complexo 24h (SOS) **106**
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS **121**
REFERÊNCIAS **123**
ANEXOS **136**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil da população de Goiás e Goiânia de 1980 a 2010 ..... **52**
Tabela 2: População em situação de rua por cor e raça **55**
Tabela 3: população de Goiânia por estado civil **56**
Tabela 4: População em situação de rua por categoria de idades **56**
Tabela 5: PSR por tempo em situação de rua **57**
Tabela 6: População em situação de rua por escolha de Goiânia **58**
Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado de Goiás e munícipio de Goiânia **59**
Tabela 8: População em situação de rua por escolaridade **62**
Tabela 9: PSR X População do Município* de Goiânia em relação ao trabalho **65**
Tabela 10: PSR do munícipio de Goiânia que possui alguma profissão **65**
Tabela 11: PSR que atualmente exerce alguma atividade remunerada **67**
Tabela 12: índice de Gini do estado de Goiás e munícipio de Goiânia **71**
Tabela 13: Porcentagem de renda e pobreza do estado de Goiás **72**
Tabela 14: Situação da população vulnerável na categoria trabalho e renda do estado de Goiás e município de Goiânia **75**
Tabela 15: Corpos encontrados no IML 2014 ..... **86**
Tabela 16: Motivos que levaram a PSR a estar em nas ruas **87**
Tabela 17: PSR por vitimização **88**
Tabela 18: Agentes das violências contra a PSR no município de Goiânia **91**
Tabela 19: Vitimização por tipo de crime **92**
Tabela 20: Categoria de idade por tipo de crime **93**
Tabela 21: Sexo da vítima por tipo de crime **94**
Tabela 22: Consumo de substâncias psicoativas **95**
Tabela 23: Tipo de substância por frequência de uso **96**
Tabela 24: Categoria de idade por tipo de substância psicoativa **96**
Tabela 25: PSR que recebe algum tipo de auxílio do Governo **106**
Tabela 26: Benefícios recebidos do Governo pela PSR **106**
Tabela 27: Atividade remunerada exercida relacionada por situação de acolhimento **114**
Tabela 28: Estado de origem dos abrigados **116**
Tabela 29: Quantidade de idosas e crianças por mês **117**
Tabela 30: Encaminhamentos por mês da Casa da Acolhida **117**

Tabela 31: Localização da PSR por idade x local **119**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PSR em Goiânia, por local de abrigo **53**
Gráfico 2: PSR em Goiânia, por sexo **53**
Gráfico 3: Profissões da PSR do município de Goiânia.....**66**
Gráfico 4: Atividades remuneradas exercidas pela PSR do município de Goiânia.....**68**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil da população de rua em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.....**49**

Quadro 2: Histórico das normativas para a PSR no âmbito do SUAS.....**102**

Quadro 3: Termo de compromisso da Casa de Acolhida Cidadã.....**109**

Quadro 4: Estrutura administrativa Casa da Acolhida **115**

Quadro 5: Estrutura administrativa SOS **118**

Quadro 6: Fluxo de atendimento SOS.....**119**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nível de escolaridade da população adulta do estado de Goiás com 25 anos ou mais.....**60**

Figura 2: Nível de escolaridade da população adulta do município de Goiânia com 25 anos ou mais **61**

Figura 3: População economicamente ativa do estado de Goiás e do município de Goiânia **64**

Figura 4: Participação % masculina nos homicídios por arma de fogo no Brasil.....**77**

Figura 5: Taxa de homicídios por arma de fogo (por 100 mil), por idade simples no Brasil.....**77**

Figura 6: Vitimização de negros nos homicídios por arma de fogo, por Estado no Brasil **78**

Figura 7: taxa de homicídios por Estado no Brasil.....**84**

Figura 8: taxa de homicídios por capitais no Brasil **85**

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAC	Casa da Acolhida Cidadã
CAIS	Centro de Atenção Integrada à Saúde
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
Comitê Pop Rua	Comitê Gestor Municipal Intersetorial da Política Nacional Para a População em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCS/UFG	Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUMDEC	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
GM	Guarda Metropolitana
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HC	Hospital das Clínicas
HUGO	Hospital de Urgências de Goiânia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
MDS	Ministério do desenvolvimento Social e Combate a fome Nacional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NECRIVI	Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência
NES	Nova exclusão social
NOBSUAS	Norma Operacional Básica de Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
OVG	Organização das Voluntárias de Goiás
Paço Municipal	Palácio das Campinas Venerando de Freitas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PC	Polícia Civil
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFMC	Piso Fixo de Média Complexidade
PM	Polícia Militar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial

PSR	População em Situação de Rua
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SSP-GO	Secretaria de Segurança Pública de Goiás
SUAS	Sistema único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VES	Velha exclusão social

RESUMO

Nos últimos anos têm crescido os estudos sobre as populações em situação de rua no Brasil. Embora metodologicamente distintas, essas pesquisas têm revelado um padrão de características desses indivíduos muito semelhante, o que tem desvendado como estão articuladas as vulnerabilidades de determinados grupos na sociedade. Essas fragilidades relacionam-se com a pobreza, o desemprego, a exclusão social, assim como a problemática questão racial no Brasil, elucidando como esses problemas facilitam situações potencialmente violentas. Apesar de o Brasil ter elevado, de maneira geral, a sua qualidade de vida nas últimas décadas, houve uma mobilidade socioeconômica muito frágil enquanto a distribuição da renda continuou bastante concentrada. Essa dissertação busca, assim, através do diagnóstico dos dados socioeconômicos da População em Situação de Rua goianiense e da sua vitimização, expor as situações de vulnerabilidade e violência a que ela está submetida, e também destacar como funcionam e estão estruturadas as políticas assistenciais no Brasil e em Goiânia para essa população.

Palavras chave: População em situação de rua, exclusão social, violência

ABSTRACT

In the last few years, there has been a surge in the number of dissertations on the homeless population in Brazil. Despite their methodological differences, they all have revealed a very similar pattern in the characteristics of the individuals, which in turn has shed light on the vulnerability of certain social groups. This fragility is related to poverty, unemployment, social exclusion as well as the troubled race relations in Brazil, all of which help elucidate how these factors contribute to potentially violent situations. Albeit an overall increase in the standards of life in the country over the last few decades, improvements in socio-economic mobility have been small with a persistent wealth concentration all along. This essay aims to lay open the situations of violence and vulnerability to which the homeless are subjected in the city of Goiânia, in addition to highlighting the social and public policies and their structure in the country and in the aforementioned city, mainly through an analysis of socio-economic data of the target population.

Keywords: homeless, social exclusion, violence

INTRODUÇÃO

A situação de rua diz respeito a um fenômeno que atravessou as sociedades rurais de maneira esporádica e ganhou força com o Renascimento e o reaparecimento das cidades impulsionadas pelo surgimento do modelo capitalista, portanto, não se caracteriza por ser um acontecimento atual na história de várias sociedades ocidentais. As ruas se constituíram como lugares de ofícios, sobrevivência, bem como de exposição dos problemas causados pelas privações materiais e simbólicas que esses indivíduos tinham ao viver sem moradia e trabalho, (BURSZTYN, 2000).

Esses indivíduos trazem consigo um longo histórico de problemas sociais vinculados a questões como o desemprego, a migração, violência urbana e rural, entre outros fatores que permitiram a criação de uma situação de vulnerabilidade que os levaram às ruas. Contudo essas variáveis possuem um grau de variabilidade para explicar a realidade conforme se diferencia as cidades, países e regiões, (ARAUJO, 2000). A população que mora nas ruas é responsável por trazer a luz as múltiplas trajetórias de rompimento e desvinculação desses sujeitos com as estruturas sociais já estabelecidas tais quais, as formas de vínculos sociais, e a questão do trabalho no sistema capitalista, e nos apresenta a face mais perigosa dos mecanismos de exclusão social e consequentemente da desvaloração da vida humana.

Estar na situação de rua se torna um marcador social da ausência de direitos e na consumação da concepção desses indivíduos como passiveis de serem descartados. Essa exclusão pode ser concebida tanto pelo o uso da violência física causado por agentes policiais, pelo uso de tecnologias de segurança de controle e vigilância ou por agentes urbanos, (moradores, comerciantes) que coagem a PSR com atitudes ofensivas e humilhantes, ou de maneira mais extrema pelo seu extermínio (FRANGELLA, 2004).

Desde agosto de 2012 a capital de Goiás vem vivenciando em amplo aspecto uma prática de extermínio da sua população em situação de rua (PSR). A sequência dos crimes se iniciou no dia 12 de agosto de 2012, com a morte de um jovem de 22 anos por um soldado da Polícia Militar (PM). Tendo como referência esse caso, foram ao todo 61 pessoas assassinadas até maio de 2015[1], tendo seu ápice acontecido em junho de 2013.

A explicação por parte da Polícia Civil (PC) para esses crimes teve como resposta principal o consumo de drogas e o tráfico. Foi descartada a hipótese de os homicídios estarem relacionados por outros fatores. O grande número de assassinatos e a constante

[1] Goiânia teve 61 moradores de rua mortos em três anos, segundo estudo coordenado por Oliveira e Santibanez (2016).

reprodução das notícias na mídia local fez com que a polícia prometesse intensificar as ações para coibir os crimes.

Entretanto, esses assassinatos chamaram a atenção do Governo Federal que, diante da inércia do município e do governo do Estado, pediu a federalização dos casos. A medida foi tomada após a solicitação da então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Rosário, que tinha como pressuposto que havia evidências de que um grupo de extermínio fosse o responsável pelos assassinatos, explicação que era veementemente negada pelas instituições policiais e governo estadual.

Diante desse cenário de pressão por parte das organizações, principalmente ligadas aos direitos humanos, o município de Goiânia, amparado no Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 do Governo Federal que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cria por decreto de lei em abril de 2013, o Comitê Gestor Municipal Intersetorial da Política Nacional Para a População em Situação de Rua - Comitê Pop Rua (GOIÂNIA, 2013).

O Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 é importante no que diz respeito a estabelecer relações entre a população de rua e o Estado. Tais como criar e incentivar mecanismos de recebimento de denúncias de violências praticadas contra a PSR, e fomentar melhorias em Políticas Públicas voltadas para essa população. Se destaca também a necessidade de construção de centros de defesa em direitos humanos para essas pessoas, bem como também criar centros de atendimento para amparar esses indivíduos no âmbito da proteção social especial do Sistema único de Assistência Social (SUAS).

Com o "Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas" do Governo Federal, que disponibilizou verba específica para um sistema de co-financiamento de serviços do SUAS, o Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome Nacional (MDS) passou a oferecer trabalhos socioassistenciais por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua (CREAS POP), em cidades com mais de 250 mil habitantes.

O Decreto Nº 7.053, também tentou na sua construção promover a integração de áreas como a saúde, educação, previdência, moradia, entre outras, assim como a inserção desses indivíduos nos programas de transferência de renda do Governo para tornar as políticas públicas para essa população mais abrangentes tanto pelos governos locais quanto na esfera Federal.

Apesar desse Decreto, da criação da instituição POP Rua em Goiânia e dos avanços, essa população não só aqui como em todo o território nacional continua se

caracterizando por sua precariedade extremada devido à falta ou condições dignas de trabalho e relações sociais fragilizadas (Castel, 1997), essa população se vê suscetível a enormes ocorrências de violências físicas e simbólicas. Marginalizadas, excluídas dos direitos políticos sociais e diferenciada por um processo de socialização que os colocam na situação de indiferença social, sem oportunidades, direitos, relegadas ao processo de extermínio simbólico e material de suas vidas.

É visível que se encontrando em situações de precariedade e de risco, os moradores e moradoras de rua estabelecem redes de sociabilidade que visam a proteção dos seus companheiros e companheiras e de si próprios. Essas redes não estão estabelecidas somente entre os moradores, mas com órgãos governamentais e instituições como igrejas que amenizam as situações precárias dessa população. E é através dessas redes que muitas das pesquisas sobre essa população são concebidas.

Recentemente é possível observar um crescimento de pesquisas cujo foco seja entender as dinâmicas dessa população. Houve um aumento dos estudos que priorizam o aspecto censitário de tal forma que a ampla gama de conceitos e metodologias para suas elaborações permitiu o desenvolvimento de metodologias e políticas para esse segmento populacional, mas também dificultou a comparação do resultado dessas pesquisas devido a grande variedade de métodos, (POLEY, 2006).

O estudo proposto nesta dissertação tem como objetivo pensar a realidade dos moradores em situação de rua a partir da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI), com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que permitiu a construção e elaboração do Censo e perfil da PSR na cidade de Goiânia.

No primeiro capítulo falarei sobre o referencial teórico que norteou/norteia os estudos e pesquisas referentes à PSR. O objetivo é buscar compreender a realidade dessa população através dos conceitos e categorias trabalhados pelos/as autores/as. Portanto, questões sobre a definição de pobreza, alguns aspectos da conceituação e importância da categoria trabalho e principalmente a explanação do tema exclusão social serão descritos neste capítulo.

No segundo capítulo trabalhei com as informações socioeconômicas fornecidas pela realização do Censo da PSR conjuntamente com os dados do estado de Goiás e de sua capital Goiânia. Dessa forma serão analisadas questões relacionadas ao perfil dessas populações como renda, ocupação, escolaridade, entre outras. O propósito dele foi expor como estão articulados esses indicadores socioeconômicos procurando esclarecer quem

são essas pessoas que vive nas ruas.

Por fim, no terceiro capítulo procurei fazer, com o apoio do referencial teórico e dos dados expostos no segundo, um diagnóstico das situações de fragilidade que a PSR em Goiânia é submetida, principalmente através da sua vitimização. Dessa maneira busquei entender como o perfil e as mortes dessas pessoas expõem os problemas sociais estruturais e de que maneira as políticas sociais do munícipio almeja combater essa condição de exclusão na tentativa de reinserção desses indivíduos.

1. CAPÍTULO 1 - PESSOAS ERRANTES

O presente capítulo tem como finalidade discutir correntes teóricas para elucidar o entendimento das causas que levam as pessoas a estarem em situação de rua. Assim, essa seção discorrerá sobre conceitos e temas importantes como pobreza, marginalidade, trabalho e exclusão social, tendo por objetivo explanar como essas questões contribuem para analisar os dados obtidos em Goiânia do Censo e Perfil das pessoas em situação de rua.

O andar a esmo que tipifica a situação de rua foi sempre corriqueiro nas cidades do mundo antigo até as dos dias atuais, seja por motivos econômicos ou político-sociais. Na Idade Média é possível perceber que para cada conjuntura social e cultural se criou representações diferentes em relação a aqueles sujeitos que estavam nas ruas. Esses sujeitos eram e são constantemente caracterizados como perigosos, carentes, aqueles que (não) trabalham e que são vagabundos entre outros termos e categorias que pretendiam diferenciar esses indivíduos (STOFFELS, 1977).

Essas categorias tinham por função diferenciar aqueles que viviam e estavam nas ruas. Com a passagem do tempo esses "personagens" acabaram por se adaptar ao espaço das cidades ganhando várias significações conforme as experiências da urbanidade. O que foi comum, segundo Frangella (2004), é que as figuras dos errantes sempre se colocaram em uma posição à parte nas convenções sociais estabelecidas nas cidades. O ato de vagar, que também ficou conhecido como vadiar foi, ao longo dos séculos, se reconfigurando e a imagem e o contexto político-social dessas pessoas foram modificados (STOFFELS, 1977).

Entretanto, apesar das mudanças que por muito foram feitas por autoridades e pesquisadores a respeito das representações dessa população, esses também, em certa medida, a colocaram como *outsiders* (BECKER, 2008), definindo-a como excluída dos modelos sociais vigentes. Contudo, Frangella (2004) faz uma crítica de que os estudiosos desse assunto, ao tentarem caracterizar as situações estruturais que levam os indivíduos às ruas, por vezes caíram no erro de estigmatizar ao longo da história as pessoas dessa população como figuras desempregadas, sem ligações com territórios ou família, pobres, entre outros, que acabaram por dar um aspecto atemporal a identidade desses indivíduos quando, na verdade, essas populações mudaram suas representações ao longo do tempo. Nessa perspectiva temos, por exemplo, uma rejeição em parte dessas pessoas, com a passagem do tempo, de serem nomeadas como mendigas. Uma vez que dentro do

contingente de pessoas em situação de rua também existem hierarquias sociais e a mendicância é mal vista por uma parte desses indivíduos.

Uma vez que não está integrado nas sociedades urbanas, o vagabundo, errante, se vê num processo de alteração do seu status que se modifica conforme as estruturais sociais se transformam nas sociedades. Esses indivíduos não desaparecem do cenário urbano, ele continua lá ainda que seja tornado invisível nos processos sociais (FRANGELLA, 2004). O movimento itinerante vivenciado pela população de rua entra em conflito com a "ordem sedentária" (percepção que existia um lócus territorial e simbólico de trabalho, moradia e lazer já estabelecidos e pouco flexíveis), que por deter a visões dominantes de modelos de organização econômico-social acabam por criar o estigma a esses povos. Aqueles/as que viviam suas vidas sem emprego ou casa nos moldes padrões (ordem sedentária) e que estavam em um ciclo de deslocamento contínuo começaram a ter sua existência taxada como amedrontadora ou perigosa.

Geremeck (1995) observa que a mobilidade entre os "vagabundos" no fim da Idade Média se explicava pela ordem social quando dizia respeito ao caráter migratório dentro uma rede social que a controlava, ou seja, a vadiagem só era socialmente aceita quando a migração tinha uma finalidade determinada por alguma instituição social ou por alguma razão infligida ao itinerante. Frangella (2004), pontua que isso ocorre até os dias atuais. A migração e circulação de pessoas só é compreendida e aceita como condição passageira e não como modelo de vida. Ainda, segundo a autora,

> Dessa forma, quando a perambulação era – e é ainda – justificada dentro da moralidade da busca de trabalho, mais amplamente legitimada, essa relação de estranhamento se atenuava. Mesmo assim, o imaginário em torno dos errantes os marcam como agentes poluidores, perigosos; mais contemporaneamente, como fracassados. (FRANGELLA, 2004, p.39)

Os movimentos migratórios e errantes são resultados de algumas realidades históricas tais como a retirada de terra dos camponeses, mudanças econômicas substanciais, falta de emprego bem como guerras, doenças e catástrofes naturais. Ainda que esses deslocamentos tenham um fator primordial ele não permite necessariamente o enquadramento em uma nova ordem social para os quais esses itinerantes se deslocam. Isso não quer dizer, contudo, que novas formas de se alocar no espaço urbano não sejam possíveis, elas são e estão intrinsicamente ligadas aos recursos de sobrevivência e identidades criadas por essas populações viventes nas ruas (FRANGELLA, 2004). Porém, seja qual for a nova realidade criada pelos movimentos migratórios e por aquela população, elas estão constantemente designadas a limitações sociais e suscetíveis a medidas repressivas como a proibição de circulação em determinados espaços.

Essas classificações de errantes e vagabundos, segundo Frangella (2004), nos ajuda a pensar a PSR nos dias atuais, uma vez que, muitas características descritas ainda estão presentes na contemporaneidade. Assim temos Magni (1994), que trabalhou com a recapitulação do mendigo e "vagante" na Idade Média. Para o autor, as linhas de demarcação e circulação nesse período eram bem limitadas, de tal forma que com a constante circulação de pedestres, animais e meios de locomoção colocavam ricos e pobres em contato, favorecendo a construção de grupos ou identidades consideradas ameaçadoras, a cidade era um local de alta concentração de pessoas e objetos (RODRIGUES, 1999). Deste modo, Magni (1994), considera que aqueles chamados de pobres se caracterizavam de forma ampla por pessoas não ligadas aos senhores feudais ou algum tipo de artesão e também aqueles doentes que não poderiam trabalhar e que, portanto, eram vistos como potencialmente ameaçantes, tendo como fonte de sobrevivência a mendicância.

A mendicância era a possibilidade primeira dessa população, no entanto segundo o autor essa categoria também incluía aqueles que eram delinquentes, vadios ou criminosos que utilizavam desse meio para criar uma imagem de indigência. Dessa forma nesse período histórico essa categoria mendigo foi dividida entre aqueles verdadeiros e os mendigos falsos que compunham basicamente por pecadores ou camponeses e artesãos, empobrecidos e sem empregos. Assim até os tempos atuais

> O mundo dos mendigos, de sua aparência degradada e vulnerável, aparece nas paisagens urbanas. Da sua itinerância, que incluía as pequenas distâncias entre um burgo e outro, até a circulação contínua dentro dos limites extensos das metrópoles contemporâneas, o mundo da mendicância continua produzindo performances da indigência autênticas e falsas, misturando categorias diversas cujas distinções ficam nubladas na propriedade do anonimato das ruas. De qualquer modo, os mendigos, os "incapazes" e os "vagabundos" passaram a ser a imagem eternizada do fenômeno da errância nas cidades. (FRANGELLA, 2004, p.40)

Aqui, a Igreja entra em cena. Durante um período, essa instituição contribuiu para que a pobreza que compunha a situação de mendicância fosse vista como passível de caridade e piedade, atribuindo um valor positivo ao sofrimento proporcionado pela miséria. Magni (1994), todavia, ressalta que por motivos como crises sociais e econômicas que se alastraram espalhando a miséria, a Igreja passou a condenar a "errância". A instituição religiosa passa nessa época a fazer parte do universo de apoio e controle dessa população fundamentando, segundo o autor, a "a política dos pobres" (MAGNI, 1994, p.24) para os desassistidos.

Ademais as medidas repressivas foram cada vez mais duramente impostas a essa população com o passar dos anos. Entre o século XVI e o século XIX várias mudanças sociais, de ordem natural e econômica contribuíram para o aumento exorbitante dessa população. Esse fato ligado à baixa infraestrutura das cidades para receber esse contingente populacional, endureceram as leis contra a mendicância e a vadiagem, porém, sendo incapazes de conter o seu avanço. Marx (2008), por outro lado no Capital, considera que a vadiagem foi considerada crime para desenvolver o trabalho industrial. Esses processos resultaram num novo limite para as cidades, das funções executadas, "separando corpos", tornando lugares menos suscetíveis a circulação de determinados indivíduos (SENNET, 1997), bem como definindo a finalidade social que cada indivíduo teria no modelo social e econômico capitalista, (MARX, 2008)

Assim, o status moral vigente entre os séculos XVII e XVIII, que era baseado na ideia de progresso resultando no melhor aproveitamento do espaço e das suas funcionalidades, associado com o aumento da exploração da força de trabalho, tornam a indigência um crime moral e econômico (SENNET, 1997). Essa preocupação com a formatação urbana e seus modelos sanitários vigentes promoveram exclusões sociais de uma grande população até o final do século XIX, que criou a imagem de desempregados e miseráveis como poluidores e bandidos (FRANGELLA, 2004).

É entre o século XIX e começo do século XX que um novo perfil itinerante surge, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e Brasil. Esse novo perfil é composto pelo trabalhador imigrante. Esse se baseia na necessidade que a revolução industrial provocou de uma força trabalhadora migratória que trabalhasse nas cidades e além dos territórios nacionais de origem. Nesse processo, enquanto aumentava as medidas repressivas, as ajudas filantrópicas voltadas para essa população também cresciam. Brandon (1973 apud FRANGELLA, 2004, p, 42) considera que o tratamento recebido pelos imigrantes passou da forma de caridade para se tornar mais orientador e ter um processo mais educativo. Sendo as instituições filantrópicas responsáveis pela provisão na França e na Inglaterra, fato que só mudou quando a guerra forçou as autoridades estatais a tomar o controle da situação. No Brasil, segundo Sposati (1989), a assistência social surge no período colonial por meio de ações da Coroa Portuguesa, como a legalidade da mendicância, atrelada com a construção do conceito de pobreza que na época era definida pela pratica de pedidos de esmola e cujos indivíduos recebiam caridade regulamentada por decreto. Contudo, as instituições que exerciam essas funções de auxílio social não tinham um papel social delimitado. Ainda hoje, são as instituições

filantrópicas, como as Igrejas de variadas denominações, que fornecem grande apoio e serviço à PSR. O estudo do processo histórico que elucida as desvinculações sofridas pelas populações migrantes, como a não integração social e a falta de vínculos a sistemas produtivos estabelecidos, bem como as formas de resolução para esse problema, ainda hoje reverbera nas pesquisas sobre as populações em situação de vulnerabilidade social. Essas vulnerabilidades associadas às pesquisas sobre a pobreza e o trabalho nas sociedades modernas contribuíram para que a noção de exclusão social fosse desenvolvida como categoria que permitisse explicar a organização social de várias sociedades e em como se dão seus processos de inclusão e pertencimento social.

1.2.EXCLUSÃO SOCIAL SOB PERSPECTIVA

Nessa parte do trabalho procuro mostrar como se deu a construção do campo de pesquisas sobre a exclusão social, na tentativa de compreender as estruturas sociais que permitem as situações de desprestígio e vulnerabilidade de determinados grupos sociais dentro das sociedades. É exposto nessa seção algumas definições para esse termo e em como ele foi aplicado e criticado ao longo do processo de sua consolidação conceitual.

Exclusão social é o objeto de estudo de variados/as autores/as no mundo como Rosanvallon (1995), Santos (1995), Castel (1999) Touraine (2000), Kowarick (1991, 1994), Sposati (1996), Oliveira (1997) e Veras (1999) e tem provocado calorosos debates sobre a sua empregabilidade científica e técnica. De maneira geral, esse termo auxilia no estudo de realidades contrastantes que nos permite uma noção do que é estar e ser incluído em determinado grupo social e, consequentemente, o que é e como é o processo de estar de fora dele através do estudo das condições históricas desse processo (POZZO, FURINI, 2010).

Fretigné (apud ZIONI, 2006) nos apresenta quatro etapas dessa conjuntura histórica da construção do termo exclusão social. A primeira está relacionada a questões de moradia/pobreza e questões psicológicas. A segunda, caracterizada pelos inaptos pelo progresso; a terceira, a aqueles que foram atribuídos como marginais e deficientes e, por fim, os novos pobres e a consolidação do termo exclusão social. Respectivamente de maneira sintetizada, temos que no contexto europeu, depois da Segunda Guerra Mundial, havia um grande déficit de moradia devido à destruição provocada pela guerra. Houve um grande aumento da PSR, da pobreza urbana, aliado com um período extenso de desemprego tanto para os imigrantes, quantos para minorias étnicas (DUPAS, 1999). Assim, o interesse social da época era voltado para o campo da habitação e da inserção urbana como forma de superar os problemas relacionados da pobreza. Os pobres num

primeiro momento eram isentos de parte da responsabilidade de sua situação, sendo vistos como trabalhadores viventes na miséria.

Com a diminuição dos problemas de moradia, se percebe que ainda sobra um contingente da população que estavam incapacitados a nova ordem de desenvolvimento, o que faz com que os governos não saibam como agir em relação a esses indivíduos. São então taxados como "pobres de longa data, pessoas mentalmente desiquilibradas, infelizes desprovidos de toda esperança, homens e mulheres enfraquecidos ou corrompidos pela vida, cuja readaptação à sociedade constitui-se como tarefa imprescindível" (FRETGNÉ, 1999, p.53).

Com isso foi proporcionado como política de governo, moradias de aluguel temporárias para trabalhadores, com o objetivo de readaptar esses indivíduos a nova sociedade pós-guerra. Contudo, essa política que deveria ser transitória se tornou uma forma fixa de moradia e junto a ela a estigmatização dessas pessoas como potencialmente ameaçadoras, uma vez que essa política lembrava as práticas medievais de contenção de indivíduos tarados, pobres, loucos (ZIONI, 2006). Desta forma, essa população acabava por ter suas possibilidades de sociabilidade, trânsito e trabalho reduzidos nas cidades, como afirma Paugam (apud ZIONI, 2006), aqueles que viviam na localidade dos pobres despertava o mau olhar dos comerciantes e empregadores.

A partir da década de 70, há uma inversão de como se pensava a pobreza e os problemas sociais, (SILVER, 1995), (CAMPOS et al, 2003). Antes atribuída somente aos indivíduos, esses problemas passaram a ser entendidos como uma incapacidade de a sociedade como um todo inserir seus membros (PAUGAM apud ZIONI 2006). Nesse período acontece a explosão de movimentos de contracultura e, como um dos mais conhecidos, temos Maio de 68 que ajudou na construção de uma ideia em que a marginalidade fosse uma opção conscientemente escolhida pelo desvio (ZIONI, 2006). É nessa época, precisamente em 1974, que surge *Les exclus, un francais sur dix*, obra de René Lenoir que teria formatado o termo "exclusão".

Por fim, a partir dos anos 1980 com as transformações nos processos produtivos, inovações tecnológicas e crises relacionadas ao mercado do petróleo foi alterado substancialmente o mercado de trabalho nos índices de oferta e demanda que levaram a um grande desemprego, mesmo com a tentativa de flexibilização das legislações trabalhistas. A questão econômica então ganha destaque pelo fato de a nova pobreza corresponder a uma população cuja colaboração na vida econômica e também social seria estruturalmente fortuita, (FRETIGNÉ, apud ZIONI. 2006). Dessa forma, nos anos de

1990, questões ligadas à marginalidade, precariedade, desemprego e questões culturais tornaram-se centrais e a exclusão social ganhou corpo para a explicação dessa realidade tendo virado questões de políticas governamentais dentro da lógica de produção capitalista.

1.2.1. POBREZA, TRABALHO E MARGINALIDADE

É preciso trazer aqui a discussão dos/as autores/as que trabalham/trabalharam esse tema que ganhou força teoricamente a partir dos anos 90 (ainda que muitos desses estudos tenham sido realizados antes desse período) para que possamos entender como essas definições ajudaram a consolidar o campo dos estudos sobre a exclusão social.

Escorel (1999) ao estudar esse contexto, demonstra que a pobreza de determinadas populações, que já era observável no tecido social brasileiro desde o período abolicionista, passa a ser enfrentada através dos preceitos cristãos e da noção de caridade para diminuir a situação de miséria das pessoas que viviam nas ruas, de forma a suprir algumas de suas necessidades. Contudo, com a reforma protestante, os sofrimentos originários da pobreza perderam os sentidos religiosos e de redenção,

> Ao contrário do catolicismo, que acenava para os pobres com sua primazia na entrada do reino de Deus, a ética protestante considerava a riqueza no mundo terreno um sinal divino e uma obrigação espiritual. Nessa passagem há a perda do valor espiritual superior conceito a pobreza, o qual fazia dela o modo de vida dos bem-aventurados, eleitos ou bons, assim como há um corte na concepção paternalista tradicional da caridade privada que deixa de redimir quem a realiza[...] A noção de pobreza, que inspirava inclusive a criação de ordens mendicantes, foi substituída por outra mais mundana que orientava a caridade segundo a capacidade e aptidão dos homens no trabalho, (ESCOREL, 1999, p. 33).

Assim surge, nas sociedades pré-industriais, a figura do vagabundo, e o esforço para erradicar essa figura nos mostra sua importância decisiva, conforme destacou Castel (apud ESCOREL 1999) ao falar sobre os trabalhadores assalariados. A pobreza, nesse período, passou a ser designada como "castigo natural da preguiça" devido a crescente mão de obra a ser explorada. A recusa a fazer parte dessa nova ordem de exploração intensiva deveria ser punida (ESCOREL, 1999).

No período colonial Brasileiro, após a escravatura eram considerados "pobres" aqueles indivíduos que não se transformavam em trabalhadores, vistos como uma ameaça à ordem social (VALLADARES, 1991). Escorel (1999), ao resgatar, os escritos de Valladares, nos mostra que a autora teve como contribuição mapear o desenvolvimento das representações de pobreza no Brasil, tanto a partir da abolição da escravidão quanto da instituição da República, estudando principalmente as relações dos tipos sociais

senhorial-escravista para burguês-escravista. Para Valladares (1991), o pobre era aquele que morava em condições precárias em cortiços ou favelas nos centros das cidades sendo necessário a esses indivíduos a imposição da disciplina do trabalho. A pobreza era vista como algo individual e potencialmente contagiosa, excitando a desordem.

Com o passar do tempo a pobreza começou a ser associada à vida rural. É nela, na suposta preguiça e do desinteresse dos habitantes rurais que surge a noção do Jeca Tatu. Nascimento (1994), ao analisar em seu livro os aspectos dos projetos nacionais de desenvolvimento no Brasil e de que forma eles estavam associados aos processos de exclusão social, procurou mostrar como a pobreza no mundo rural era vista como condição ligada a aspectos tradicionais do campo e no suposto desinteresse dos trabalhadores rurais a se submeterem a novas lógicas sociais de trabalho das cidades. Entretanto, com o avançar da migração rural para a cidade e a inserção de grande quantidade de trabalhadores/as não qualificados/as aparece um novo contexto de pobreza.

> A medida que as expectativas de inserção laboral eram frustradas – pois o fluxo da força de trabalho foi sempre superior a demanda de mão de obra - acabava por se constituir um amplo contingente de subempregados ou desempregados disfarçados pelo exercício de atividades intermitentes, irregulares, semilegais ou mesmo ilegais. Algumas das figuras emblemáticas desse período foram os 'biscateiros' e os 'camelôs' (VALLADARES apud ESCOREL 1999, p.36)

É nesse contexto que a pobreza, segundo Escorel (1999), passou a ser considerada como uma responsabilidade social e deu fôlego para a construção da "teoria da marginalidade". A marginalidade é um conceito que invoca a oposição entre centro/periferia e ela funciona atribuindo uma posição dentro de uma estrutura social. Em certo contexto estava às margens aqueles que não podiam ou tinham acesso a riquezas e benefícios o que lhes confeririam, conforme narra Escorel, uma subalternidade ou inferioridade.

Dessa forma, a palavra "marginal" esteve atrelada no vocábulo comum para designar aqueles que estavam à margem da "ordem moral e social vigente" e com ela a associação de palavras como vagabundo, perigoso de maneira a associar pobres a indivíduos a serem temidos, (ESCOREL, 1999, p. 39), por não estarem vinculados pelo sistema produtivo. Assim, segundo Kowarick (1985), apesar da teoria ter uma percepção de que haviam pessoas postas à margem e passíveis de serem reinseridas através do desenvolvimento econômico, a "marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse em última análise, em uma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial" relacionados às questões trabalhistas, e esses

benefícios estavam ligados basicamente a trabalhadores formais.

O trabalho ganha uma centralidade para guiar essa discussão. Cardoso (2011), traz a reflexão que a categoria trabalho se transformou num objeto de pesquisa que ocupou espaço significativo nos estudos e debates que pretendem analisar as complexas manifestações político-sociais e econômicas nas sociedades, visando compreender sua organização e o indivíduo na esfera individual. O trabalho, segundo o autor, se impôs como categoria primordial para o entendimento do homem em sua relação com a natureza, na formação de sua consciência e, consequentemente, para entender a sociedade. Para Cardoso (2011, p.267) "o trabalho é pensado como elemento de mediação entre as necessidades subjetivas e as necessidades do outro", sendo esse fato importante para entender como se estabelecem as relações sociais. Nessa mesma linha de raciocínio, Heloani (2003, p.124) acrescenta que:

> O trabalho pode ser visto pelo menos sob duas perspectivas. A primeira se refere à relação, observável em qualquer momento histórico, entre o homem e a natureza, transformando-a em algo útil. A ação humana de transformar a natureza para seu próprio proveito implica também na transformação do próprio homem. Tal condição se reconfigura em vários momentos históricos, que se diferenciam, e constitui a segunda perspectiva: a relação social entre os homens.

Heloani chama atenção num primeiro momento para a transformação da natureza em produtos motivada pelas necessidades básicas de sobrevivência humana, quando o trabalho passa a se diferenciar nas sociedades e ganha novos significados conforme seus contornos culturais, econômicos e sociais este, e suas formas de organização, se transformam em uma ferramenta capaz de proporcionar o controle, a coesão e o entendimento das relações sociais. É através da forma que o trabalho se estrutura e como se dá esse processo que muitos pesquisadores procuraram explicar questões sociais e a formação de identidades nacionais. Kowarick é um desses autores. O pesquisador analisou a construção do mito da vadiagem e em como o trabalho foi estruturado no Brasil, desde o período escravocrata.

Kowarick (1987) ressalta que o período colonialista e escravocrata brasileiro foi caracterizado pela falta de existência de um mercado de trabalho. Esse período foi marcado pela falta de mão de obra assim como de mercadorias. O autor vai chamar atenção que o mercado capitalista e a centralidade do trabalho vão sendo construídos ao longo do século XX no Brasil. Essa discussão é importante porque a categoria trabalho corresponde a uma vertente de autores que vão trabalhar a fragilidade do trabalho

informal, e consequentemente pensar a exclusão social como um dos fatores que contribuem para a situação de rua.

Esse período histórico brasileiro nos traz a percepção em como nossa construção social e econômica foi construída no binarismo procedente do grande proprietário de terra monocultor versus escravos. Essa característica tendia a solapar as possibilidades de integração social de trabalhadores livres e pobres que acabavam por estar em um lócus precário para o desenvolvimento das suas relações sociais, uma vez que essa estrutura escravista, que tinha por função a "limitação da vida" resumia as possibilidades a questões de sobrevivência. Esse cenário não se modifica mesmo com a abolição da escravatura perdurando até a proclamação da República (COSTA E SILVEIRA, 2013).

Kowarick (1987), assim como Paranhos com o estudo do seu livro O Roubo da Fala (1999), vai apontar que o "mito da vadiagem" foi o elemento que sempre esteve presente quando o assunto transcorreu para o " Trabalho Livre Nacional". Esse mito da vadiagem não é fruto da representação de trabalhadores nacionais e, segundo Kowarick (1987), não representa uma ideologia ou opinião que se espalhou ingenuamente ao longo do tempo. Ele foi antes de qualquer coisa, uma estratégia articulada que visava sustentar o modelo escravocrata inicialmente e depois utilizar dos trabalhadores imigrantes para diminuir a falta de mão de obra livre no Brasil.

Esse fato decorre incialmente da ideia de que os trabalhadores livres eram incapazes de serem disciplinados dentro de regras e normas e serviam de exemplo em como o trabalho deveria ser imposto, contra a vontade, em determinados grupos sociais (escravos). Posteriormente, baseados em princípios raciais excludentes, com o fim da escravidão a migração de europeus foi vista como saída para o preenchimento de mão de obra, uma vez que o trabalhador livre era indisciplinado e os negros incapazes, para solucionar a falta de trabalhadores, mas a migração também foi um mecanismo para propiciar o branqueamento da população brasileira.

Para Costa e Silveira (2013), o mito da vadiagem esteve presente em vários períodos históricos do Brasil e se apresentou de diversas formas conforme o objetivo de quem enunciava seu uso. Ele chama atenção para o fato que até mesmo os declarados liberais e democráticos não foram capazes de tornar invisível as práticas escusas e coercitivas no período da Primeira República. A recente República brasileira continuou barrando direitos sociais, a participação popular. Os autores refletem que

> A República seguiu restringindo a participação popular, impondo ordem sem cidadania, progresso sem distribuição equânime da renda nacional e participação popular restrita a superação dos traços de

> negatividade com que foi revestido o trabalho na sociedade escravista e à respectiva reorganização do mundo do trabalho com base em contratos civis de locação de serviços onde mulheres e homens pobres e pauperizadas/os se constituíram em trabalhadoras/es disciplinadas/os, fatores do progresso material da Nação, explicitando a convergência das práticas sociais às representações de ordem, progresso e sociedade civilizada que circulavam no país desde meados do século XIX. (COSTA E SILVEIRA, 2013, p, 4)

Kowarick (1987) argumenta que uma parte considerável da população livre, compostas por uma população negra liberta, brancos e indígenas, assim como a mistura étnico-racial desses grupos, sobrevivia em condições de pobreza e suas atividades não passam da capacidade de produzir para a subsistência. A outra parte era formada por agregados ou moradores que viviam em torno das fazendas, e que forneciam aos seus proprietários serviços pequenos. Por si só essa realidade já expunha a instabilidade dessa população nesses locais devido à necessidade de permissão dos senhorios.

Contudo, essas realidades de trabalho nas fazendas não prenderam esses trabalhadores livres por muito tempo, fato que se deve a não conformação desses trabalhadores de aceitar as mesmas regras para execução dos seus trabalhos que eram forçadas aos escravos. Assim temos o surgimento da pecha de pessoas vadias, não adaptáveis ao trabalho disciplinado, imprestáveis, uma vez que esses trabalhadores prefeririam a liberdade à aceitação de atividades escravizantes, mesmo que para isso o preço fosse a condição de uma vida miserável. Kowarick sublinha a questão magistralmente,

> Recusando o trabalho disciplinado nas fazendas, pôde dispor da fertilidade das terras, da pesca, caça ou coleta, que proporcionavam o mínimo para viver com larga margem de ócio e lazer. Fugindo dos rigores da produção organizada, passou a ser visto pelos dominantes como corja inútil, ralé instável, vadio que para nada servia. Durante os horrores da escravidão, foi forçado à vida errante, ao expediente ocasional ou até mesmo à esmola, pois trabalhar significava a degradação de sua liberdade. (KOWARICK, 1987, p. 115).

Assim, com a abolição da escravatura, se passou as tentativas de introjetar o trabalho disciplinado como forma de organização familiar e social. Essa nova e rigorosa disciplina de uso do tempo em um local específico de trabalho visava obstruir nos trabalhadores livres aquilo que era considerado como hábitos de ociosidade ou preguiça e visava à construção de um discurso e de uma identidade de Nação.

No que tange ao trabalho livre em território brasileiro, ele começa disciplinado e tem como característica a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores imigrantes. A população de trabalhadores livre locais era considerada, pelas elites brasileiras, como incapaz de assumir as atividades em que antes os escravos realizavam.

Estes, os ex-escravos, depois de longo período de sofrimento no antigo sistema de trabalho se recusavam a se integrar, pois sabiam que, muito embora estando na condição de libertas/os, a situação que imperava para aquelas/es que permaneceram no meio rural era a de escravidão, dessa forma a medida tomada como política nacional foi estimular a vinda imigrantes europeus para realizar as atividades laborais no Brasil, (COSTA E SILVEIRA, 2013).

Os imigrantes foram inseridos às atividades profissionais brasileiras alheias a esses acontecimentos (a escravidão e trabalhadores livres). Os trabalhadores nacionais, segundo Costa e Silveira (2013), optaram por levar uma vida de condição nômade, vivendo das benesses disponibilizadas pela natureza, ainda que ocasionalmente realizassem atividades remuneradas, portanto, a solução buscada pelos proprietários de terras foi a de trazer um contingente grande de imigrantes para o Brasil.

Portanto, como observa Kowarick (1987), já eram evidentes alguns anos antes da abolição que a escravidão não duraria, os fazendeiros, principalmente paulistanos, fundaram uma entidade imigratória cuja principal utilidade era trazer ao Brasil mão de obra para as plantações de café, uma vez que, a migração foi vista como uma saída para o branqueamento e uma solução para a incapacidade dos trabalhadores nacionais que como aponta Kowarick, (1987, p. 115):

> Aos olhos dos senhores, essa massa numerosa e crescente era vista como ignorante e viciada, [...] outra humanidade, inviável pela indolência [...]. Nesses tempos, o desamor ao trabalho organizado serviu para fundamentar a ideologia da vadiagem(...)

Não obstante mesmo com a tentativa de alavancar uso da mão de obra nacional, a busca por trabalhadores estrangeiros continuou em grande escala por algumas décadas. Esse fluxo acabou por renovar os antigos imigrantes, principalmente italianos, que trabalhavam nas lavouras, e que depois migraram para as cidades abrindo seus próprios estabelecimentos comerciais. O resultado disso é que muitos imigrantes que antes imigravam para trabalhar no meio rural agora ocupavam o cenário urbano. Deste modo, os trabalhadores nacionais e negros que não perderam os poucos postos de trabalham que se submetiam a ocupar tiveram que se contentar com a baixa valorização da sua mão de obra perante os imigrantes.

Essa discussão sobre o trabalho no Brasil é importante porque dela se constitui uma importante corrente para pensar a questão da marginalidade. Nessa perspectiva os trabalhadores livres, bem como as pessoas libertas com o fim da escravidão, encontravam-se em um processo marginal de não serem incluídos no sistema produtivo,

tampouco integrados socialmente. Ademais são esses indivíduos que seriam focos de estudos sobre a pobreza, as desigualdades sociais, e mais contemporaneamente dos estudos da PSR.

Feito o breve contexto do trabalho no Brasil, nos parágrafos anteriores, o estudo da marginalidade na América Latina ganhou duas correntes: a funcionalista e a sociocultural do materialismo histórico. Respectivamente, a teoria funcionalista procurava demonstrar que toda estrutura social se amparava em questões valorativas que ressaltava a questão da integração social. Já o modelo histórico cultural, equaciona a marginalidade por meio das relações de produção e a inserção precária no processo produtivo. No Brasil, a "marginalidade urbana" aparece como teoria a ser analisada através da precariedade habitacional (ESCOREL, 1999), essa corrente decorre muito do fato histórico da construção da sociedade brasileira de que muitos trabalhadores livres e ex-escravos viveram em situação de extrema vulnerabilidade e falta de moradia. Essas pessoas acabaram sendo designadas como "marginais" e, portanto, seres perigosos ou não merecedores de atenção ou ajuda.

No entanto, as instituições religiosas que tiveram um papel destacado, seja na fundação do Brasil colônia, seja na constituição do cenário político brasileiro, com o agravamento dessa situação de pobreza/miséria e a situação de rua no decorrer da história brasileira em 1970/80 surge a partir de grupos ligados as igrejas católicas o termo "sofredor de rua" que, embora apontasse algumas conotações religiosas e individuais, estava ligado ao reconhecimento do morador (a) em situação de rua como vítima de processos e estruturas sociais injustas, essa visão surgiu, principalmente, pelos religiosos católicos que integravam a vertente da Teologia da Libertação dentro da Igreja Católica.

Os termos que atualmente são usados para descrever o movimento errante nas cidades são PSR, *Homeless* e sem-teto. Essas mudanças de nomenclatura são resultados de estudos que surgiram na década de 70 sobre o termo "exclusão social", que vem sendo trabalhados em vários contextos diferentes. O conceito ganhou notoriedade especial na França onde virou categoria de análise de realidades sociais para a formatação de políticas sociais, como destaca Escorel (1999). Tais nomeações nos dias atuais tem a finalidade de dar visibilidade aos aspectos sociais e econômicos dos que estão em vulnerabilidade social ajudando na possibilidade de criação de medidas para inverter essa condição de marginalidade.

De certa forma, a partir do século XX, as relações estabelecidas entre instituições e esses sujeitos/as que viviam nas ruas mudou. Enquanto as instituições filantrópicas

prestavam assistência e o poder público agia de forma opressiva a partir da década de 1980, as medidas que objetivavam prestar alguma assistência passaram a se tornar políticas de atendimento. Essas políticas enquadravam tanto agências estatais, como sociedade civil e órgãos não governamentais, aparadas em leis e estatutos (FRANGELLA, 2004).

Portanto, aqueles que se afirmavam em condição de excluídos sociais - e não necessariamente só o movimento errante - tornaram possível a construção de políticas de inserção, não, é claro, sem muitas lutas de movimentos sociais organizados. Os termos utilizados hoje como *Homeless* e "em situação de rua" são utilizados para atenuar posicionamentos excludentes e tornar essa população mais homogeneizada, mas sem esquecer que nela estão enquadrados, mendigos, andarilhos, usuários de drogas, desempregados. Essas políticas de adequação promovem uma possibilidade maior de inserção social e ameniza os problemas relacionados aos estereótipos enfrentados por essa população, (FRANGELLA, 2004).

Embora útil para a compreensão das condições da PSR, a categoria marginalidade tem suas limitações. É sobre elas que Fassin (1996), traz a sua contribuição. Para ele tal categoria não aponta um grupo específico sociologicamente identificável, mas vários grupos que vivenciam diversas situações incluindo também aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, minimizando o impacto desse fato num modelo de economia capitalista. A marginalidade diria respeito à pobreza das zonas urbanas na América Latina que tentou ser explicada por um modelo europeu de organização da lógica trabalhista que se amparava em questões tais como, segurança do trabalho, sistema de seguridade e proteção dos assalariados. Para Fassin essas questões não condiziam com os modelos trabalhistas latino-americanos, (ESCOREL, 1999). A pobreza e a marginalidade, muitas vezes associadas, não diz respeito exclusivamente a populações não inseridas no mercado de trabalho ou com relações sociais fragilizadas. A pobreza na América Latina esteve e ainda está associada à falta de políticas sociais para muitas camadas das sociedades latino-americanas, de tal modo que o desemprego, os direitos trabalhistas e sistemas de proteções sociais não representaram preocupações dos governos dessas regiões num grande período histórico (FASSIN, 1996). Temos então que esses conceitos de maneira geral parecem avaliar a integração social por meio dos aspectos: inserção no mercado de trabalho e a habitação no que tange a cidadania. Seja pelo primeiro ou segundo quesito a PSR se encontra alijada dos dois.

Todos esses processos citados, que levaram ao termo exclusão social, se

desenvolveram enquanto as Ciências Sociais e seus estudos estavam voltados para a constituição/consolidação da modernidade. Desse fato deriva que as explicações para esse termo variam por representar diferentes discursos sobre esse período histórico e que, portanto, acabam sendo vistos como banalizadores das questões sociais que atingiam as sociedades. (ZIONI, 2006).

Paugam (apud ZIONI, 2006) considera que apesar do abuso ao tratar desse termo, os estudos da "exclusão" foram responsáveis por apresentar de forma positiva a tomada de consciência na nossa sociedade dos seus problemas, procurando respostas para solucioná-los mesmo que, às vezes, de forma desordenada.

Porém, ela encontrou resistência tanto daqueles que tentaram relacionar o termo com os estudos do "pauperismo" quanto de uma esquerda marxista ortodoxa (ZIONI, 2006). A primeira, porque a exclusão social seria compreendida como um afastamento das populações menos qualificadas em relação ao trabalho, mas também subjetivamente a marcadores étnico-raciais e culturais. Dessa forma, as injustiças sociais seriam não mais apenas de caráter socioeconômico, mas também simbólico, e dessas injustiças simbólicas Honneth (1992) caracteriza "hostilidade, a invisibilidade social e o desrespeito que a associação de interpretações ou estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana ou institucional" (HONNETH apud LOPES, 2006, p.16). Além dos problemas de determinações materiais, essas diferenciações simbólicas resultam, segundo Souza (2000), em problemas de autoestima de indivíduos e grupos sociais. Por sua vez o Pauperismo diz respeito às sociedades na entrada do período industrial antes das conquistas sociais e direitos trabalhistas.

Já para a segunda, esse termo não seria uma força que poderia teorizar sobre grupos como os subproletariados, processo que para alguns teóricos do marxismo se alastraria nas sociedades capitalistas e que, portanto, precisaria ser resolvida por uma teoria ou filosofia que praticasse a ação. Falar em exclusão, portanto, significava relegar a visão dialética de luta de classes a um caráter abstrato minando a práxis. Para D'Allondans (apud ZIONI, 2006), esse termo não possui uma definição estruturada de forma conceitual e que por isso ele deveria ser entendido como um construto social. Essa conceituação seria resultante de "um produto histórico de mecanismos sociais e não um estado resultante de atributos individuais e coletivos" (p, 42). O autor em seu texto enumera várias definições dadas por outros autores para exclusão social no decorrer dos anos 1990.

Em Touraine a exclusão se apresenta na explicação de uma sociedade

horizontalizada, na qual se opera os mecanismos de centro e periferia se justapondo a outra sociedade vertical, em que o que importa é sabermos nos localizar em um ponto mais alto ou baixo de uma hierarquia. Para o autor, a sociedade em formato de Pirâmide foi substituída. Passamos de uma sociedade de produção para uma sociedade de mercado e é nesses termos que a exclusão se dá, pelo alijamento da participação no mercado. Nas palavras do autor,

> (...) Em lugar da pirâmide, nossa sociedade apresenta a seguinte configuração. Há uma massa central, uma middle class, que corresponde a uma sociedade industrial e administrativa, secundaria ou terciaria, com operadores, funcionários públicos, executivos de alto escalão, empregados. É a massa majoritária das pessoas que tem um acesso considerado normal na ordem do consumo (equipamentos domésticos, automóvel etc.) e que dispõem também, mais ou menos nas mesmas condições, de uma segurança bastante forte, de um alto nível de proteção social. Dessa massa, distinguem-se as categorias que não são definidas por uma posição de classe, por um papel de produção, mas por uma posição no mercado. (TOURAINE, 1992, p. 164-165)

Na consideração de Xiberras (1994) esse termo funciona como um processo multifacetado que, ao contrário de outros autores, não afeta só a categoria trabalho, mas que atinge muitas pessoas em quaisquer aspectos de suas vidas. Enquanto que para Rosanvallon a definição se dá por desagregação, no qual ocorre uma falha no "tecido social" que promove a vulnerabilidade e precariedade sendo esses termos mais importantes para entender a realidade social. Já segundo D'Allondans (apud ZIONI, 2006.), Wieviorka, encontra no vazio social, anomia, perda dos laços de suporte do trabalho e familiar e sofrimento, características que estão inseridas na exclusão social. Essa quantidade de conceituações nos demonstra como é espinhoso o campo que se formou no estudo da exclusão social e na sua praticabilidade. Porém, é possível encontrar alguns paradigmas que reúnem o pensamento desses variados autores. Silver (1995) classifica ao menos três desses paradigmas dentro dos estudos das Ciências Sociais. O primeiro diz respeito a entender a exclusão como o rompimento de vínculos sociais que permeiam os aspectos culturais, tendo as questões de solidariedade social um peso maior do que fatores econômicos e políticos. Xiberras (1994), por exemplo, encontra-se nessa linha.

O segundo, pouco habitual no Brasil, considera as diferenciações sociais como uma questão de liberdade e experiência individual, pautadas na eficiência ou possibilidade de serem feitas determinadas escolhas. Por fim, o terceiro paradigma seria formado por autores que trabalham a nova pobreza sobre os aspectos do monopólio do poder, conceito trabalhado por Weber e Bourdieu. Nesse sentido, a exclusão seria

compreendida como uma relação entre classes sociais e poder político que estabelecida uma ordem coerciva garantiria os desejos e interesses de grupos socialmente já incluídos. Dessa forma a oposição à exclusão seria realizada por meio do aumento da cidadania, proposta por Marshall (1967), (ZIONI, 2006).

No Brasil, autores como Escorel (1999), Nascimento (1994), Wanderley (2001) e Oliveira (1997) bem como outros/as destacam que o estudo da exclusão social está ligado à fragilização e rompimentos dos vínculos que ligam os indivíduos a sociedade. Levando em conta formação brasileira, Véras (2001) que os procedimentos sociais excludentes estão presentes desde o período colonial, se tornando mais intensivos na ditadura militar. A autora faz a consideração que a exclusão foi construída como desejo por parte da burguesia brasileira de submeter o mundo social ao econômico gerando o controle dos dominados por meio da segregação.

Escorel (1999), na sua pesquisa com a PSR demonstra como essa exclusão está ligada ao rompimento dos laços sociais:

> A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (ESCOREL, 1999, p.81)

A exclusão social se apresenta como o ponto final de uma vida de vulnerabilidades de variadas origens que se combinam possibilitando os rompimentos dos vínculos sociais em cinco formas "econômico-ocupacional, sociofamiliar, cidadania, das representações sociais e da vida humana." (LEAL, 2005, P.141). No campo do trabalho, a fragilização dos vínculos ocorre por uma relação de trabalhos precarizados, instáveis e informais, assim como pelo desemprego de longa duração, que vai tornando as pessoas economicamente desnecessárias. Na questão sociofamilar, ocorre a quebra dos laços com a família, vizinhança e comunidade tornando os indivíduos solitários. No campo da política esses "excluídos" encontram-se privados do poder de agir e serem representados. Nas representações, sofrem o processo de discriminação e estigmatização que pode obstruir o processo de identificação do outro como semelhante e por fim dentro da vida humana os "excluídos" se restringem a condição de buscarem sua sobrevivência e já estão expulsos do âmbito da humanidade, (ARENDT, 1999), (LEAL, 2005). Desse modo, como podemos notar o que caracteriza a exclusão social para Escorel é um processo de rompimentos interligados, mas ao mesmo tempo o reconhecimento de uma falta de

pertencimento social.

Paugam (apud LEAL, 2005), também possui uma perspectiva da exclusão social como fragilizações e rompimentos dos laços sociais. O autor centra mais nas questões das trajetórias individuais de forma a procurar o que elas têm de comum como a dissolução do pertencimento social até inutilidade econômica chegando por fim no questionamento do sentido da vida que pode ser tanto projetado pelos outros como pela própria pessoa vivendo essa situação.

Dentro da vertente brasileira ainda temos outra possibilidade em que acontece o rompimento de outro laço social e este está ligado ao reconhecimento da humanidade nos indivíduos. Trabalham esse aspecto Nascimento (1994) e Oliveira (1997), para o último:

> O fato é que os excluídos, aparentemente postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são no momento considerados 'desnecessários'. Mas não apenas isso. O segundo traço, aquele que mais imprime força e sentido à própria idéia de *exclusão*, tem a ver com o fato de que sobre eles se abate um estigma, cuja conseqüência mais dramática seria a sua expulsão da própria "órbita da humanidade",isso na medida em que os excluídos, levando muitas vezes uma vida considerada subumana em relação aos padrões normais de sociabilidade, "passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados" (OLIVEIRA, 1997, p.3)

Para os autores a não estabilidade ligada à integração num trabalho formal, em períodos de grande desemprego e precariedade das condições trabalhistas, torna inútil economicamente uma parcela crescente da população. Esse fato levando em consideração o medo urbano a questões relacionadas à violência, leva à aplicação do desvio desses "inúteis", "desnecessários" como potenciais ameaças sociais. "Quando isto soma-se ao não reconhecimento do miserável como semelhante pelos demais, chega-se à ameaça de eliminação dessas pessoas (visível nas chacinas de meninos de rua e presidiários, na atuação de grupos de extermínio e no apoio silencioso de parte da sociedade a essas ações". (LEAL, 2005, p.144). Essa ideia também é trabalhada por Buarque (1999), que vai considerar que quando as desigualdades sociais são levadas a seu extremo e naturalizada pela sociedade o reconhecimento do outro como igual fica prejudicado, dessa forma os laços de solidariedade que unem os indivíduos ou grupos sociais são eliminados levando a "negação da identidade do outro".

Existe ainda outra vertente nos estudos brasileiros, segundo Leal (2005), que vão relacionar o conceito de exclusão social a não cidadania. Entre esses autores/as estão Arzabe (2001), Sposati (2003), Véras (2001), Xiberras (1994). Essa utilização conceitual de não cidadania acaba se tornando importante pois os estudos sobre esse assunto tendem

a fazer busca, mapeamento de problemas e dimensionamentos estatísticos e geográficos que vão servir como ferramenta para a implantação de políticas públicas. Arzabe define a exclusão como não cidadania da seguinte forma:

> O termo [exclusão social] está longe de ser unívoco, mas vem sempre relacionado às concepções de cidadania e de integração social e é empregado para designar a forma de alijamento dos frutos da riqueza numa sociedade e do desenvolvimento econômico, particularmente dos direitos humanos (2001, p. 30)

Sposati (1999) considera que tanto a cidadania quanto a exclusão social variam de acordo com a sociedade que está sendo analisada. Isso se deve ao fato de que a formação de conceitos de dignidade humana é resultado de construções sociais e históricas. Sendo assim, é possível, interpretando a realidade de determinado contexto, retirar os parâmetros de condição de vida aceitável, (LEAL, 2005).

Para a autora, as exclusões sociais dizem respeito a "forma de distribuição de acessos" (2003, p.9). A exclusão, portanto, não é só resultado da pobreza, mas sim de um processo que não inclui determinadas pessoas na sociedade. E essa não inclusão está condicionada por questões históricas e culturais do ser humano de criar interdições. Esses não-acessos dizem respeito aos direitos sociais e civis. (LEAL, 2005).

Sposati (1999) concebe a cidadania em moldes muitos similares a elaboração de Marshall (1967), autor que se tornou referência nesse tema ainda que tenham sofrido diversas críticas. Marshall (1967) concebeu a cidadania como a capacidade de participar integralmente na sociedade, tornando seus membros iguais em direitos e obrigações. Esses direitos foram avaliados em três categorias: 1) Direitos civis relacionados as liberdades individuais tais como pensamento, religião, liberdade de ir e vir; 2) os direitos ditos políticos o que garantiria a participação sendo na possibilidade de ser eleitor ou nas funções delegação e autoridade política e 3) está relacionado com a definição socialmente definida do que é o bem-estar na sociedade e o seu consequente desenvolvimento humano produzido socialmente, aqui temos categorias como cultura, educação, saúde.

Leal (2005) faz algumas considerações do uso desse conceito de Marshall relacionando- o, portanto a exclusão social como seu oposto. A primeira delas é que a cidadania trabalhada é pensada num contexto nacional e que, portanto, ela tem efeito integrador ao trazer valores como patrimônio comum, lealdade. Se pensarmos a exclusão social nessa contraposição ela também deve ser entendida em âmbito nacional. De tal forma é preciso observar que essa relação pode delimitar suas origens explicativas no mundo industrial e global. Isso se dá porque o funcionamento do capital é altamente móvel e ele diz muito a respeito dos processos de exclusão já que das desigualdades

provocadas pela estrutura capitalista é à base do fenômeno da exclusão e o desemprego fator primordial para seu entendimento.

A autora também considera que é importante ressaltar que o portador de direitos deve ser entendido no âmbito individual, ainda que, conforme ela salienta, desde os estudos de Marshall, a conquista de direitos e reinvindicações em grande parte seja resultado das lutas coletivas. Se considerarmos a exclusão social como não cidadania, então ainda temos o indivíduo como foco da análise.

Embora tenha tido várias conceituações, de maneira geral, a exclusão social pensada por esses/as autores/as estava relacionada à desvinculação desses indivíduos a uma ordem estabelecida de produção, desse modo questões como, o trabalho, a pobreza e marginalidade, ganhou força para explicar os problemas sociais urbanos, e estes faziam parte do sistema econômico e social capitalista. Ademais as principais tentativas de resolução desses problemas eram pensadas na reinserção desses indivíduos no mercado de trabalho capitalista.

Aqui ainda há uma noção de que os excluídos podem ser integrados novamente nas relações de trabalho e restabelecer seus vínculos sociais e sociabilidades. Como o mercado capitalista estava em expansão a necessidade de mão de obra exigia uma massa trabalhadora e um exército reserva que pudesse ser integrado e dominado conforme as necessidades do avanço do sistema produtivo. Entretanto com as reformulações do sistema capitalista no século XX e a revolução técnico-científica vemos um novo paradigma de exclusão surgindo, a chamada “nova exclusão social (NES) ”.

1.3.DO PARADIGMA DA VELHA EXCLUSÃO SOCIAL PARA A NOVA

Como já visto acima ainda que não seja consensual, o fenômeno da exclusão social não é recente, porém segundo Campos (2003) a partir do final do século XX já é possível analisar uma “velha exclusão social (VES) ” e uma “nova exclusão social (NES) ”, (NASCIMENTO, 1994). Esse item pretende esclarecer como sucedeu essa passagem na construção dessa nova terminologia, tendo como finalidade, demonstrar a implicação teórica que ela propiciou para a análise dos problemas sociais.

Na realidade europeia e pensando também o contexto brasileiro, lembrando sempre as diferenças estruturais desses contextos, uma vez que a industrialização no Brasil aconteceu tardiamente, a VES se caracterizou e ainda se caracteriza - pois está presente na realidade de diversos contextos sociais e econômicos mundo a fora – como uma série de questões permeadas pelo desemprego, trabalho precarizado, imigrações, baixo nível de escolaridade e formas de privações como a bens de consumo e serviços

básicos. (POZZO E FURINI, 2010, p.88).

Se ao pensarmos que as economias desenvolvidas conseguiram em certo sentido a superação dos problemas causados pela VES, a nova se manifesta tanto dentro desses países desenvolvidos quanto naqueles emergentes que não foram capazes de superar grande parte dos problemas colocados por essa velha exclusão.

A NES é fruto de novos tipos de desigualdades que não são apreciados por políticas sociais de inclusão existentes. Existe um quadro de desemprego estrutural que é generalizado, o aumento da PSR que, por exemplo, está associado a exclusão de direitos humanos como o acesso a moradia, precarização do mundo do trabalho, além de problemas relacionados a sentimentos de insegurança social ocasionado por diversas formas de violências, (CAMPOS, 2003). Ademais, Nascimento (1994) considera que a situação pode ser entendida como NES devido o desenvolvimento da tecnologia que foi tornando desnecessários uma grande quantidade de pessoas tanto na perspectiva da produção como do consumo.

No Brasil, embora diversos índices que caracterizavam antigos problemas relacionados a exclusão social tenham melhorado entre o período de 1960 a 1980 como indicadores de renda, saneamento e alfabetização e tenham continuado em linha evolutiva dos anos 1980 a 2000, a NES se expressava pelo acirramento da competição social, alteração de valores morais e éticos, junto com novas práticas de sociabilidade marcadas pelo consumo e segregação socioespacial, (CAMPOS, 2003).

Muitas vezes essa "nova exclusão social" é pensada no contexto da "nova pobreza". Nesse sentido, Wanderley (2001) argumenta que o que caracterizava esses grupos de excluídos era os marcadores sociais de uma população que não tinha mais lugar no mercado. Para o autor, a transmutação do termo pobreza para exclusão resultou no fim, da aparência de que as desigualdades sociais fossem fenômenos efêmeros. Assim, a exclusão abarcou termos como a pobreza, discriminação bem como assuntos relacionados aos grupos subalternizados na sociedade.

Nascimento (1994) esclarece que o que há de novo nesse processo é justamente o número cada vez maior de pessoas que passam de exército reserva para "lixo industrial" (p. 69) por não possuírem capacidade produtiva ou gerar renda suficiente para reingressar ao mercado de trabalho ou no consumo de mercadorias. Dessa forma a primeira característica marcante da NES é considerar alguns grupos sociais como economicamente descartáveis. A segunda característica desse fenômeno é que, uma vez desnecessários economicamente, as representações sociais desses indivíduos passam a serem

transformadas. Desse modo esses grupos sociais começam a serem considerados como potencialmente ameaçantes. Para o autor essa lógica se constrói em parte do crescimento da violência urbana e no contexto latino americano da rápida passagem da vida rural para as cidades e consequentemente da visibilidade das desigualdades sociais que essa ação provocou.

A terceira grande distinção, segundo Nascimento (1994), da VES para a NES é que os pobres no passado sofriam um grande processo de domesticação ou de adestramento, (o autor traz a expressão de Foucault para explicar esse processo), devido a necessidade de expansão da força de trabalho, dessa forma a própria vivencia urbana, as escolas, os presídios eram planejados como mecanismos de coerção social para enquadrar os indivíduos no sistema produtivo. Porém no século XXI com as alterações do sistema produtivo capitalista e o desenvolvimento tecnológico parte desses trabalhadores não se encaixava mais nesse processo, enfraquecendo os laços de dominação e de submissão. Nessa perspectiva, esses grupos socialmente excluídos, gradativamente vão perdendo representatividade política, tornando-se passiveis de repressão e extermínio.

Como podemos ver A VES e a NES estão fortemente intricadas e possuem uma dificuldade de serem desassociadas. Ainda que a VES esteja presente em vários países ocidentais e tenha sido responsável por trazer à tona grupos que viviam em situações vulneráveis, existe uma percepção, até o início do século XXI, que esses indivíduos, embora considerados ameaçadores, pudessem voltar a ser integrados no mercado de trabalho e restabelecer seus vínculos sociais. Essa percepção passa a se alterar no século XXI. A NES surge na tentativa de explicar o processo em que a reinserção desses grupos deixa de ser vista como solução. Uma vez considerados descartáveis e socialmente ameaçadores, até mesmo as políticas sociais desenvolvidas para mitigar os problemas desses indivíduos são atacadas por serem consideradas desperdício de tempo e dinheiro público A “solução”, que passa a ser socialmente aceita, é a permissividade da extinção física dessas pessoas.

1.4.CRÍTICA AO TERMO EXCLUSÃO SOCIAL

Dado o histórico desse termo nas páginas anteriores, procuro nessa seção, trazer os autores que foram críticos dessa terminologia no Brasil. Aqui mostro, de maneira sucinta, a discussão feita por Demo e Martins que apontam não uma exclusão, mas uma inclusão marginalizada ou deficitária no sistema produtivo e social. E, numa outra perspectiva, o autor Bessa, que recrimina a essencialização que é feita, através desse

conceito, por outros/as estudiosos/as dessa temática.

As críticas na literatura brasileira ao conceito se dão por não entendê-lo como uma quebra dos vínculos sociais. Entre os críticos se destacam autores tais como Pedro Demo (1998, 2003), José de Souza Martins (2002), Bessa (2009). Ambos enfatizam as relações contraditórias na sociedade capitalista, mas como ressaltam Leal (2005), Zioni (2006) Pozzo e Furini (2010), divergem em muitos aspectos.

O principal julgamento de Demo (1998) consiste em elucidar que a exclusão social não é a representação de uma nova questão social iniciada no século XX. Embora o contexto seja novo em relação a fase do capitalismo o discurso ainda está centrado sobre a produção da mais-valia. Uma vez que a exclusão social está intrinsicamente ligada a precarização do trabalho e a diminuição da solidariedade familiar.

O autor ainda considera que é impossível estar de fato excluído da sociedade, ainda mais se esses "excluídos" são tidos como ameaçadores a ordem social vigente. Dessa forma se eles representam uma ameaça isso prova que estão relacionados a jogos de poder e força dentro das sociedades e que, portanto, estão dentro do "sistema". Outro fato importante é que, se conforme alguns autores desse conceito da exclusão social, ela tende a crescer paulatinamente podendo atingir maior parte da sociedade então ela não pode fazer referência a grupos externos.

Demo (2003), também crítica a ausência da discussão política que muitos autores deixaram de fazer quando teorizaram sobre esse termo/conceito relacionando a pobreza, uma vez que as "exclusões acontecem dentro de uma sociedade capitalista e que elas são principalmente políticas". Assim, ele considera que ser pobre não é uma questão meramente material de escassez da riqueza, mas sim a injustiça em sua distribuição. Os excluídos, reprimidos, nas margens, estão na verdade incluídos, para Demo (2003) eles fazem parte de uma dinâmica contraditória e ela é resultado de uma dialética dual.

> Contingentes populacionais cada vez maiores são lançados (expulsos e integrados) na margem do sistema, não porque sejam supérfluos, mas porque precisam ser 'descartados'. Não se pode ignorar a condição de confronto, a unidade de contrários. Basta lembrar que, se toda a população mundial tivesse acesso ao mesmo nível de bem estar existente nos países centrais, não haveria como sustentar o meio ambiente. A condição de pobreza dos 80% da população mundial não é indicativa de condição supérflua, mas de 'marginalização' historicamente produzida. Os excluídos, reprimidos na margem, estão aí incluídos, fazem parte intrínseca da dinâmica contraria. Não há aí dualismo (dicotomia estanque), mas dualidade dialética (DEMO, 2003, p.85)

Por fim, podemos considerar então que a exclusão nesses termos é na verdade uma forma inclusão marginal e esse enfoque se fixa na contradição das relações sociais em sociedades capitalistas.

Nesse contexto temos também Martins (1997, 2002), que enfoca na crítica ao termo através do viés da contradição. O problema da exclusão para o autor não é novo e ele é fruto de um processo que também coloca a perspectiva da inclusão no seu bojo teórico. É através das discussões sobre o desemprego que essa dualidade inclusão/exclusão ganhou mais força ressaltando ainda a reinclusão em atividades profissionais degradantes como a prostituição e o crime organizado. "(...). A exclusão sociologicamente falando não existe. (...). Ela é, na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo" (MARTINS, 1997. P. 26). O autor tem uma preocupação especial com fatores degradantes. O caráter contraditório da sociedade não impele as pessoas para fora da sociedade, uma vez que não é possível estar fora haja vista que mesmo o consumo para a subsistência as coloca dentro. Martins chama atenção para o fato de que o funcionamento é o oposto. As dinâmicas sociais degradadas é que puxam os indivíduos para o interior da sociedade.

Essa degradação começa quando o trabalhador passa a esperar grande tempo na procura de um novo trabalho, mudando o modo de possibilidades para que ele possa voltar a ser incluído. As sociedades modernas criaram uma grande massa de população sobrante que tem poucas oportunidades de voltarem a serem incorporadas nos processos de desenvolvimento econômico atuais. Acaba que esse momento de espera entre a exclusão e a inclusão está deixando ser um momento transitório para se tornar um modo de vida (MARTINS, 1997). A diferença entre pessoas incluídas e excluídas aparta aqueles que possuem "o privilégio de exercer direitos e de ter acesso ao que de básico esta sociedade pode oferecer em termos materiais e culturais" (MARTINS, 2002. P 132), dos que não tem essa oportunidade.

O autor ressalta que a formação dos incluídos se forja numa motivação de caráter estamental. Essa ideia se baseia no fato que, para além das diferenciações sociais de riqueza, existe também uma diferença de qualidade social das pessoas, o que caracterizava essas sociedades estamentais, (MARTINS, 2002). Dito isso, a rigidez da lógica estamental proporciona aos excluídos quase nenhuma mobilidade social. Se esses indivíduos ainda se tornam economicamente descartáveis o ultimo trunfo que tinham que era o campo político com a possibilidade de ter voz ativa se esvai.

O caminho para a resolução e emancipação dos problemas passa pelo discurso do

entendimento da contradição e não da perspectiva do poder dominante e do sistema econômico. É preciso deixar claro que não existe exclusão na sua totalidade do termo, mas sim pessoas que sofreram processos sociais, culturais e econômicos excludentes, dessa forma há uma possibilidade real de combater essa situação de inclusão precária. Portanto, nas palavras do autor se fixar apenas no termo exclusão é deixar de "discutir formas pobres, insuficientes e, às vezes até indecentes de inclusão" (MARTINS, 1997, p.16).

Outro autor que contesta esse conceito/termo é Bessa (2009). Para este, essa terminologia é usada tão corriqueiramente que deveríamos nos preocupar com sua utilização. Bessa pontua que quando um indivíduo ou um grupo é vítima de um processo de exclusão social, espera-se que se faça algo em relação àquela situação, contudo, considerá-los como simplesmente excluídos, abre um precedente perigoso, pois naturaliza essas pessoas num campo da não importância ou do desperdício do tempo em ajudá-las. Portanto, naturalizar esse processo e as desigualdades ou usar a essência do termo para não tentar modificar a realidade também é uma forma de aprisionar essas pessoas nessas condições de vulnerabilidade. Ainda que esse termo, como foi tratado ao longo desse primeiro capítulo, ressalte importantes questões, elas precisam ser apreendidas com cautela, o autor questiona:

> Se social é concernente a sociedade, a uma sociedade formada por seres humanos, ao conjunto de cidadãs e cidadãos de um país, como alguém pode ser excluído da sociedade? Como pode existir exclusão social? Como é possível dizer que se está 'fora', se na verdade está 'dentro'? (BESSA, 2009,p. 57)

As pessoas em situação de rua não são vítimas apenas da exclusão social, mas também de variadas questões provocadas pela desigualdade social, bem como pela acumulação do processo capitalista (REIS, 2012). Ainda que essas pessoas estejam em vulnerabilidade social elas precisam ser reconhecidas como cidadãs que fazem parte da sociedade e que tiveram direitos alijados por questões estruturais ligadas as formas de organização políticas, sociais econômicas (BESSA, 2009).

O fato que se apresenta é que embora essas relações sejam frágeis no âmbito da coesão social, e do trabalho elas estão impregnadas de poder/autoridade conscientes e inconscientes que se materializam e subjugam esses sujeitos, portanto, essa relação (seja ela de ódio, compaixão, medo, de alteridade da construção do que é o outro) só é possível se a ideia de exclusão social não for levada a totalidade do seu conceito.

Essas discussões, da inserção precária de determinadas pessoas na sociedade, bem como da essencialização terminológica da exclusão social, nos ajuda a compreender as

formas de funcionamento e acumulação do sistema produtivo capitalista e o modelo de coesão social que ele impõe. Dessa forma, um dos seus problemas, é considerar o fenômeno da exclusão como atípico, quando na verdade ele diria respeito ao próprio modelo e funcionamento do sistema capitalista, (LEAL, 2009).

Por todos esses aspectos, percebe-se que a definição de exclusão social, ao longo da sua história, abarcou questões como a pobreza, a desigualdade, o desemprego e vulnerabilidades sociais de muitos aspectos. Essas questões suscitadas partem de uma análise do surgimento do modelo capitalista e de suas transformações, mas principalmente das suas consequências estruturais, como as novas formas de empregar o trabalho e de estabelecer vínculos sociais. De forma geral esse conceito ou esteve ligada as discussões de integração social, dos princípios de cidadania das sociedades ocidentais modernas, ou das contradições do modelo econômico vigente.

Apesar da dificuldade conceitual é inegável que todas essas discussões propiciaram uma consciência dos problemas que afetam a sociedade e ajudaram na busca, por meio de uma reflexão crítica, das soluções para esses problemas que afetam determinados grupos sociais na sociedade. Dessa forma a exclusão social, como aponta Leal (2005), ainda que sob nova roupagem trouxe à tona as velhas discussões sobre a precarização do trabalho, o aumento do desemprego, o problema da violência urbana e em como o Estado tem tido dificuldades para agir visando a proteção social.

2. CAPÍTULO 2: PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Embora muitas pesquisas realizadas com a PSR tenham metodologias diferentes, não é assintomático que o perfil dessas pessoas que se encontram nas ruas seja tão parecido. Elas reforçam problemas, que no contexto brasileiro, estão relacionados a fatores seculares como a escravidão, a tardia implementação de um capitalismo industrial no país, a maciça migração do campo paras cidades brasileiras, a péssima distribuição de renda e desigualdade social. Dessa forma, ainda que não tenha caráter comparativo, essa seção traz as informações da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e dos estudos realizados em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A escolha dessas cidades se deu porque são referências nas pesquisas com essa população, bem como o fato de apresentarem resultados recentes.

Os dados obtidos na cidade de Goiânia foram semelhantes às pesquisas realizadas em São Paulo (2015), Belo Horizonte (2014), Rio de Janeiro (2013) e Porto Alegre

(2012)[2] e também da pesquisa realizada entre agosto de 2007 a março de 2008, chamada Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. O estudo foi fruto de iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome e do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua apoiado e executado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) organizado ainda no ano de 2005, dessa forma, trago alguns resultados dessas pesquisas antes de apresentar o Censo de Goiânia pela importância de um estudo feito nacionalmente sobre esse tema.

A pesquisa nacional aconteceu em locais nas ruas como praças, viadutos, calçadas e em instituições como igrejas, albergues e abrigos de 71 municípios brasileiros, nas quais foi encontrado um total de 31.922 pessoas vivendo em situação de rua. O estudo publicado em 2008 nos oferece o perfil da população entrevistada e que consiste basicamente em que a maioria dessa população é masculina (82%), com idade entre 25 e 44 anos e não branca. Grande parte dos entrevistados exercem trabalhos remunerados (70,9%) em atividades como limpeza, flanelinha e carregador. No que consiste a escolaridade, 17,1% não sabia escrever.

Entre os principais motivos que levaram essas pessoas às ruas estão o alcoolismo e drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e os conflitos familiares (29,1%). A pesquisa também apontou que a maioria são nativos do mesmo lugar onde estão habitando nas ruas. A pesquisa também nos fornece as informações de que 60% dessas pessoas já utilizaram alguma instituição, tendo 28,1% delas frequentado abrigos institucionais, a PSR em sua maioria (69,6%) dorme nas ruas enquanto 22,1% em albergues e 8,3% oscilam entre as duas realidades. No que tange as pesquisas citadas temos o quadro abaixo:

[2] Ver, Censo da População em situação de rua da cidade de São Paulo 2015; 3º Censo de População em situação de Rua e Migrantes; População de Rua um direito à cidade ; Cadastro da população em situação de rua na cidade de Porto Alegre 2011

Quadro 1: Perfil da população de rua de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.	
CIDADES	PERFIL
São Paulo	A cidade de São Paulo no ano de 2015 apresentava 15.905 pessoas em situação de rua. O censo realizado separou esses indivíduos por aqueles que estavam sobre os servoços de atendimento a essa população e os que estavam nas ruas, que correspondiam, respectivamente, a 53,9% e 46,1%. **Sexo** A PSR paulistana é constituída predominantemente por pessoas do sexto masculino, correspondente a uma ordem de 88%. **Raça/Etnia** A maioria dessa população é não branca, com porcentagem de 69,7%, entre pessoas acolhidas e 72,1% nas ruas. **Idade** A idade média desses indivíduos corresponde a 43 anos entre os acolhidos e 41 entre aqueles que estão nas ruas. **Escolaridade** A escolaridade é baixa, apresentando porcentagens de 7,1% de analfabetos, dos abrigados, e 9,6% nas ruas. Os que completaram ensino fundamental correspondem a 15% e o ensino médio, 20,9%, entre os acolhidos e 16,6% entre os que vivem nas ruas.
Belo Horizonte	Na cidade de Belo Horizonte (BH), o censo realizado identificou 1827 PSR. **Sexo** Na cidade mineira essa população era formada em sua maioria por homens (86,8%). **Raça/Etnia** Predominada numa porcentagem de 79,5%, uma população não branca em BH, 18,1% se declaravam brancos. **Idade** A idade média da população era de 39,6 anos. A faixa etária entre 31 e 50 anos, correspondia a 67% desses indivíduos. **Escolaridade** Em BH, o censo realizado apontou que, pelo menos, 62,7% da sua PSR, concluiu o primeiro grau (1ª a 4ª série).
Rio de Janeiro	No Rio de Janeiro, foram contabilizadas 5.580 pessoas no Censo realizado em 2013. **Sexo** Desse contingente, 81,8% era composto por homens. **Raça/Etnia** Sem informações. **Idade** 69,9% tem idade entre 25 e 59 anos, e 17,5% entre a faixa de 18 a 24 anos. **Escolaridade** No RJ, 75,1% dos entrevistados terminaram o ensino fundamental, enquanto 13,8%, o ensino médio, e 2,21% possuem o ensino superior.
Porto Alegre	Porto Alegre teve uma contagem de 1.347 pessoas vivendo nas ruas. **Sexo** Dessas pessoas, 81,7% eram do sexo masculino, e 17,1% do feminino. **Raça/Etnia** A população branca correspondia a 30,6% e, entre os não brancos (aqui, principalmente pretos, pardos e mulatos) correspondia a 43%. **Idade** A idade na faixa de 18 a 24 anos, correspondia a 12,2%, enquanto a dos 25 a 59, essa era de 76,4%. **Escolaridade** Nesse aspecto, 10% não sabiam ler e escrever. 60% não terminaram o ensino fundamental, 14,4% ingressaram no ensino médio tendo por volta de 7% concluído, e 3% chegaram ao menos ingressar no ensino superior.

Sabemos que a PSR é constituída por pessoas de variadas trajetórias, origens sociais, cor, gênero e idade, sozinhas ou acompanhadas, e essa gama de características desses indivíduos dificulta as análises sobre essa população, bem como a construção de políticas públicas através das generalizações feitas a esse grupo (Ferreira, 2005). No entanto, tal realidade não exime a responsabilidade dos governos em lidar com as questões e necessidades dessa população. Para isso é preciso conhecer a fundo os motivos, as causas, as redes de sociabilidade, as histórias de vida por trás dos homens, mulheres e crianças, cujas vidas foram relegadas às margens que "não pode ser confundida com um lugar definido, periferias ou territórios de pobreza, mas que se deslocam, se fazem e se refazem, conforme mudam os alvos, as conveniências" (SILVA, 2013). Destarte, é necessário entender, através das interações e representações desses indivíduos, o que eles pensam de si e do grupo a qual pertencem. Palma reflete que:

> Ontologicamente o mundo social é um modelo de relações simbólicas e de significados sustentados através de um processo de ação e interação. Trata-se de um modelo sempre aberto para reafirmações ou mudanças através das interpretações e ações dos indivíduos. Epistemologicamente trata-se de entender a natureza e a modelagem dos símbolos com os quais os indivíduos gerenciam suas realidades sociais. O conhecimento, o entendimento e as explicações das relações sociais devem levar em conta a forma como a ordem social é elaborada pelos seres humanos e como são significativas para eles. (2004, p. 02)

Assim é fundamental notar como se arranja a constituição socioeconômica desses indivíduos e demonstrar como eles se encontram em relação aos indicadores do restante da população do território em que eles estão inseridos. Feito esse breve resumo dos dados do estudo nacional e das cidades selecionadas, a próxima sessão consistirá na apresentação e discussão do perfil goianiense.

2.1.O CENSO DA PSR DE GOIÂNIA - 2015[4]

A pesquisa do Censo da População em situação de rua em Goiânia foi realizada com a parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Goiânia e o Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG), visando discutir a construção do perfil dessa população. Esse estudo contou com um amplo esboço do campo que permeou levantamento de referencial teórico, outras pesquisas com a mesma temática realizadas no Brasil e mundo e contou com o apoio e reuniões com os educadores sociais da SEMAS, e participação observante em campo.

[3] Quadro elaborado a partir das referências anteriores.

[4]Informações retiradas do relatório de pesquisa: Censo e Perfil da PSR na cidade de Goiânia, Goiânia 2015.

A pesquisa teve como princípio a discussão dos vários conceitos que envolvem a PSR dada a heterogeneidade de pessoas com realidades diferentes, que, no entanto, possuem em comum a pobreza, vínculos fragilizados ou quebrados e a inexistência de moradia convencional regular, sendo a rua espaço de trabalho e morada de forma temporária ou permanente. Sendo divididas conforme o relatório em dois eixos:

a) "Os acolhidos" – que são aqueles e aquelas que não possuem moradia convencional, entretanto usam abrigos ou albergues para passarem a noite.

b) "Totalmente em situação de rua" – São pessoas que também não possuíam moradia convencional regular e que dormem em locais públicos como: ruas, praças, calçadas, marquises. O Censo foi elaborado por meio de eixos de pesquisa. O primeiro foi o recenseamento dessa população nas ruas, por meio de aplicação de questionários, de forma a contar essa população e fazer o perfil desses indivíduos. O segundo priorizou a discussão da violência contra essa população e o consumo de substancias psicoativas e as possíveis relações nesse cenário. Outro eixo segundo o relatório elaborado foi fazer um levantamento da população atendida pelas unidades de assistência social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Casa de Acolhida Cidadã e Complexo 24 horas – vinculadas à SEMAS. E por fim os últimos eixos tiveram o objetivo de investigar as trajetórias de vida de crianças e adolescente e adultos viventes nessas condições.

Esclarecida a metodologia da pesquisa feita a apresentação e discussão do perfil goianiense deriva do primeiro eixo. A PSR é formada majoritariamente por pessoas do sexo masculino (80,6%) cuja idade média beira aos 40 anos. São em sua predominância solteiros, com escolaridade baixa, desempregados e não brancos. No total foram contadas 351 pessoas em situação de rua.

Em 2010, ano do último censo feito pelo IBGE, Goiânia era em número de habitantes a maior cidade do estado de Goiás e a segunda de todo o centro oeste brasileiro ficando atrás de Brasília. A Região metropolitana de Goiânia passara a ser a 13ª maior do país com uma população total de 2.458.504 milhões, o que correspondia a quase metade de toda a população goiana.

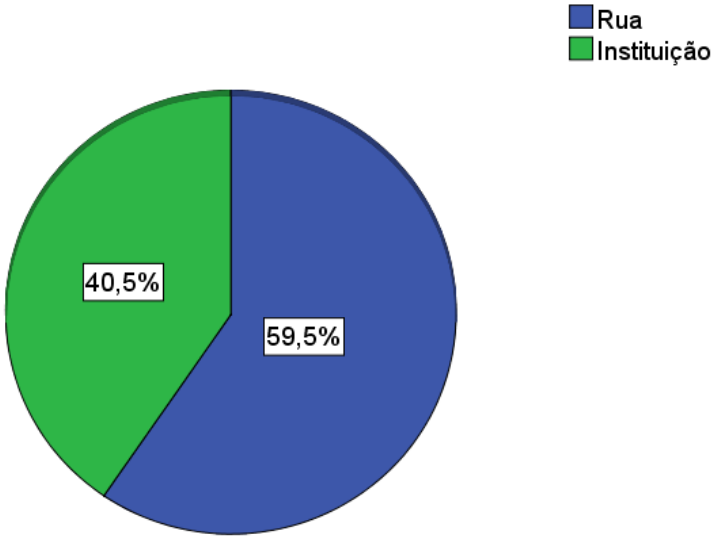
Tabela 1: Número de habitantes de Goiás e Goiânia entre 1980 e 2010.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA				
GOIÁS	1980	1991	2000	2010
Total	3.121.125	4.018.903	5.003.228	6.003.788
Urbana	2.107.923	3.247.676	4.396.645	5.420.714
Rural	1.013.202	771.227	606.583	583.074
Masculina	1.586.199	2.015.505	2.492.438	2.981.627
Feminina	1.534.926	2.003.398	2.510.790	3.022.161
Urbana Masculina	1.040.656	1.594.402	2.160.766	2.664.186
GOIÂNIA	1980	1991	2000	2010
Total	717.519	922.222	1.093.007	1.302.001
Urbana	703.640	913.485	1.085.806	1.297.076
Rural	13.879	8.737	7.201	4.925
Masculina	349.135	440.597	521.055	620.857
Feminina	368.384	481.625	571.952	681.144
Urbana Masculina	341.799	435.962	517.253	618.271
Urbana Feminina	361.841	477.523	568.553	678.805

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2016.

Enquanto a taxa de crescimento média anual da população goiana representava 2,46% entre 1991 e 2000, ela passou para 1,84% entre o período de 2000 a 2010. A taxa de urbanização do estado no fim de 2010 correspondia a 90,29% da população e habitavam em Goiás 6.003.788 pessoas. Goiânia também ao final desse ano obtinha uma taxa de urbanização de 99,62% e na capital goiana viviam 1.302.001 pessoas, dessas 53,3% do sexo feminino e 47,7% do sexo masculino. No ano da realização do Censo goianiense foi contabilizado 351 pessoas distribuídas conforme o gráfico a seguir:

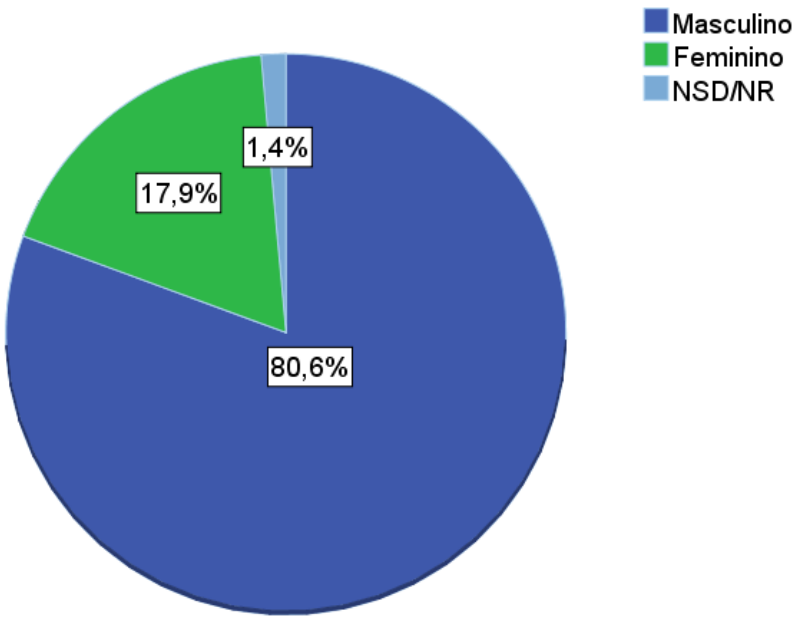
Gráfico 1: PSR em Goiânia, por local de abrigo



Fonte: NECRIVI, 2015.

Dos entrevistados 59,5% estava vivendo nas ruas enquanto que 40,5% encontravam-se alocados em instituições sociais como a Casa da Acolhida, instituição pública responsável por fornecer abrigo, alimentação e prestação de serviços básicos.

Gráfico 2: PSR em Goiânia, por sexo



Fonte: NECRIVI, 2015.

Já a PSR goianiense era formada por 80,6% de pessoas do sexo masculino e 17,9% do sexo feminino. O Brasil ainda é um país no qual existe grande influência de um sistema patriarcal[5] e ele pode ser uma explicação da quantidade majoritária da PSR masculina, e da exposição das mulheres a situações violentas específicas nas ruas. Frangella (2004) nos auxilia a pensar o marcador de gênero. Ele é importante porque nos mostra como esse marcador social intersecionado com problemas sociais afetam essa população.

A autora considera que o espaço e lugar rua é constituído por várias práticas e discursos ligados ao que comumente é entendido como masculinizado. Quando pensamos na imagem do morador de rua a imagem mais habitualmente construída é do homem solteiro, desempregado que roda as ruas para procurar emprego. Essa imagem não é fruto de um processo qualquer, reflete em como as desigualdades sociais, a falta de emprego e a noção de sustento do lar e da família está entrelaçada ao masculino, quando vulneráveis são essas pessoas que passam a viver na situação de rua. A mulher foi aos poucos inserida nos mecanismos das ruas e isso favoreceu o desarranjo das práticas e representações estabelecidas, contudo isso não foi suficiente para romper com os marcadores padrões de gênero constituído.

O homem solteiro, adulto e com idade produtiva ainda corresponde com o perfil majoritário desses habitantes e isso pode ser facilmente constatado em nas pesquisas com essa população, não fugindo a regra o Censo realizado em Goiânia. As mulheres em situação de rua ou estão associadas a famílias ou em número menor "inseridas na dinâmica solitária".

Existem incontáveis razões que levam as mulheres para a situação de rua. A autora elenca algumas. Uma das principais é a violência doméstica, que afeta tanto mulheres adultas, quanto adolescentes e que costuma serem perpetrados por familiares, maridos, pais. Há ainda aquelas que entram nas ruas muitas vezes para acompanhar o companheiro.

A rua é composta por uma exaltação da masculinidade. Expressões corporais e verbais são comumente utilizados para reafirmar virilidade, assim como está associada, segundo a autora, a necessidade do trabalho para reforçar o papel de honra e dignidade masculina. Mas é preciso evidenciar que mesmo que sejam preponderantes esses discursos e práticas eles não são levados em sua totalidade. Passaro (1996, p. 2)

> Para os homens de rua (homeless men) esta crise está relacionada com a posição culturalmente contraditória que ocupam – eles são vistos ao

[5] AGUIAR, Neuma, 2000; REIS, Adriana, 2001.

> mesmo tempo como hipermasculinizados e desmaculinizados. Estes homens parecem ser independentes do controle de mulheres, famílias e sociedade, e, portanto, são considerados perigosos, violentos e agressivos. (...) acompanhando essas imagens hipermasculinizadas estão as demasculinizadas – homens de rua são homens falidos, em termos tradicionais de gênero, porque são dependentes e incapazes de se manter.

Essa dominância masculina no âmbito da rua provoca muitas vezes conflitos, opressões, bem como coloca em jogo uma relação de afeto e sexualidade entre a "fronteira do espaço masculino e feminino". O homem, segundo Frangella (2004), sofre um processo duplo. Primeiro pela solidão na rua e deficiência afetiva, são impulsionados a ver nas mulheres parceiras amorosas e sexuais em potencial, ainda que existam aquelas que cumpram o papel da amiga-parceira que pode cuidar deles que, como contrapartida, empenham-se em fornecer proteção e por vezes apoio financeiro e afetivo.

Segundo, porque constantemente, o espaço da rua fomenta os marcadores de masculinidade viris, comportamentos violentos associados ao consumo de bebida alcoólica leva a violência contra suas parceiras e também aquelas mulheres que se encontram sozinhas. Essas mulheres solitárias estão superexpostas a estupros e a violência de grupos. As que estão dentro de grupos geralmente são compartilhadas pelos homens, tornando a vida na rua uma realidade ainda mais cruel.

Tabela 2: População em situação de rua por cor e raça

Cor / Raça	Frequência	Percentagem
Pardo	163	46,4
Preto	85	24,2
Branco	83	23,6
Asiático/Amarelo	1	0,3
NSD/NR	19	5,4
Total	**351**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

No que tange a questão racial/étnica, a PSR é constituída em sua maioria por uma população não branca (70,6%) correspondendo a 46,4% de pardos, 24,2% pretos e 23,6% são brancos. Não é surpresa a correspondência da população negra com a miséria e a maior quantidade enquanto viventes nas ruas. O processo escravocrata deixou marcas tão profundas que influenciam na qualidade e marcadores de vidas desses indivíduos até os dias atuais, por meio do racismo, do racismo institucionalizado e das desigualdades de renda entre brancos e negros no país. Em 2010, segundo o IBGE, a maioria dos brasileiros que viviam em situação de extrema pobreza era negra ou parda (70,8%).

Tabela 3: População de Goiânia por estado civil

Estado Civil	Frequência	Percentagem
Solteiro	125	65,1
Casado/Amasiado	30	15,6
Divorciado/Separado	28	14,6
Viúvo	8	4,2
NSD/NR	1	0,5
Total	**192**	**100,0**[6]

Fonte: NECRIVI, 2015.

No que tange ao estado civil, essa população é composta em sua grande maioria por 65,1% de pessoas solteiras seguidas de divorciado/separado, 14,6% e casado/amasiado com 15,6%. Apesar da existência majoritária de uma população solteira isso não indica que esses indivíduos não tenham vínculos afetivos estabelecidos ou uniões com outros parceiros e parceiras nas ruas e fora delas, contudo é comum que embora estejam em relações, muitos se declarem solteiros. As subjetividades e relações estabelecidas nas ruas ganham contextos diferentes do que é o padrão social, assim quando perguntados, muitas dessas pessoas vislumbram a resposta nos moldes padronizados de um relacionamento amoroso/estável fora das ruas, o que os leva a se verem como solteiros.

Tabela 4: População em situação de rua por categoria de idades

Categoria de Idade	Frequência	Percentagem Válida
Crianças	21	6,0
Adolescentes	10	2,8
Adultos	298	84,9
Idosos	22	6,3
Total	**351**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Dos indivíduos entrevistados, 84,9% eram adultos, 6,3% eram idosos, 6% crianças e 2,8% adolescentes. Os adolescentes, crianças e idosos estão em sua maioria abrigados por alguma instituição pública que tem essa finalidade ou a Casa da Acolhida ou o SOS. Na sua maior parte, a PSR adulta está nas ruas da cidade.

[6] 351 pessoas foram contadas em situação de rua. Desse total 192 responderam o questionário.

Tabela 5: PSR por tempo em situação de rua

	Frequência	Percentagem Válida
Menos de 1 ano	104	54,2
De 1 ano até 5 anos	33	17,2
De 5 anos até 10 anos	22	11,5
Mais de 10 anos	26	13,5
NSD/NR	7	3,6
Total	**192**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Há muitos fatores que levam essas pessoas a viverem nas ruas, entre algumas delas brigas familiares, desemprego, uso de drogas e alcoolismo. Se encontrando nas ruas essas pessoas passam por um processo ambíguo de aceitação e rejeição da conjuntura em que estão submetidos. Em 2015, a maioria dos entrevistados (54,2%) afirmou estar nas ruas a menos de um ano. Dessa forma, a conclusão óbvia desse dado é que o crescimento dessa população foi recente se comparado à data da pesquisa realizada e pode indicar uma grande mobilidade dessas pessoas. Interessante notar que, quanto mais tempo esses indivíduos passam na rua, mas suas perspectivas de saída diminuem. Existe uma classificação, muito pertinente, desses indivíduos por meio do estágio de tempo em que vive nas ruas e nos fornece uma importante noção de como essa questão é fundamental. Essa tipificação foi feita em 6 categorias, aqui veremos as 3 mais importantes, os recém-deslocados, vacilantes, e os outsiders[7].

No primeiro grupo encontramos as pessoas que estão em situação de rua pela primeira vez e há pouco tempo. Eles possuem uma distinção visível daqueles que estão nas ruas por mais tempo. Esse grupo se caracteriza pelo amedrontamento dessas pessoas em relação à nova realidade que estão submetidas, dessa forma, tendem a procurar as instituições públicas, principalmente as voltadas para o acolhimento e que fornecem abrigo e alimentação. Nesse estágio começa a haver um processo psicológico que leva esses indivíduos a refletirem sobre a própria vida e, consequentemente, o desejo de saírem dessa situação. Deste modo, suas atitudes e comportamentos estão voltados para atingir esse objetivo.

Quanto mais tempo essa pessoa se encontra nessa situação sem a perspectiva de resolução do problema, mas afeita ela se torna em relação a ele. Assim temos os

[7] Embora essas tipificações apareçam em alguns artigos e projetos assistenciais não foi possível localizar a origem da sua autoria. A referência aqui utilizada foi retirada do artigo: Albergue para pessoas em situação de rua. VASCO, 2014.

Vacilantes. Nesse grupo essas pessoas começam a perder o medo de viverem nas ruas e o ambiente começa a se tornar familiar. Esses indivíduos criam vínculos nas ruas, fazem amizades, bem como descobrem como conseguir abrigo, companhia e comida. A perspectiva de saída dessa situação torna-se cada vez menor, o que torna os discursos e ações dessas pessoas contrastantes. Existe uma vontade de voltar a um ambiente minimamente estruturado, mas já estão muito familiarizados com as novas sociabilidades.

Por fim, temos o Outsider. Depois de muito tempo nas ruas, esses indivíduos passam a gastar sua existência mais na busca pela sobrevivência no ambiente em que estão do que na perspectiva de saída das ruas. Por esse motivo, embora ainda exista o desejo de deixar as ruas, as necessidades práticas da vida cotidiana minaram possíveis ações para sua saída.

Assim é possível perceber que a maioria da PSR goianiense se encontra ainda no primeiro estágio. Essas pessoas se encontram numa zona de transição e, portanto, ainda não estão numa condição crônica. Essa situação fornece um panorama favorável, uma vez que é nesse primeiro momento que as intervenções de políticas sociais e psicológicas conseguem de maneira positiva transformar a realidade desses indivíduos, possibilitando uma maior possibilidade de reintegração social.

Tabela 6: População em situação de rua por escolha de Goiânia

	Frequência	Percentagem Válida
Oportunidade de melhoria de vida (estudo, emprego)	53	35,1
Interesse pela cidade	18	11,9
Por conta da família	18	11,9
Busca de tratamento de doença e assistência social	10	6,6
Passagem por Goiânia	9	6,0
Ganhou a passagem para Goiânia	6	4,0
Problemas pessoais	6	4,0
Aleatório	4	2,6
Por ter conhecidos nas ruas de Goiânia	1	,7
Em busca de assistência social	1	,7
NSD/NR	25	16,6
Total	**151**[8]	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Reforçando a ideia de mobilidade dessa população da tabela anterior, temos que a grande parte da PSR goianiense (68,2%) é formada por imigrantes. Os dados apresentam que os principais fatores para Goiânia ser escolhida como local de migração

[8] O número de 151 indivíduos se refere apenas a aquelas pessoas que nasceram fora do Estado Goiás ou no interior do Estado de Goiás, exceto Região Metropolitana de Goiânia.

correspondem a: oportunidades de melhoria de vida (35,1%), seguindo de interesse pela cidade (11,9%) e família (11,9%). A capital goiana se apresenta atrativa principalmente na área do trabalho, uma vez que, tem um pujante polo comercial e manufatureiro e por motivos educacionais, talvez como um complemento hipotético, Goiânia só não possui uma migração maior devido à proximidade com a capital do país, Brasília. Essa visão de Goiânia como um bom local para melhoria de vida não é fruto apenas do imaginário social. De fato, Goiás e Goiânia, entre as décadas de 90 e 2010, apresentaram uma grande melhora na qualidade de vida.

Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado de Goiás e munícipio de Goiânia

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
GOIÁS	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,487	0,615	0,735
IDHM – Educação	0,278	0,439	0,646
IDHM – Longevidade	0,668	0,773	0,827
IDHM – Renda	0,633	0,686	0,742
GOIÂNIA	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,6	0,715	0,799
IDHM – Educação	0,42	0,591	0,739
IDHM – Longevidade	0,718	0,796	0,838
IDHM – Renda	0,717	0,776	0,824

NOTA: Classificação segundo IDH:
Muito Alto (acima de 0,800)
Alto (de 0,700 a 0,799)
Médio (de 0,600 a 0,699)
Baixo (de 0,500 a 0,599)
Muito Baixo (de 0 a 0,500)

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2016.

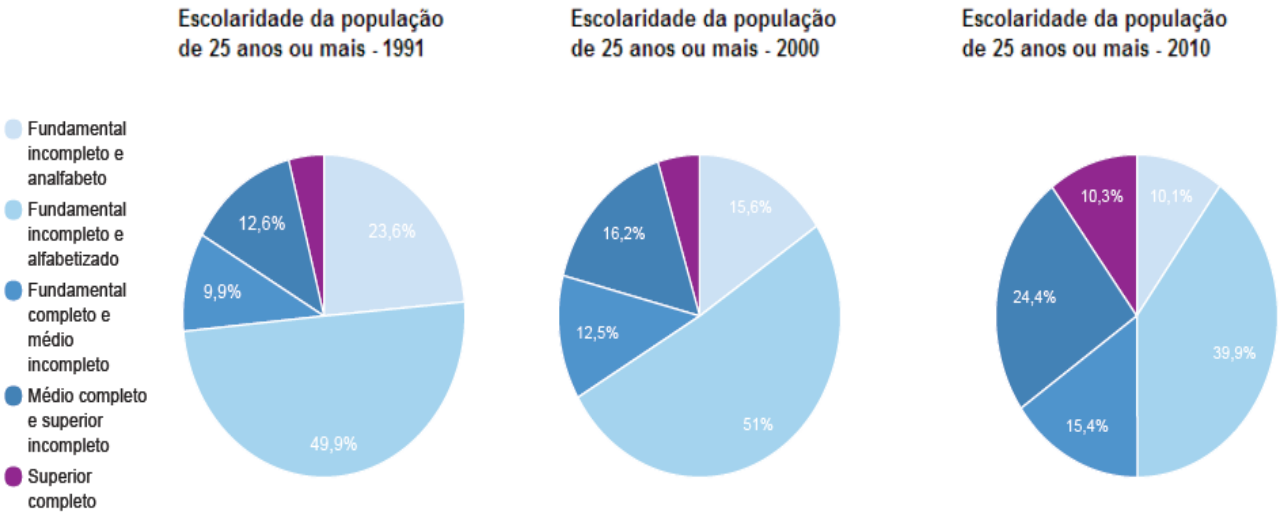
O IDHM do estado de Goiás, no ano de 2010, apresentava um valor de 0,735 o que o coloca num nível de desenvolvimento humano alto (0,700 a 0,799). Goiás apresentava, como valores na construção desse índice, nos quesitos educação, longevidade e renda, respectivamente 0,739, 0,838, 0,824. O IDHM cresceu no período de 2000 a 2010 19,51%. Durante esse período o resultado que maior contribuiu para a melhora do IDH foi o quesito educação cujo crescimento foi de 0,297. Entre 1991 e 2010, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 47% o estado de Goiás cresceu 50,92%. Nesse mesmo período o IDH de Goiânia passou de 0,600, para 0,799 tendo seu melhor quesito avaliado a educação com um aumento de 0,319. Goiânia com esse avanço passou a ser a 45ª cidade com melhor qualidade de vida em todo o Brasil. O avanço nesses índices se deu em grande parte pelas políticas de distribuição de renda que começaram a ser efetivadas nos 90, mas que não foi capaz de combater em Goiânia a desigualdade social

como veremos a seguir.

O resultado do processo da educação deficitária no Brasil corresponde à baixa situação empregatícia dessa população. Entre os determinantes da desigualdade de renda e do fator desemprego no Brasil a educação tem se colocado como a questão mais importante desde anos 70 segundo estudos de Langoni, (1973), Soares, (2002) Oliveira, (2001), Ramos e Vieira, (2001).

Quando uma população tem uma baixa escolaridade, a força de trabalho tem uma qualidade inferior, se tornando mais homogênea. Essa realidade leva a obtenção de trabalhos mais precarizados.

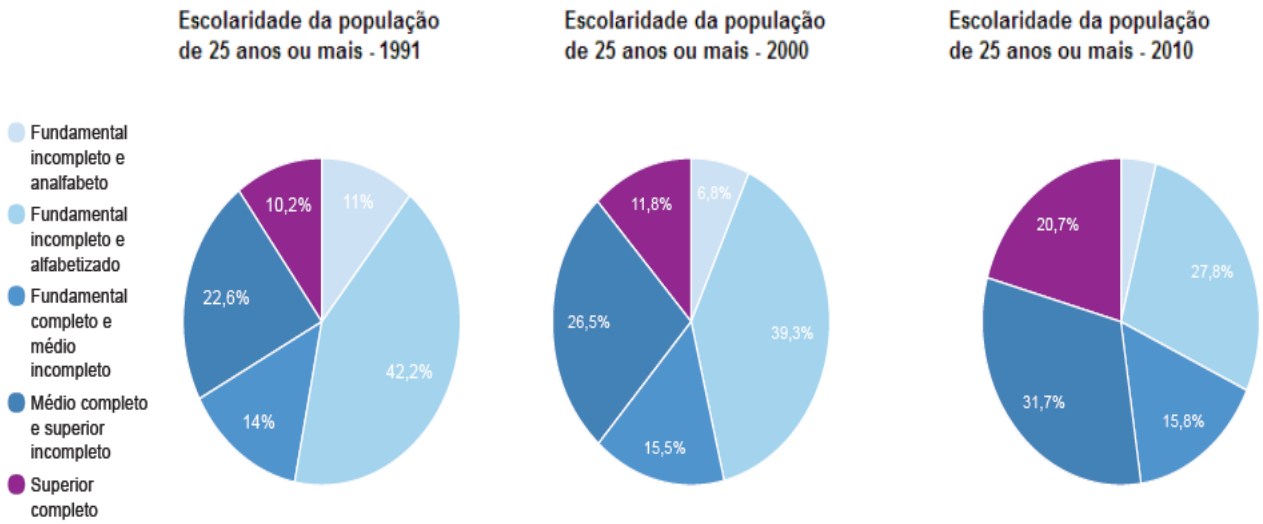
Figura 1: Nível de escolaridade da população adulta do estado de Goiás com 25 anos ou mais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

No que diz respeito à população adulta, a escolaridade dos habitantes de Goiás entre 2000 e 2010, o IDHM específico desse quesito cresceu de 37,25% para 54,97%. No ano de 2010 a população do estado possuía, considerando maiores de 25 anos, 10,06% de analfabetos, 50,06% possuíam o ensino fundamental completo, 34,69% o ensino médio completo e 10,27% haviam terminado o ensino superior.

Figura 2: Nível de escolaridade da população adulta do município de Goiânia com 25 anos ou mais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Em Goiânia, nessa mesma ordem, 4,10% eram analfabetos, 68,11% tinham o ensino fundamental completo, 52,32% o ensino médio e 20,67% o ensino superior. O IDHM do município teve um aumento de 57.05% para 71,44%.

Observando os dados do censo nesse quesito vemos que grande parte dessa população chegou ao máximo a conclusão do ensino fundamental. 8,9% são analfabetos, embora não seja possível uma comparação direta devido às metodologias, essa taxa é quase o dobro que o munícipio de Goiânia apresentava no ano de 2010. 4,2% sabem ao menos ler e escrever, 38% tem o fundamental incompleto e 19% o fundamental completo.

Tabela 8: População em situação de rua por escolaridade

Escolaridade	Frequência	Percentagem
Analfabeto	17	8,9
Sabe ler e escrever	8	4,2
Fundamental incompleto	73	38,0
Fundamental completo	38	19,8
Ensino médio incompleto	27	14,1
Ensino médio completo	25	13,0
Ensino superior incompleto	3	1,6
Ensino superior completo	1	,5
Total	**192**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Soares (2002) é um desses autores que tem relacionado a baixa escolaridade brasileira como causadora da pobreza, desemprego, entre outras mazelas sociais. O autor foi responsável por uma pesquisa em que tentava relacionar o nível educacional com a pobreza e os problemas ocasionados pela desigualdade social e ficou conhecido pela conceituação da teoria do capital humano e da teoria da reprodução. A primeira dizia respeito a renda gerada por trabalhadores diretamente relacionada com seu nível educacional. A segunda correspondia à análise de que a diferenciação de renda dos trabalhadores era efeito da reprodução do nível de escolaridade desses indivíduos. Portanto, a saída para a resolução do problema da desigualdade brasileira passava por uma política educacional melhor estruturada.

Também nesse aspecto, Oliveira (2001) procurou entender como o nível de escolaridade afetava a geração de riqueza e promovia a desigualdade social. Para o autor, a estruturação da sociedade capitalista acabou por excluir dos processos produtivos aqueles cuja capacitação foi realizada de maneira fragilizada pela falta de um sistema educacional bem organizado e que não fosse excludente. Nesse sentido, o processo educacional estaria ligado a integração dos indivíduos ao progresso tecnológico. É a heterogeneidade educacional da força de trabalho no Brasil que causa grande disparidade de desigualdade salarial e aumenta a desigualdade social.

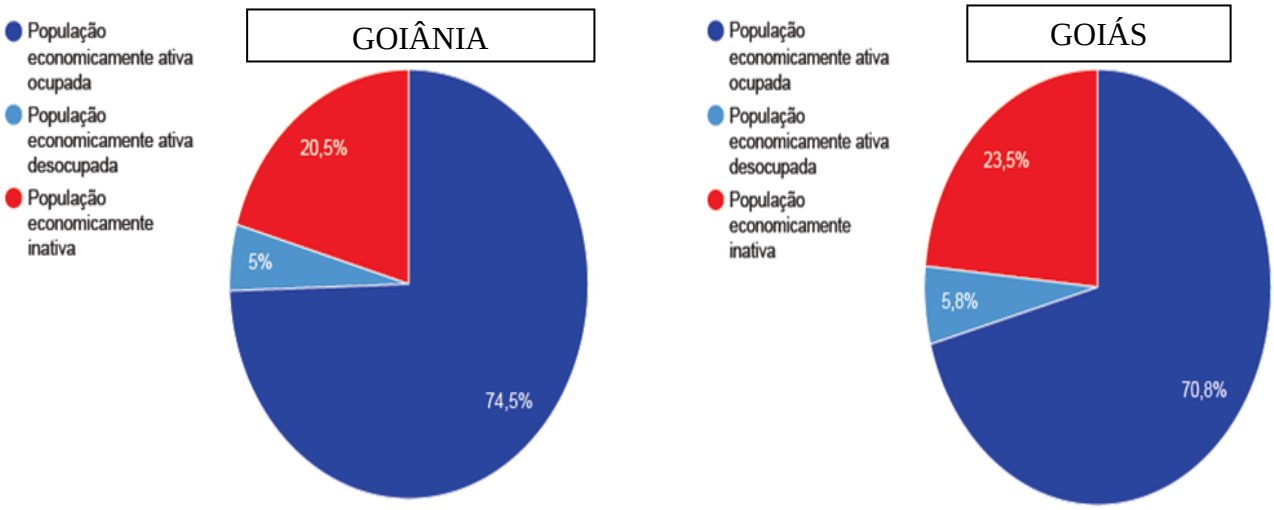
Barros, Henrique e Mendonça (2002) consideram que o investimento maior em educação é o caminho para diminuir essas disparidades e consequentemente reduzir a pobreza e suas implicações. Assim, quando pensamos a questão do rendimento do trabalho e suas desigualdades temos Fernandes e Menezes-Filho (2000), que ao pesquisar algumas regiões metropolitanas brasileiras relacionou também essa desigualdade de rendimento ao fator educacional.

Contudo, embora tenha havido uma redução da desigualdade relacionada à educação nas últimas décadas, segundo o autor, outros fatores não mudaram. Esse fato se deve porque a relação casual entre renda e educação existe, pois, uma renda familiar alta condiciona um nível educacional elevado e não o contrário. Ainda assim, alguns trabalhadores ganham notoriedade no mercado pelo seu nível educacional, apesar da sua renda familiar. Esse estudo contribuiu para elucidar como a educação pode ser uma ferramenta que interfere na distribuição de renda e que se reflete em questões como posições no trabalho, etnia/raça gênero, entre outros. Dessa forma, como destaca Oliveira (2001), a sociedade brasileira, no que diz respeito aos processos de produção, exclui aqueles que se capacitaram em menor nível devido a um baixo grau de escolaridade, permitindo e facilitando os processos de vulnerabilidade social, como a pobreza, o crime, a violência e a própria situação de estar na rua.

A categoria trabalho pensado nos moldes marxistas constitui uma das principais formas de se entender a coesão social atual, ela trabalha na ideia de conferir dignidade seja ela pessoal ou social aos indivíduos. (Enriquez, 1999; Tosta, 2000). O trabalho funciona como forma de prover a subsistência física e permite a construção de uma identidade pessoal, moldada na importância da identidade profissional assumida pelos indivíduos. (Jacques, s.d.; Baptista, 2002). Esse artefato da categoria trabalho como construção da identidade do trabalhador é por muitas vezes fixados por questões como o emprego formal, mesmo que grande parte da população brasileira trabalhe no mercado informal, (Jacques, s.d.; Baptista, 2002).

Entre os anos 90 até 2010 melhoraram em Goiás os índices relacionados ao trabalho. Em referência a taxa de atividade da população com 18 anos ou mais ocupados (população economicamente ativa), entre os anos de 2000 e 2010 houve um aumento de 67,90% para 70,78%. A taxa de desocupados diminuiu de 11,32% para 5,76%. Dessas pessoas que estavam ocupadas no estado goiano, 44,47% trabalhavam no setor de serviços seguido por 16,17% comércio, 12,04% indústria de transformação, 10,96% no setor agropecuário, 8,74% no setor de construção, 0,96% em setores de utilidade pública e 0,45% na indústria extrativa.

Figura 3: População economicamente ativa do estado de Goiás e do município de Goiânia



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Enquanto isso em Goiânia, nesse período, a taxa de ocupação passou de 71,96% para 74,50%. A população economicamente ativa desocupada cedeu de 10,64% para 4,98%. Na capital, 50,82% estavam no setor de serviços, 20,21% no comércio, 13,31% na indústria de transformação, 6,69% no setor de construção, 1,44% estavam no setor agropecuário, 1,04% em setores de utilidade pública e 0,10% na indústria extrativa.

Embora esses índices tenham melhorado substancialmente, desde 2014, devido à crise política e econômica brasileira, vários postos de trabalho foram encerrados em território goiano e goianiense. Segundo o CAGED, entre 2013 e 2015, Goiânia reduziu 14.839 vagas de emprego, contudo chama atenção que a renda média daqueles que continuaram empregados teve um aumento de R$ 484, 63 entre esses mesmos anos, indicando uma forte concentração de renda. Goiás hoje é uma das federações que apresentam menor taxa de permanência num emprego. Essa ocorrência é mais preocupante se pensarmos que esse fato diz respeito a trabalhadores formais que estão sobre proteção mínima da CLT, os trabalhadores informais estão ainda mais vulneráveis. A PSR no ano da realização do Censo encontrava-se distribuída economicamente da seguinte maneira:

Tabela 9: PSR X População do Município* de Goiânia em relação ao trabalho

	Porcentagem PSR	Porcentagem PMG
Economicamente ativos e ocupados	36,1%	74,5%
Economicamente ativos e desocupados	43,6%	5,0%
Economicamente inativos	20,3%	20,5%
Total	**351**	**1.302.001**

Fonte: NECRIVI, 2015 e Censo *2010.

Ao analisarmos a PSR podemos observar que ela é constituída na sua maioria por um contingente de pessoas em idade economicamente ativa com uma taxa de 79,7% e 20,3% estavam economicamente inativos. A população ativa e desocupada da PSR era 8 vezes maior do a registada pelo munícipio goianiense.

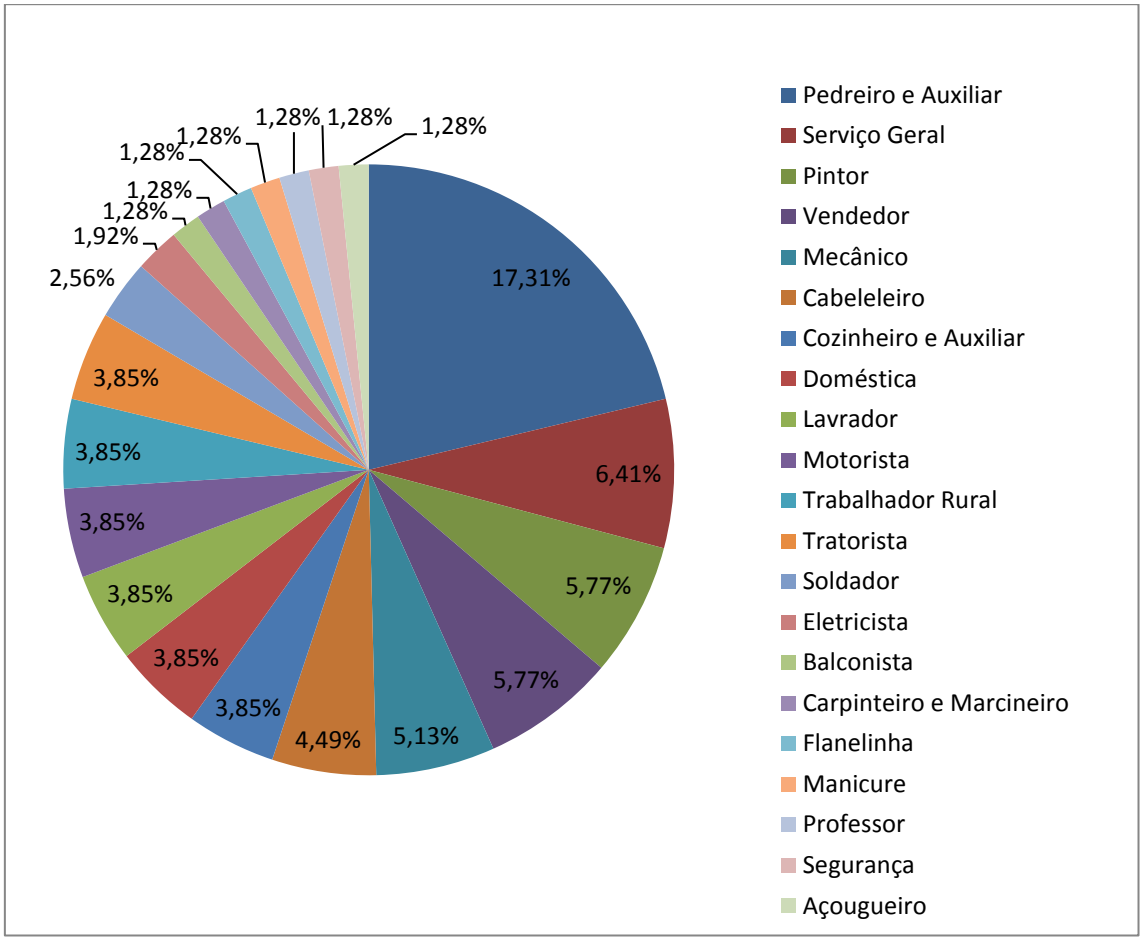
Tabela 10: PSR do munícipio de Goiânia que possui alguma profissão

	Frequência	Percentagem Válida
Sim	156	81,25
Não	36	18,75
Total	**192**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Quando perguntados se possuíam alguma profissão 81,25% dos entrevistados disseram que sim e 18,75% afirmaram não ter uma atividade profissional. É possível notar que grande parte desses indivíduos já teve, antes dessa realidade da vivência nas ruas, alguma profissão. Como ressalta Shor e Vieira (2010, p.4) em sua pesquisa, "o elenco das ocupações que exerciam abrange desde as categorias mais simples e de menor exigência de qualificação, até serviços técnicos e administrativos especializados". Temos então que das pessoas que responderam positivamente,

Gráfico 3: Profissões da PSR do município de Goiânia



Fonte: NECRIVI, 2015.

Como atividades profissionais mais comuns estão a de Pedreiro e auxiliar com 17,31%, serviço geral com 6,41% e pintor e vendendo com 5,77%. Profissões que não exigem grande nível educacional.

De forma geral são profissões frágeis no âmbito do trabalho formal e informal sendo pouco protegidas socialmente, e se destaca o fato de que a maioria de suas atividades estão relacionadas a prestação de serviços, profissões essas que possuem um alto grau de rotatividade e que estão mais propensas a deixar esses indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Contudo, a realidade profissional imposta a PSR é mais agravada. Durante a aplicação do questionário, em 2015, 64,58% encontravam-se em situação de desemprego, apenas 35,42% exerciam alguma ocupação que lhes conferissem alguma forma de renda.

Tabela 11: PSR que atualmente exerce alguma atividade remunerada

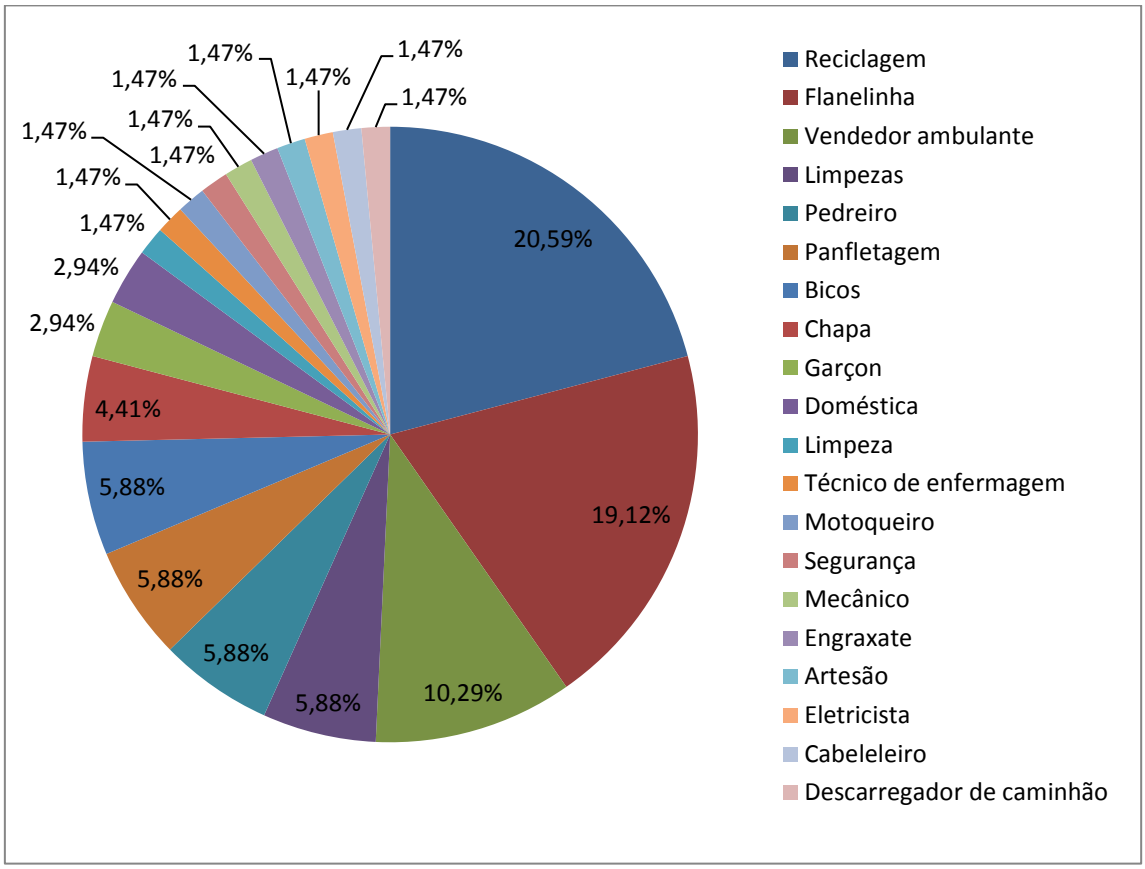
	Frequência	Percentagem Válida
Sim	68	35,42
Não	124	64,58
Total	**192**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015

Entre os fatores que podem ser levantados para esse fato, está o encerramento dos postos de trabalho formais e consequentemente o acirramento no mercado tanto formal e informal na execução de atividades remuneradas, a baixa escolarização desses indivíduos comparada a própria população goianiense, bem como também os processos vinculados ao preconceito estigmatização que muitos membros da PSR sofre o que dificulta a contração dessas pessoas, ou o próprio ganho de renda em execução de atividades informais.

Costa (2005, p.2) pontua que essas pessoas acabam se tornando "inválidas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e do emprego, fatores que constitui a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade". Para os que responderam que exerciam alguma atividade remunerada temos o seguinte gráfico:

Gráfico 4: Atividades remuneradas exercidas pela PSR do município de Goiânia



Fonte: NECRIVI, 2015.

Dos que possuem atividades remuneradas 20,59% estão alocados em áreas de trabalho com material de reciclagem, 19,12% são flanelinhas e 10,29% são vendedores ambulantes.

Uma vez vivendo na rua parte dessas pessoas passam a exercer atividades profissionais remuneradas, sejam elas formais ou não, para que possam sobreviver (sem contar aqui o processo de mendicância outra ferramenta utilizada por essas pessoas. Essas atividades remuneradas são em sua maioria precárias e não regulamentadas e que conforme Durães (2004, p. 59) são atividades "exclusivamente direcionadas para a busca direta de sobrevivência".

É importante chamar atenção para esse fato porque embora as pessoas em situação de rua desenvolvam atividades econômicas informais, elas são vistas como vagabundas, preguiçosas, descartáveis, uma vez, que de forma geral essas atividades são notadas como pouco importante ou desnecessárias para o restante da sociedade, Mattos e Ferreira (2004). Segundo Di Flora (1987), esses indivíduos são assim estigmatizados, pois traz à luz a contradição do sistema capitalista de produção que se baseia na ideia de que todos

possuem igualmente as mesmas oportunidades e que por isso a culpa da situação dessas pessoas tem caráter exclusivamente individual.

Para a autora a PSR é a mostra concreta que, embora as produções dos bens sejam sociais, os seus ganhos não são, assim, a existência dessas pessoas coloca em evidência a desigualdade e a exploração no sistema de produção. Segundo Mattos e Ferreira (2004), as contradições colocadas pela forma como é organizado o sistema produtivo criam um mecanismo de culpabilização (Guareschi, 2002). Tal mecanismo funciona a incriminar esses indivíduos por não alcançar dentro do sistema econômico-social uma posição considerada relevante, assim em qualquer aspecto em que a vida dessas pessoas venha sofrer um processo de exclusão a culpa recai exclusivamente sobre eles, dessa forma são vítimas de um "reducionismo que o descontextualiza da sociedade e transfere-lhe a culpa e responsabilidade por sua condição" (MATTOS, FERREIRA, 2004, p. 49). Por meio desse processo ocorre a taxação, não somente da PSR, mas também do brasileiro em geral, se retornarmos a Kowarick (1987), como vagabundos que não querem trabalhar, (Domingues, 1998).

Ainda assim, a PSR, realiza atividades precarizantes, mal remuneradas e de origem diversificada, no intuito de diminuir os problemas que sofrem e a percepção preconceituosa que incide sobre eles. Dessas profissões se destacam atividades, que embora marginalizadas, favorecem o sistema econômico justamente pela complexidade de atividades que ele exige. Desse modo, temos aqueles que realizam a prestação de serviços pessoais como lavadores, guardadores de carro e flanelinhas e aqueles que fornecem matéria prima para atividades industriais como é o caso daqueles que trabalham com materiais recicláveis, (BURSZTYN, 2000), não à toa, são as principais atividades realizadas pela população de rua goianiense.

Bursztyn (2000) chama atenção para o último caso. Para o autor as pessoas que trabalham com os materiais recicláveis não podem ser enquadradas diretamente como excluídas, uma vez que esses trabalhadores são vistos como "úteis". "São úteis, na medida em que o fruto de seu trabalho contribui para as esferas mais amplas do sistema produtivo oficial" (p. 235). Dessa forma, segundo o autor, a atividade de "cata" torna mais barato o processo de produção e o motivo deriva da falta de qualquer vínculo empregatício desses trabalhadores com essas indústrias.

Apesar desse processo de precariedade como ressalta Silva (2006), essas atividades, muitas vezes mal remuneradas e extremamente desgastantes, criam para as pessoas em situação de rua e para a população no geral com trabalhos vulneráveis, um

imaginário em que elas estão inseridas a possibilidade de sucesso, desenvolvimento e probabilidade de consumo de forma a estabelecer a expectativa de algum dia viver sob melhores condições de sobrevivência. O trabalho tem um sentido, muitas vezes, combativo ao processo que a exclusão social resultou ao estigmatizar essas pessoas como vagabundas, perigosas, ou taxadas de coitadas. A atividade profissional se transforma numa ferramenta capaz de mediar e resgatar, nesses indivíduos, a visão de cidadão que merecesse dignidade perante as outras camadas sociais abastadas, não sendo irrelevante o fato de, nas pesquisas em que envolvem a história de vida, as representações da própria PSR sobre sua realidade ou a dos próprios brasileiros de maneira geral, muitos se declararem como trabalhadores para fugir desses estigmas negativos, (SNOW E ANDERSON, 1998).

Ademais, o trabalho pode ser visto, dentro dessa realidade apresentada até aqui, como ferramenta importante de reinserção dessa PSR no restante da sociedade, sendo profícuo para mitigar os problemas causados pela exclusão social. Porém, é importante discutir qual modelo de inserção de trabalho é proposto para a resolução do problema. Como vimos ainda no capítulo 1, Martins chama atenção em como essa inserção precária pode ser tão ruim quanto à exclusão em si, ao expor essas pessoas a situações de violência social, bem como Demo, que vê essa lógica como inerente ao próprio sistema capitalista. Nesse sentido, ainda que não tenhamos a solução perfeita para esse problema, as políticas públicas precisam ser mais abrangentes a realidade dessa população e permitir meios não só para a reinserção desses indivíduos no mercado de trabalho formal, mas também para sua manutenção.

Enquanto a renda dos trabalhadores cresceu no estado de Goiás e no munícipio de Goiânia, a desigualdade pouco se alterou. Esse fato se deve a relação entre a pouca distribuição dessa renda nesse período. Embora camadas mais pobres tenham, nos últimos anos, acendido economicamente, a renda concentrou-se naquelas classes econômicas que já tinham um status favorável social e econômico consideráveis. Não é de se estranhar que Goiânia hoje ocupa o posto de uma das cidades mais desiguais do mundo[9]. Essa conclusão foi feita através da análise do índice de Gini.

[9] Estudo realizado em 2012 pelo Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos (ONU-Habitat) aponta a capital goiana como a cidade mais desigual da América Latina.

Tabela 12: Índice de Gini do estado de Goiás e munícipio de Goiânia

Índice de Gini			
GOIÁS	1991	2000	2010
	0,58	0,61	0,56
GOIÂNIA	1991	2000	2010
	0,44	0,46	0,59

NOTA: Índice de Gini - Mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo

valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2016.

O índice de Gini, utilizado para analisar a desigualdade social, serve para evidenciar essas transformações que passaram a acontecer na sociedade brasileira. Entre os anos de 2001 e 2012, houve queda de 11% na desigualdade de renda no país, no estado de Goiás, um leve aumento na década de 90 a 2000, quando houve uma alteração de 0,58 em 1991 para 0,61 em 2000. Entre 2000 e 2010 houve uma melhora para 0,56. Porém, enquanto no Estado houve uma perspectiva de melhora, na capital goiana, o índice só piorou nas últimas duas décadas. Saiu de 0,44, em 1991 para, 046 no ano de 2000 e encontrava-se em 0,59 em 2010.

Montali e Lessa (2016), em um estudo sobre as disparidades de renda e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras procuram mostrar como está estruturada a pobreza nessas regiões. Os autores trazem como contribuição a demonstração que entre 1970 e 2011 houve uma redução substancial da pobreza no território brasileiro. O perfil que antes estava relacionado ao mundo rural passa a se tornar urbano. Essa característica está relacionada às transformações que ocorreram no Brasil a partir dos anos 70. Nessa década se iniciou um processo de forte êxodo dessa população para os centros urbanos e as causas estão ligadas desde as mudanças no sistema de produção brasileiro, até a questão das dificuldades da vida rural num período de pouco crescimento.

Durante os anos 80 e 90 começa a haver um aumento da pobreza nos centros urbanos e ela corresponde a um período de baixo crescimento econômico e de migração dessa população, até então rural, para as cidades. Esse período é marcado por alto desemprego, uma grande crise inflacionária e pela grande concentração de renda e aumento da desigualdade, associadas a essas questões, passou a existir uma constante precarização das relações de trabalho, menos protegidos, e com redução salarial, condição essa que se sustentou até os anos 2000.

Contudo, entre os anos de 2004 e 2008, os autores discorrem que, superado um período turbulento da economia que passara a se expandir, e pela implementação de

políticas sociais de combate à pobreza, os índices de pobres começam a diminuir de forma contínua seja no mundo rural ou urbano. Nesse período, começa um aumento dos níveis de emprego e, consequentemente, passa a elevar o rendimento dos trabalhadores. Podemos visualizar esses fatos nas tabelas abaixo:

Tabela 13: Porcentagem de renda e pobreza do estado de Goiás

Renda e Pobreza – Goiás	1991	2000	2010
Renda per capita	410,55	571,49	810,97
% de extremamente pobres	10,86	6,11	2,32
% de pobres	32,32	20,97	7,59

Renda e Pobreza – Goiânia	1991	2000	2010
Renda per capita	693,72	1001,94	1348,55
% de extremamente pobres	2,95	1,75	0,54
% de pobres	13,86	8,84	3,09

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

A renda da população de Goiás teve um índice de crescimento de 97,53% nas últimas duas décadas. Goiás passou de uma renda média de R$ 410,55 em 1991 para R$ 810,97 em 2010, apresentando uma taxa de crescimento anual de 3,65% entre esses anos. Em relação à proporção de pessoas pobres (pessoas com renda domiciliar abaixo de R$ 140,00 em 2010) a taxa diminuiu de 32,32% em 1991 para 7,59% no ano de 2010 em Goiás. Em Goiânia, a renda cresceu 94,39% nessa faixa de tempo, passando de R$ 693,72 em 1991 para R$ 1348,55 em 2010, com taxa de crescimento anual de 3,94%. Quanto à taxa de pessoas pobres na cidade de Goiânia entre os anos de 1991 a 2010 a variação foi de 13,86% a 3,09%, enquanto a extrema pobreza saiu de 2,95% para 0,54% da população goianiense.

A elevação dessa renda e a melhora desses indicadores é fruto de um processo iniciado no começo dos anos 2000 para o crescimento da economia e da derrocada dos índices de pobreza. Entre as medidas tomadas pelo governo que obtiveram êxito estão a recuperação do salário mínimo e a implantação de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Na década de 2000, segundo Montali e Lessa (2016), começa a existir entre muitos analistas a premissa que uma política de resgate e aumento do salário mínimo, que encontrava-se defasado desde os anos 80 devido à crise econômica e inflacionária, poderia promover a recuperação da renda do trabalhador, além de impactar diretamente

o sistema previdenciário, com uma possibilidade real de diminuição da desigualdade no país.

Foi no ano de 2004, através da pressão dos movimentos sindicais, que foi estabelecida a política salarial até o ano de 2016. Os autores em seu trabalho trazem uma referência do Dieese (2010), de que o salário mínimo teve um aumento real de 53,7% entre os anos de 2003 até 2010, beneficiando diretamente 46,1 milhões de brasileiros. O IPEA, no ano de 2007, constatou que a diminuição da extrema pobreza e pobreza das famílias brasileiras se deu em função de pelo menos um membro dessas famílias conseguir um emprego regulamentado durante esses nãos, ou que recebeu benefícios de distribuição de renda no valor de um salário.

Os programas assistenciais de transferência de renda que estão em vigência hoje no Brasil, tiveram seu início nos anos 90. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram criados dois programas, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) em 1996, (MONTALI E LESSA, 2016). No ano de 2001, é criado o Programa Nacional Bolsa Escola, ele visava promover o acesso à escola da população de baixa renda entre a idade de 7 e 14 anos. A responsabilidade do cadastro das famílias aptas a receber o benefício era de responsabilidade dos munícipios que precisavam também realizar atividades educativas fora dos horários de aula.

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), há um aumento da verba federal destinada aos programas de assistência social, promovendo um aumento dos beneficiários. Numa tentativa de integrar os programas que já eram oferecidos e unificar as informações socioeconômicas das pessoas que recebiam esses benefícios é criado no mesmo ano o Bolsa Família, que se tornaria o principal programa de transferência de renda do Brasil. Montali e Lessa (2016), trazendo dados do Ipea, bem como do Pnad, mostra a importância e alcance que o Bolsa família obteve no país. Esse programa assistencial conseguiu concentrar de fato a sua atenção nas camadas mais pobres da sociedade brasileira.

Segundo o Ipea (2011), entre os anos de 2004 e 2009, os medidores de pobreza e extrema pobreza passaram a ser cada vez menos determinados por baixo rendimento per capito dos membros da família e mais motivados pela não obtenção de trabalho. Esse fato possibilita a análise de que os programas de transferência de renda melhoram quando associados à renda vinda também de uma atividade profissional, (MONTALI E LESSA, 2016).

Dessa forma, os autores resgatando o estudo de Weissheimer (2010), nos mostram que o Bolsa Família atingiu um patamar de ser responsável por um terço da queda da desigualdade no Brasil e que, junto com ela, ajudou a melhorar índices como a redução do trabalho infanto-juvenil e a melhora da nutrição infantil. Os outros dois terços da melhora da desigualdade seria fruto do mercado de trabalho e é nesse quesito que começa a aparecer às fragilidades desse sistema.

O aumento dos postos de trabalho entre os anos de 2004 e 2009 no Brasil, concentrado principalmente no setor de serviços, se dá pelo recuo do setor industrial do país que começou nos anos 90. O setor industrial era responsável pelos melhores salários e seus trabalhadores compunham a tradicional classe média brasileira. Os trabalhos nas indústrias exigiam uma melhor qualificação educacional e técnica. Hoje os setores que comportam essas características e trabalhadores estão localizados no setor público e privado. O problema é que trabalhadores mais vulneráveis da sociedade foram relegados a atividades com baixa remuneração e de pouca qualificação profissional.

Esses novos trabalhos passaram a ser formalizados como atividades de baixa remuneração ao mesmo tempo em que garantiam minimamente os direitos fornecidos pela CLT e assim permitiam certa segurança e melhora de vida, contudo esses empregos, que exigem pouco nível educacional, mesmo que tenham permitido a melhora de renda nesse período, também serviram como barreiras para a ascensão social desses trabalhadores a outros postos de trabalho que promoveriam uma maior mobilidade social, (MONTANI E LESSA, 2016).

Desse modo, embora tenha havido uma redução no panorama nacional da pobreza e extrema pobreza, isso não indica que essas pessoas tenham saído do status de vulnerabilidade social. Em 2007, o Ipea mostrava que as famílias estavam submetidas a um processo de grande rotatividade de empregos e, como vimos, comum no setor de serviços e com altas taxas de rotatividade em Goiás, estão sujeitas também a vínculos de trabalho precários e a mudanças econômicas que podem promover novamente o desemprego, a volta da condição de pobre e a necessidade de voltar a precisar de programas assistenciais de transferência de renda.

Tabela 14: Situação da população vulnerável na categoria trabalho e renda do estado de Goiás e município de Goiânia

Goiás	1991	2000	2010
% de vulneráveis à pobreza	59,30	46,38	24,22
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e ocupação informal	---	50,24	33,56

Goiânia	1991	2000	2010
% de vulneráveis à pobreza	36,46	25,81	12,70
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e ocupação informal	---	32,75	20,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

No ano de 2010, momento em que a economia brasileira ainda se encontrava em expansão, embora tenha havida uma redução dos pobres e extremamente pobres, no estado de Goiás, 24,22% da população se encontrava em situação de vulnerabilidade. 33,56% era a taxa que correspondia a pessoas com 18 anos ou mais sem o ensino fundamental complexo ou em alguma ocupação informal.

Em Goiânia, a população vulnerável a pobreza se encontrava em 12,70%. A taxa das pessoas, com 18 anos ou mais, com ensino fundamental incompleto ou ocupação formal em situação de perigo correspondia a 20,41%. Embora a vulnerabilidade aqui tratada tenha um caráter puramente estatístico e econômico, apresentada em relação ao trabalho e renda dos cidadãos, é preciso discorrer mais sobre esse termo, já citado em algumas passagens ao longo do texto.

Ruoti, et al. (2011), em um diálogo com Delor e Hubert (2000), buscam entender melhor esse conceito. Este exige para o seu entendimento a compreensão de três níveis. O primeiro diz respeito à trajetória social, o segundo o nível em que essas trajetórias se cruzam e o terceiro o contexto social. Dessa forma, a trajetória social, é um marcador de posicionamento no qual o indivíduo se encontra na vida e suas ações, podendo ser individuais ou no âmbito coletivo o que permite entender melhor seu comportamento. O segundo nível, nos conta sobre a relação entre os indivíduos com estruturas simbólica e material de como se dá a diferenciação de poder s status dentro da sociedade, o que condiciona as possibilidades em situações de risco. O último nível é responsável por situar como estão estabelecidas as configurações sociais e padrões culturais atuando na esfera da construção dos interesses dos indivíduos e das suas trajetórias.

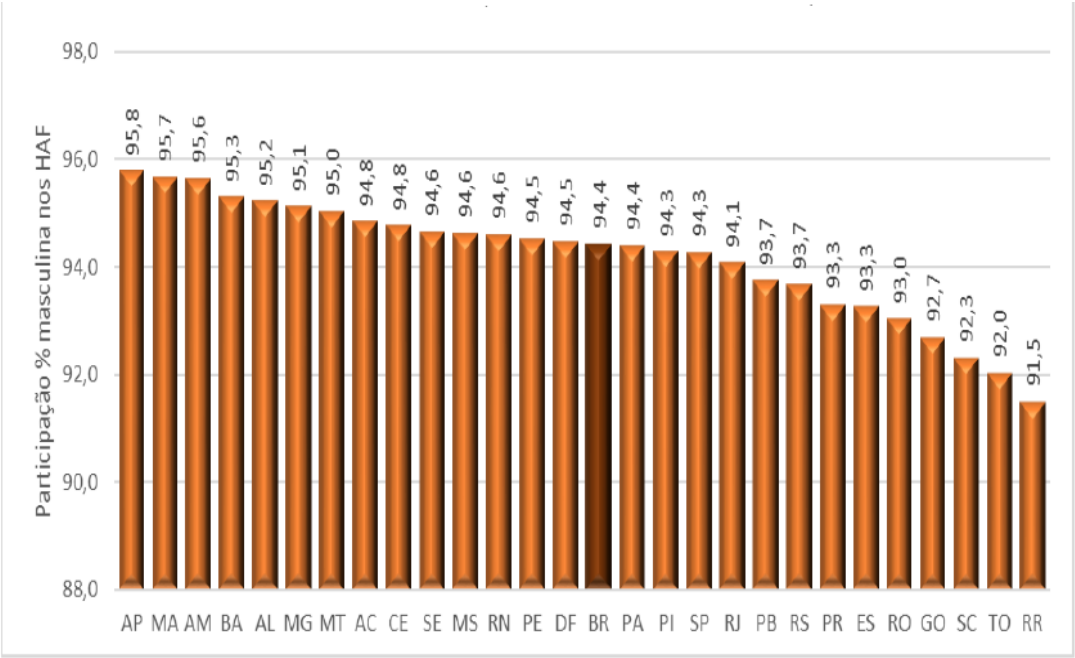
A identidade, portanto, ganha um caráter fundamental para o entendimento dessa discussão. Segundo os autores a identidade se constitui como um processo que visa "manter, expandir ou proteger o espaço de vida em que o sujeito é socialmente reconhecido" (RUOTI et al, 2011, p.). Nesse sentido quando os indivíduos estão em situação de risco (dos mais variados tipos), eles passam, para se adequar a realidade, a construir e reelaborar suas identidades, sempre de maneira temporária, produzindo uma síntese dos 3 níveis. Como a identidade não é imutável e ela permite os indivíduos a lidarem com os variados riscos da vida, a vulnerabilidade se apresentaria como circunstâncias na qual, momentos e lugares específicos, se apresentam como mais danoso ou perigoso. (RUOTI et al, 2011).

A vulnerabilidade prossegue os autores, portaria então uma face externa, que é as violências e tensões que ocorrem contra certos grupos e indivíduos e interna, que diz respeito às dificuldades em enfrentar os problemas advindos dessa situação de risco. A vulnerabilidade é vivenciada, portanto, de diferentes formas. Um indivíduo ou grupo exposto a determinado problema vai apresentar diferentes respostas conforme os contextos sociais, suas relações e trajetória social. Assim, essa categoria, nos permitiria entender as maneiras em que os indivíduos ou determinados grupos enfrentam ou se comportam em determinadas situações de risco. E tal quadro seria possível porque permitiria visualizar as relações desses atores sociais com situações agravantes de diferentes tipos, provocadas por conjunturas políticas ou socioeconômicas, (RUOTI et al, 2011).

Deriva dessa discussão que populações vulneráveis (e aqui estamos falando de pessoas pobres ou em situação de extrema pobreza, bem como a própria PSR) estão sujeitas a maiores situações de riscos sociais e consequentemente a violência. Desde a década de 80 vem aumentando no Brasil as taxas de mortalidade por homicídios, e algumas pesquisas tem se dedicado a entender a dinâmica desse fenômeno no território brasileiro. Muitos desses estudos identificaram grupos, com características específicas, que estão sujeitas a maior violência, tais quais populações de regiões marginalizadas ou periféricas, além de jovens e de um maior risco para a população negra, (MINAYO, 1990).

Em 2016 foi divulgado, o Mapa da Violência, que elucidava o perfil dessas pessoas mortas em todo o território brasileiro. Uma das principais características das mortes levantadas pelo mapa da violência é a incidência masculina que correspondia a 94,4% das vítimas.

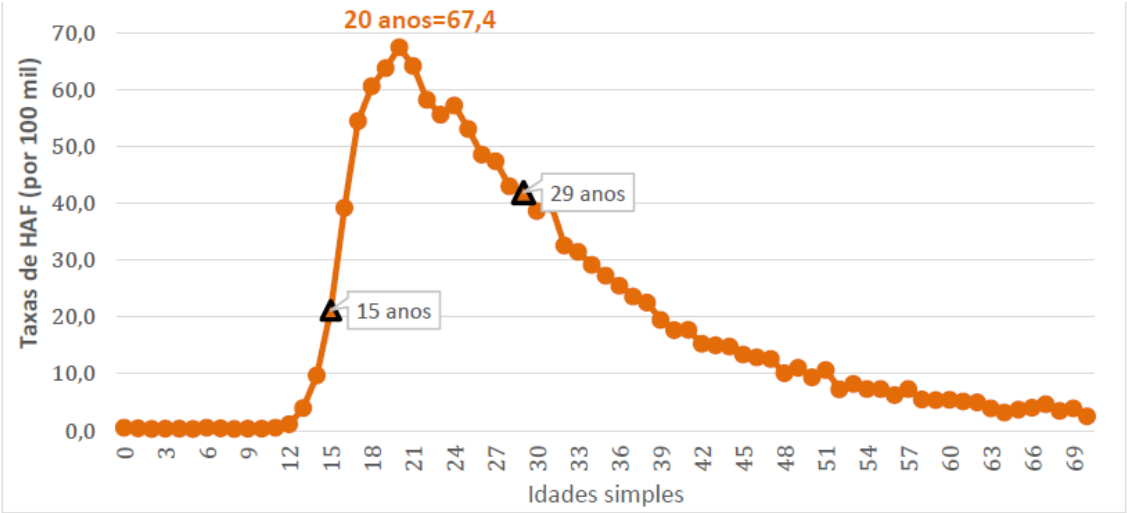
Figura 4: Participação % masculina nos homicídios por arma de fogo no Brasil



Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Outro dado relevante é que a população entre 15 e 29 anos correspondia a 60% desses indivíduos.

Figura 5: Taxa de homicídios por arma de fogo (por 100 mil), por idade simples no Brasil

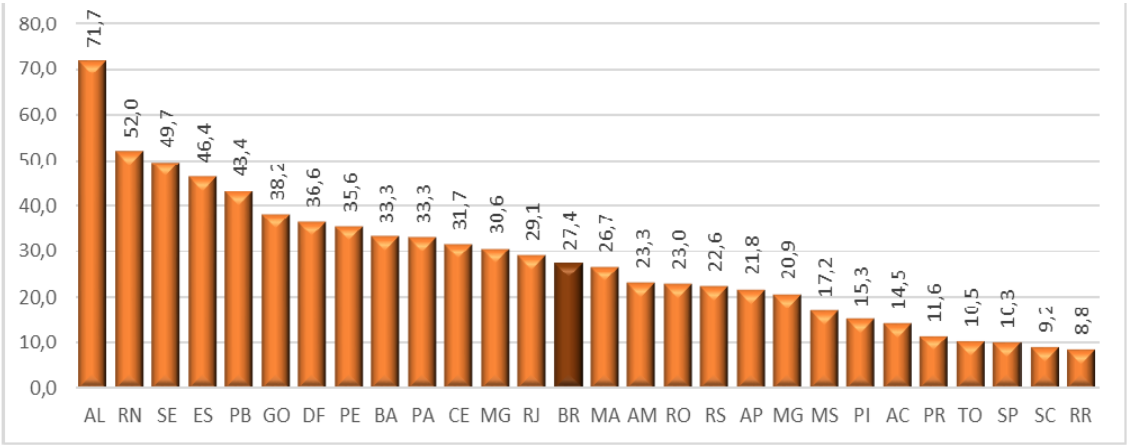


Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Uma questão preocupante é que dessas vítimas, enquanto na população branca ouve um decréscimo dos assassinatos, na população negra na qual a vitimização era de

71,7% em 2003 mais que quadruplica passando a 158,9%, dessa forma morrem 2,6 vezes mais negros que brancos.

Figura 6: Vitimização de negros nos homicídios por arma de fogo, por Estado no Brasil



Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Para além da questão colonial brasileira, o estudo traz como possibilidade a progressiva privatização da segurança para explicar esses números, que estaria acompanhando casos nas áreas educacionais, de saúde e de serviços públicos em geral. Essa explicação se dá no fato principalmente na capacidade financeira de ter acesso a esses serviços, basicamente quem tem uma condição econômica favorável paga um serviço privado. Assim enquanto uma família negra tem uma renda média, conforme dados do IBGE 2011, de 1978 reais uma família branca possuía uma renda superior a 3400 reais, ou seja, 75% maior. Assim, setores brancos mais abastados tem acesso a uma dupla segurança a privada e do Estado, enquanto a população negra, estatisticamente, mais periférica tem que se contentar com o ínfimo de segurança pública.

A outra explicação está relacionada a como áreas sociais, como saúde, educação, segurança, fazem parte de um jogo político eleitoral. Desse modo as melhorias nesses quesitos se espalham de forma desigual no aspecto territorial, devido a isso territórios nobres, onde há um predomínio de população branca, ganha visibilidade política e acaba por canalizar os recursos, enquanto as áreas periféricas, compostas em sua maioria por uma população negra, ficam a mercê desses benefícios.

Segundo Peres (2007), esses grupos de risco, passam a sofrer, além da vitimização fatal, a taxação, perante o resto da sociedade, como potencialmente ameaçadores pelo pertencimento a classes sociais perigosas (vimos uma parte dessa discussão no capítulo 1). Existe aqui uma cisão entre indivíduos que merecem proteção e aqueles potencialmente perigosos. As cidades, com as desigualdades econômicas e sociais, com

os preconceitos das mais variadas espécies, estigmatizam a população vulnerável como causadora de conflitos violentos.

O Brasil apresentou uma melhora considerável nos índices de pobreza e pobreza extrema da década de 90 até o censo realizado no ano de 2010. O emprego e a renda dos trabalhadores formais e informais expuseram significativa evolução e permitiu o ingresso de um novo contingente populacional no mercado de consumo e de uma relativa estabilidade econômica. Contudo em Goiânia, enquanto medidores como o IDHM indicavam melhora em muitos aspectos analisados, como a educação e longevidade da população, a desigualdade de renda aumentava paulatinamente. Segundo Montali e Lessa (2016), na sociedade globalizada há a tendência das cidades metrópoles concentrarem cada vez mais riqueza e crescimento e como a economia brasileira possui uma dinâmica instável elas, geralmente, também concentram um número maior de problemas sociais.

Esses problemas incidem diretamente nas pessoas que compõem O perfil da PSR. São indivíduos que vivem no nível da extrema pobreza. Embora seja uma população em idade economicamente ativa, possuem baixa escolaridade e estão submetidas a atividades profissionais muito precárias ou ao desemprego. São em sua maioria migrantes com vínculos familiares rompidos que vieram para Goiânia na perspectiva de melhorar suas vidas com a obtenção de estudo e trabalho e que infelizmente acabaram ficando em situação de rua. Mas a PSR também é constituída por pessoas que nos explicita as faces mais problemáticas dos processos da vulnerabilidade e da exclusão social. O perfil da PSR é basicamente muito similar aos das pessoas que mais morrem no Brasil, segundo o Mapa da Violência, e que estão mais sujeitas a situações violentas. E é sobre esse tópico, a violência contra essas pessoas, que o terceiro capítulo dessa dissertação versará.

3. CAPÍTULO 3: VITIMIZAÇÃO DA PSR E REDE ASSISTENCIAL

O crescimento das cidades promovido pela modernização e aprimoramento do capitalismo, não só produziu grandes mudanças econômicas e produtivas como também enfraqueceu as estruturas tradicionais de valores e relações sociais (VELHO, 1996). A industrialização e as novas tecnologias aceleraram esse processo alavancando a formação de ideologias individualistas. Essas ideologias têm por muitas vezes um caráter excludente do outro que não se encontra no mesmo *status* socioeconômico ou cultural, imputando a essa população excluída, às margens, uma noção de insegurança em relação

a seus atos e desejos na sociedade. O medo do outro, esse segregado, funda nas grandes cidades um problema de violência e medo generalizado que a "insegurança pessoal" traz (MACHADO, 2004).

Em Goiânia nos anos de 1990, começou a existir uma profusão de condomínios fechados em todo o espaço urbano da cidade. No ano de 2009, Goiânia era a terceira capital do Brasil em números de condomínios fechados, naquela época, a capital, tinha 14 condomínios, sendo 10 deles de grande porte (FRATTARI, 2009). Esse processo de enclausuramento consciente das pessoas de maior poder econômico nesses espaços confinados contribui para a segregação socioespacial entre ricos e pobres e colabora para a sensação de insegurança e classificação de outros indivíduos como socialmente ameaçadores. Essa nova forma de vida dessas classes mais abastadas de habitar a cidade, conforme Frattari (2009) por meio da segregação socioespacial permite a privatização de áreas públicas e a benesse de melhor infraestrutura para esses grupos privilegiados. Os condomínios representam hoje uma forte reação ao sentimento de medo e insegurança que permeiam a cidade devido a uma potencial "violência urbana".

Machado (2004) vai entender essa "violência urbana" como uma construção social que ordena o sentido e as formas de ação dos indivíduos. Essa violência encontra eco no medo da ameaça à integridade física e no risco à garantia de segurança do patrimônio. Tais ameaças, portanto, ajudaria a criar um sentimento de insegurança conforme destacado por Frattari (2009) e em Roché (1994) ao elucidar o significado prático desse sentimento. Para Roché, ele é constituído por comportamentos no tecido social na cidade, tais quais, vandalismo, comportamento desregrados, insultos e degradação, que segundo o autor, estão ligados a questões denominadas como "incivilidades". Muitos desses comportamentos que causam medo, não são controlados por uma ordem jurídica, mas sim por uma ordem social.

Roché (apud FRATTARI, 2009) constrói então uma tipificação em dois eixos de como esse sentimento de insegurança se estrutura. O primeiro, o medo e o segundo, a preocupação com a ordem. O medo, de maneira simplificada, diz sobre como os indivíduos criam um sentimento generalizado de insegurança, aqui não é necessário ter sido vítima ou conhecer alguém que tenha sido alvo de algum tipo de violência urbana. Existe um sentimento geral de perigo e de ameaça na cidade.

O segundo, fundamental nessa discussão, constitui uma construção no âmbito coletivo em como esse sentimento de insegurança é processado e como será combatido.

Nesse eixo a ordem é pensada, na velha da autoridade familiar, no uso da repressão, bem como na elaboração daqueles que serão socialmente vistos como perigosos. Dessa forma o medo e a insegurança se articulam para formar, na sociedade de forma geral, um intenso anseio por segurança que implicará na inflexível fronteira entre "nós" e os "outros", (FRATTARI, 2009). Assim a exclusão social e suas implicações passam a ser cada vez mais perceptíveis no tecido urbano, regozijadas por um desejo de uma parcela da sociedade por medidas repressivas severas contra aqueles que estão de fora das estruturas sociais convencionais.

Para combater esse sentimento de insegurança o Estado oferece a face dos agentes de repressão física e simbólica como os policiais militares. Esses, mas não só eles, são responsáveis pautados numa ideia de população segregada, são chamados para garantir e restringir o acesso a outras populações marginalizadas a determinados locais reafirmando constantemente quais são suas zonas de pertencimento dentro da cidade.

Não só pela agência estatal esse fato ocorre, esse sentimento de insegurança generalizada também é responsável pelo constante investimento privado em segurança, aparatos tecnológicos de vigilância que são marcadores de quem pode ou não acessar determinados locais no espaço urbano (Frattari, 2009). A cidade como espaço segregado permite, e não somente, necessita de situações violentas, desde que essa ocorra contra uma população marginalizada, nesse caso a de rua, para continuar o processo de investimento em segurança. Em analogia com o sistema prisional estudado por Foucault (1977), em que a prisão tinha função de reproduzir novos delinquentes para a manutenção do sistema de repressão. O medo do outro, que está nas margens, representa a mesma lógica no custeio de investimentos econômicos e controle da sociedade por agentes repressores.

Sobre essa mesma temática, Caldeira (2000) chama atenção que esse mecanismo de segregação urbana que cria o nós (os que precisam ser protegidos) e os outros (potencialmente perigosos) estabelece um sentimento de insegurança que, permite e legitima ações "extralegais da justiça" e o aumento de segurança privada. Para Bauman (2001), esse sentimento de insegurança, favorece a mercantilização do medo, que consiste numa atividade muito lucrativa, especialmente no que diz respeito aos capitais que são investidos em segurança e indústria de armamentos. Outro fator que Caldeira chama a atenção diz respeito à criação contínua dos condomínios fechados e dos gastos com equipamentos de segurança. Ademais não só o lucro que o sentimento de medo generalizado proporciona. Essa segregação, entendida por Caldeira, também permite a

legitimação e a criação de grupos de extermínio que objetivam sobre essa perspectiva, do nós contra eles, o assassinato dessas pessoas, bem como de ações policiais que extrapolam o âmbito da legalidade, sobre a justificativa do controle social e da ordem, (FRATARRI, 2009).

O controle social é caracterizado pela capacidade da sociedade de se autorregular de acordo com valores, normas, ideologias entre outras formas, compartilhados pela maioria, conforme o que é desejado pela mesma. O controle social não garante ordem social, nem a tranquilidade das relações sociais (Costa, 2003), de modo que são os conchavos sociais estabelecidos como regras que instituem a ordem pública e, essa ordem é constituída obviamente por quem detém um grande capital político-social e econômico, que determina as populações serão classificadas *outsiders* (Becker, 2008). Complementando essa discussão, Vital (2012, p.218) observa,

> Ambas as situações – aquelas nas quais as demandas são pela inculcação de padrões de civilidade e aquelas nas quais as demandas são por tutela – revelam o anseio de proteção das camadas médias e altas. A segurança ou, mais claramente, a proteção dos vitimados pela "violência urbana" e pela incivilidade/desajustamento dos favelados e suburbanos seria alcançada – na perspectiva das elites e camadas médias citadinas – mediante a conquista de um espaço urbano ordenado. E é nesse sentido que a "ordem pública" passa a ser um valor maior, uma grandeza (BOLTANSKI, 2009), configurando-se, assim, como a principal demanda política para a resolução dos mais variados problemas da cidade.

Assim se dá a classificação pelas elites e classe média dessa população — que não atende os padrões de civilidade colocados — como desviantes. É pelas relações assimétricas de poder entre determinados grupos ou indivíduos que o "ser" desviante será nomeado. Becker (2008) considera que os graus em que os atos serão considerados como desviantes variam dependendo de quem comete determinada ação e de quem se sente lesado. Nesse caso, da PSR, não é preciso cometer uma ação. O fato de serem quem são já é considerado o suficiente para a classificação do desvio.

> o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um "infrator". O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (Becker, 2008, p. 22)

Às PSR as categorias como, marginalizados e marginais, são inseridos a todo o momento por uma parcela da sociedade, além da constante relação feita entre o consumo de drogas lícitas ou ilícitas feitas por esses moradores. A imagem criada de drogados, bandidos, perigosos, coitados ou escória da sociedade são atribuídas a vida desviante que

esses indivíduos levam dos pressupostos sociais estabelecidos de civilidade, mascaram o sistema de desigualdade que as levaram a estar em situação de exclusão. É dessa forma que a grande parte da violência simbólica se manifesta. Bourdieu (1975, p. 19) observa que:

> "todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força".

É preciso compreender que o cenário de violência que se estabelecem hoje em Goiânia é a realidade de grande parte de todo o País. Essa realidade está pautada na construção e na diferenciação de práticas de sociabilidade que as cidades proporcionam, essas estão restritas às noções de prestígio e *status* social excludentes. No que diz respeito a PSR os espaços territorializados possuem diferenças e limites, no entanto, encontra-se em constante mudança (Velho, 1994). Neles a fuga das práticas violentas é uma necessidade intrínseca à possibilidade de vivenciar qualquer forma de vida. De forma que "os limites entre norma, conformismo, transgressão são (também) constantemente colocados em xeque" (VELHO, 1994, p.25). Wieviorka (1997) considera que as sociedades atuais se destacam pela não relação entre os seus atores sociais, pela discriminação, pelo ódio, assim como pela construção da necessidade do extermínio do "outro". Essa discussão é importante porque como já vimos, esse medo e estigma são direcionados a populações "excluídas", para camadas mais vulneráveis da sociedade (os outros) e sobre elas recaem os aspectos mais duros da violência e da vitimização desses grupos.

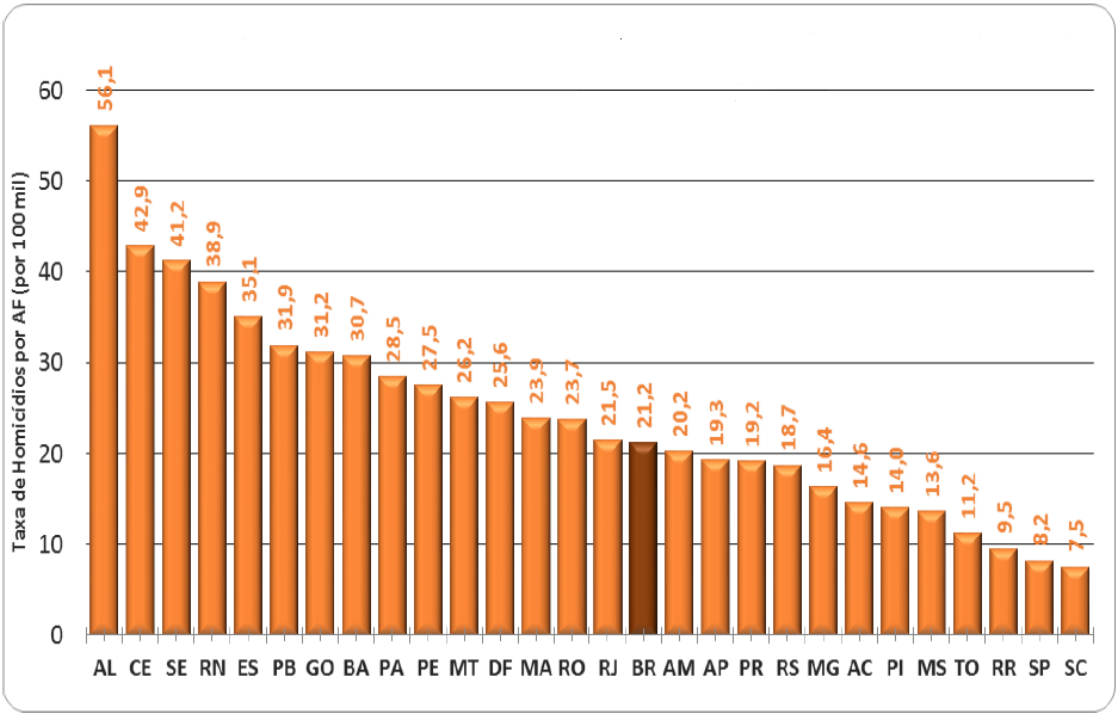
Dessa forma nesse capítulo será exposta, de forma geral, a situação de Goiânia em relação à violência. O enfoque será dado na discussão dos dados da vitimização da PSR goianiense evidenciados pela realização do Censo, analisada essa parte, essa dissertação procurará entender como está estruturada as políticas socioassitenciais voltadas para minimizar ou resolver os problemas dessa população na capital goiana, por meio do resgate do histórico dessas políticas e suas implicações, bem como pelas falas da PSR que utilizam esses serviços.

3.1.Vitimização da População em Situação de Rua

Goiânia, apesar de possuir um dos maiores índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país[10], tendo nas últimas décadas melhorado consideravelmente suas taxas em relação ao desemprego e acrescido sua renda não conseguiu que houvesse uma melhora na distribuição da mesma se tornando a capital mais desigual do país além de se encontrar entre uma das mais violentas[11].

Entre os anos de 1998 a 2012, segundo o Mapa da Violência (2012), Goiás passou de uma taxa de 13,4% de assassinatos para 1000 habitantes para 44,3%. Naquele ano o Estado Goiano representava a quarta Unidade Federativa mais violenta. Naquela década a alta correspondeu a 113,7%, sendo os jovens de 15 a 29 anos as maiores vítimas com uma taxa de 87,5 para cada 100 mil habitantes. No estudo mais recente divulgado em 2016, em todo o estado de Goiás houve uma redução da taxa para 31,2, contudo ainda se encontrava entre os 10 mais violentos estando na sétima colocação, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 7: taxa de homicídios por Estado no Brasil



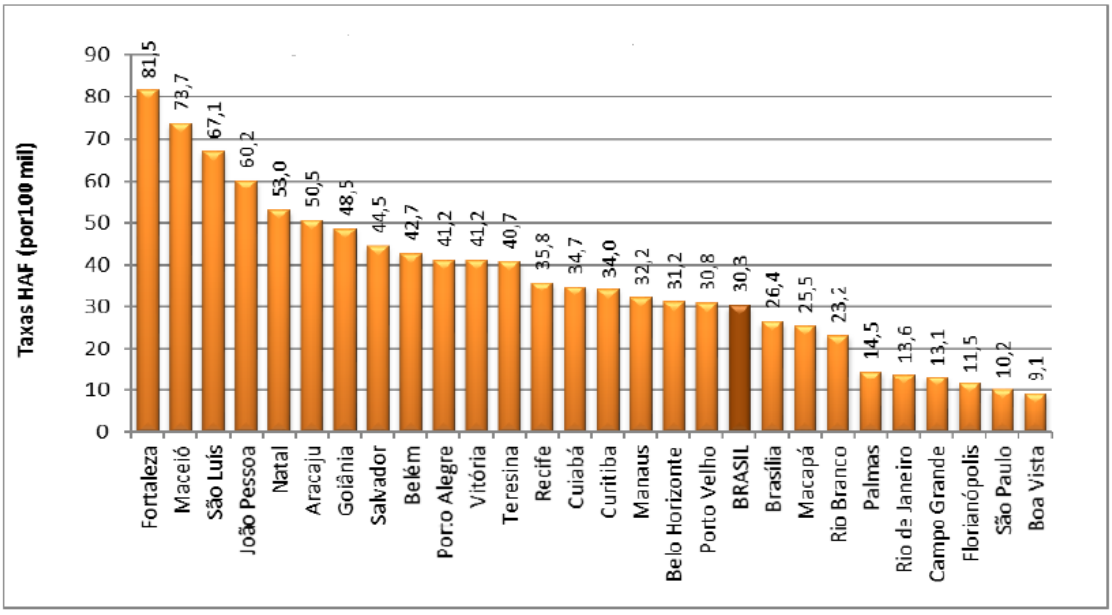
Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Entre os anos de 2002 a 2012 houve no munícipio de Goiânia um aumento de 71% de casos de homicídios. No ano de 2012 a taxa de encontrava-se em 55,4 para cada

[10] Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.
[11] Ver, SEGURANÇA, JUSTICIA Y PAZ. Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo. Estudo realizado pela ONG mexicana Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal; WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2016.

100 mil habitantes, esses números foram obtidos conforme o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do DATASUS. Nos índices divulgados em 2016 Goiânia apresentava uma melhora, tendo sua taxa reduzida para 48,5 para cada 100 mil habitantes, contudo estava entre as 10 capitais mais violentas na sétima colocação. Utilizando outra metodologia, tendo como base os números apresentados pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), a ONG mexicana Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública, considerou Goiânia como a 29ª cidade mais violenta do mundo com uma taxa de 43,89 mortes por 100 mil habitantes. Conforme a figura do Mapa da Violência:

Figura 8: taxa de homicídios por capitais no Brasil



Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Entre os anos de 2012 e 2015 a cidade de Goiânia vivenciou uma sequência de assassinatos da sua PSR. O número de mortos nesse intervalo chegou a 61 pessoas. Se compararmos com o número total encontrado pelo Censo, essa população assassinada corresponde a pouco mais de 17% de toda essa população encontrada no Munícipio.

Muitos desses homicídios, passados mais de dois anos, encontram-se sem resolução, não bastasse a falta de soluções os investigadores ainda alimentavam a mídia com discursos elucubrativos e incriminalizantes tais como os crimes possivelmente estivessem ligados ao consumo de drogas e ao tráfico na cidade. Contudo outras possibilidades foram elencadas tais como a atuação de um grupo de extermínio, ou o acerto de contas entre pessoas da própria PSR. Sabe-se, contudo, que no ano de 2014 um *serial killer* foi preso depois de ser acusado de cometer 39 assassinatos. Entre suas vítimas

estavam algumas dessas pessoas em situação de rua.[12] Nesse intervalo, porém até a federalização da investigação chegou a ser requisitada, devido ao reconhecimento da ineficiência do Estado em resolver o problema. Esse pedido, contudo, não foi acatado dentro do chamado Incidente de Deslocamento de Competência[13] (IDC) III, mas acatou alguns casos de desaparecimentos.

O número da PSR em situação de rua, no entanto, entre esse intervalo de anos pode ser ainda maior, numa pesquisa elaborada por Oliveira e Jesus (2015) que averiguavam sobre corpos indigentes encontrados no Estado de Goiás, mais de 100 corpos não haviam sido identificados ou reclamados no Instituto Médico Legal (IML) de Goiânia.

Tabela 15: Corpos encontrados no IML 2014

DESCRIÇÃO	Mês / 2014												TOTAL
	jan	fev	Mar	Abr	mai	Jun	jul	Ago	Set	out	nov	Dez	
Homens	2	7	4	8	8	3	4	7	8	6	7	10	74
Mulheres	1	0	1	2	4	0	0	0	1	2	0	2	13
Crianças/Feto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Sexo Indefinido	0	0	0	4	1	2	0	2	1	0	1	2	13
TOTAL	**3**	**7**	**5**	**14**	**13**	**5**	**4**	**9**	**10**	**8**	**8**	**16**	**102**

Fonte: Oliveira e Jesus, 2015.

Desses corpos 74 eram homens, 13 mulheres, 2 crianças/feto e 13 não foram possíveis definir. Sabemos que existe uma alta incidência de falta de documentos pela PSR e que ela tem seus vínculos familiares rompidos, sendo composta em grande parte de uma população imigrante, dessa forma é possível supor que algumas pessoas encontravam-se em situação de rua.

Mesmo com o cenário extremamente desfavorável até 2015, isso não impediu da parte da PSR encontrada que era originaria de fora do estado migrasse para Goiânia. Isso demonstra dois fatos. O primeiro é que grande parte desses indivíduos não tinham conhecimento da situação alarmante que espreitava no munícipio e outro é que parte dessas pessoas quando migraram, ou saíram das suas respectivas residências (para aqueles que já residiam em Goiânia e que tinham uma casa), não esperavam ficar em situação de rua, o que pode ser observado no tempo em que essas pessoas se encontravam nas ruas com a maioria com menos de 1 ano.

[12] Parágrafo 5º do artigo 109 da Constituição Federal dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

No capítulo 2, foram expostos os motivos para a PSR escolherem Goiânia como morada (tabela 6), mas o que não vimos, é o motivo dessas pessoas acabarem nas ruas goianienses.

Tabela 16: Motivos que levaram a PSR a estar em nas ruas

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
	Problemas familiares	48	13,7	25,1
	Desemprego	25	7,1	13,1
	Drogas	25	7,1	13,1
	Imigração	17	4,8	8,9
	Por não possuir família	16	4,6	8,4
	Não tem onde morar/Esperando um lote	16	4,6	8,4
	Doença/Tratamento de doença	13	3,7	6,8
	Falta de condições financeiras	6	1,7	3,1
	Por livre e espontânea vontade	4	1,1	2,1
	Vítima de algum tipo de violência	3	,9	1,6
	NSD/NR	18	5,1	9,4
	Total	191	54,4	100,0
	Não se aplica	160	45,6	
Total		**351**	**100,0**	

Fonte: NECRIVI, 2015.

Se juntarmos os problemas familiares e a falta de família, grande parte da PSR encontra-se na rua pelos rompimentos dos seus vínculos familiares, esse motivo corresponde a 33,5%. 16,2% estavam nas ruas por desemprego e por falta de condições financeiras em manter uma casa. Ademais, 13,1% foram para as ruas motivadas por problemas de vício em substâncias psicoativas.

Segundo Bursztyn, o lado mais problemático desse processo de rompimentos sociais (seja o trabalho ou família), que levam as pessoas as ruas são como seus vínculos que, supostamente, deveriam ajudá-las a permanecer na estrutura legitimada como única possível na sociedade vão se desfazendo. Assim, dificilmente conseguem uma rota de volta uma vez que elas saem do 'mundo oficial' e começam a ser vistas como "problema'". (BURSZTYN, 2000, p.51).

É nesse contexto que Bauman (2005) nos traz a reflexão de uma "população supérflua", um "refugo humano", que não conseguem adentrar num projeto de sociedade que valoriza a produção e o consumo e que, portanto, são duplamente rejeitados de tal modo que não são consumidores e estão desqualificados até mesmo para fazer parte de um "exército de reserva". Muito da constituição da identidade hoje, nas sociedades capitalistas, passam pela lógica do consumo de determinadas mercadorias como marcadores identitários, uma vez que, essas pessoas já não servem mais para produzir ou consumir e não tem vínculos com quem possa inseri-las no "mundo oficial", passam a

estar sujeitas a medidas repressivas de humilhação pública e à possibilidade de agressões extremas, como espancamentos e morte. Essa legitimação concedida pelo restante da sociedade, uma vez consolidado o processo de exclusão social, permite ou facilita novas formas de violência, podendo ser vistas nas tabelas a seguir.

Tabela 17: PSR por vitimização

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
	Sim	126	35,9%	65,6%
	Não	66	18,8%	34,4%
	Total	192	54,7%	100,0%
	Não se aplica	159	45,3%	
Total		**351**	**100,0%**	

Fonte: NECRIVI, 2015.

De acordo com o relatório, 65,6% da população afirma já ter sofrido algum tipo de violência nas ruas, enquanto 34,4% disseram que não. Contudo, é preciso duvidar das negações, primeiro porque muitas dessas pessoas têm medo de retaliações por falar sobre as violências que sofreram, segundo porque na rua o entendimento do que é violento ganha outras significações.

De forma geral, a violência contra esses indivíduos é pensada através da atribuição de uma identidade a essa PSR. Eles estão favoráveis a sofrer violência por terem na sociedade uma identidade fragilizada ou classificada como inútil devido aos seus processos de rompimento com a ordem estabelecida e com sua dificuldade de voltar ao sistema produtivo e de consumo. As classificações como excluídos e marginais, portanto, facilitam a criação de uma identidade dessas pessoas como não cidadãs, sujeitas à repressão ou ao descaso.

Berger (1983) trabalha com a ideia de que os indivíduos reagem de formas pré-estabelecidas conforme as estruturas já colocadas e conhecidas pela sociedade. Assim os sujeitos (as) ajustam-se como moldes conforme as categorias são postas. Dessa forma, muitos estigmas não conseguem ser superados pela PSR. Vítimas do preconceito e do processo de exclusão de uma sociedade que os rejeita, muitas vezes "o morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, sentindo-se fracassado, caído" (VIEIRA e col. 1994, p. 100). Ainda conforme os autores:

> pessoas que vivem em situação de extrema instabilidade, na grande maioria de homens sós, sem lugar fixo de moradia, sem contato permanente com a família e sem trabalho regular; são demandatários de serviços básicos de higiene e abrigo; em que a falta de convivência com o grupo familiar e a precariedade de outras referências de apoio efetivo e social fazem com que esses indivíduos se encontrem, de certa

> maneira, impedidos de estabelecer projetos de vida e até de resgatar uma imagem positiva de si mesmos (VIEIRA e col., 1994, p. 155).

Apesar de Berger acreditar que as identidades sejam relativas e, portanto, capazes de se alterar ao longo da vida, elas dependem das localizações sociais desses indivíduos. Esse fato tende a evidenciar não só a ação social, mas também considerar de extrema importância a estrutura social, uma vez que o "sistema de significados" (BERGER, 1983, p. 76) se encontra nela. Esse sistema de significados materializa as estruturas sociais, sejam elas políticas, culturais ou econômicas, e como elas serão percebidas e aceitas pelos indivíduos/ grupos. Se pensarmos nessa perspectiva a PSR tem a oportunidade de superar os estigmas imposta a ela, mas para isso o modelo que estrutura as sociedades ocidentais capitalistas também precisaria ser alterado, uma vez que é ele que organiza nas sociedades atuais o sistema de significados que permitem as situações de vulnerabilidade dessa população.

Dessa forma, pensando na estrutura social, e como parte dessas situações são configuradas como exclusão social, Castel (1997) vai argumentar em até que ponto a marginalidade ou exclusão está associada a questão do desvio e do estigma dado a essa população que muitas vezes são pensadas como intransponíveis. A marginalidade ou processos marginais para o autor encontram-se em constante transformação, dificultando a categorização ou o enquadramento em categorias já existentes. Assim, as zonas criadas por Castel para identificar e classificar os indivíduos ou grupos conforme a sua situação social, sendo elas, a zona de integração a zona de vulnerabilidade e a zona de marginalidade chamada por ele de desfiliação, encontra-se em processos mutáveis, principalmente as zonas de vulnerabilidade, no qual se possui trabalhos precários e fragilidade de apoios relacionais e desfiliação, com a ausência de trabalho e isolamento relacional.

> As "zonas" que distingui não são dadas em definitivo, suas fronteiras são móveis, operando-se passagens incessantes de uma a outra. A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (CASTEL, 1997, p.26)

Robert Castel (2005) trata em sua obra de um grande crescimento da incerteza numa sociedade em que a ideia do pleno emprego não foi capaz de distribuir os ganhos do capitalismo avançado em todas as partes do planeta, portanto, existe uma crise da "modernidade organizada" que diz respeito à quebra dessa expectativa.

> Esta modernidade não conseguiu realizar a grande promessa trazida pelo liberalismo: aplicar ao conjunto da sociedade os princípios da autonomia do indivíduo e da igualdade dos direitos. Uma sociedade não pode fundar-se exclusivamente num conjunto de relações contratuais entre indivíduos livres e iguais, pois assim ela exclui todos aqueles, e em primeiro lugar a maioria dos trabalhadores, cujas condições de vida não podem garantir a independência social necessária para entrar em paridade numa ordem contratual. (CASTEL, 2005, p.41).

A perspectiva de Castel recai sobre o não reconhecimento desses indivíduos enquanto cidadãos na sociedade. No Brasil essa perspectiva de como é construída a cidadania e de quem é cidadão passa estritamente pelas dimensões do trabalho e da identidade dos indivíduos enquanto trabalhadores, de tal forma que os direitos sociais e formas de proteção social estão condicionados a essa identidade (CARRETEIRO, 1999). A desfiliação proposta por Castel, passa pelo entendimento não só pelas fragilizações desses vínculos sociais como o trabalho e a família, como também pela negação dos indivíduos voltarem a ter oportunidade de acesso nesse sistema.

Dessa negação surgem, muitas vezes, os processos violentos. Minayo (1994) vai reconhecer na violência um caminho igualmente legitimado que irá se contrapor ao diálogo e/ou reconhecimento de/com determinados grupos sociais. Dessa forma a violência não diz respeito somente às agressões físicas e simbólicas que são direcionadas a essa população, mas também a negação de determinadas grupos possuírem direitos sociais. É nesse contexto que a formulação teórica proposta por Castel pode nos auxiliar a visualizar como os processos violentos podem emergir. Abramovay et al (2002), ressalta que as violências no geral, são resultados das vulnerabilidades sociais em que os indivíduos estão inseridos, provocados pelo cerceamento ao acesso de oportunidades sociais, e econômicas oferecidas pela sociedade e pelo mercado, assim como pelas políticas públicas do Estado.

Tabela 18: Agentes das violências contra a PSR no município de Goiânia

	Outras pessoas em situação de rua	Polícia Militar	Polícia Civil	Guarda Municipal	Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal	Moradores da Região	Comerciantes	Traficantes	Não identificado pela vítima
Sim	63,5%	34,9%	9,5%	11,9%	41,3,%	15,1%	4,8%	7,9%	37,3%
Não	36,5%	65,1%	90,5%	88,1%	58,7%	84,9%	95,2%	92,1%	62,7%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: NECRIVI, 2015

Entre aqueles que foram vítimas, 63,5% disseram que o agente da violência foi outras pessoas em situação de rua, seguidos de: não identificados (37,3%), Polícia Militar (34,9%), moradores da região (15,1%). Entretanto como o relatório chama a atenção quando somados os índices dos agentes estatais (Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana) o número chega a 41,3%. Por fim traficantes com 7,9% e comerciantes com 4,8% completam a tabela.

Segundo Oliveira (1997), nas últimas décadas tem se tornado notório o pleito por policiamento e atitudes repressoras contra indivíduos e grupos considerados socialmente perigosos. Essa requisição vem principalmente das camadas mais conservadoras na sociedade, que se embasam num senso comum sobre a questão da segurança. Ocorre que, agora, essas mesmas questões aparecem em setores mais intelectualizados da sociedade, que também não se preocupam com os efeitos cruéis de determinadas ações cometidas contra esses grupos. Assim, essa população "desfiliada", conforme Castel é acusada de promover a violência urbana e por isso são alvos a serem civilizados ou tutelados (Vital, 2012), constituindo as coerções físicas, simbólicas e morais os métodos utilizados.

> Com efeito, as constantes, repetidamente condenadas, mas nem por isso estancadas, chacinas e execuções a que o Brasil assiste nos últimos anos — envolvendo policiais e grupos de extermínio, certo, mas também linchadores, 'justiceiros' e mesmo bandidos entre si — são indícios de que começa a tomar forma na sociedade brasileira um processo de extermínio de seus 'excedentes', já não assimiláveis pelos processos tradicionais de trabalho e socialização. É como se esses acontecimentos respondessem de forma afirmativa à nossa indagação inicial sobre a existência ou não dos excluídos, na medida em que essas mortes exemplificam um processo de exclusão, na mais insuperável radicalidade do termo, (OLIVEIRA, 1997, p.58).

Embora acusados de promover as situações de violência nas sociedades, essa população é em grande parte vítima do sistema estabelecido. Oliveira (1997) vai explanar

que a violência sofrida por esse grupo é resultado de uma "exclusão máxima" desses indivíduos da sociedade e ela é representada pela sua morte. Não há mais vontade política ou econômica de inserir pessoas que tem baixa escolaridade e pouca capacidade de inserção no mercado de trabalho, dessa forma, como excedentes, esses indivíduos ficam a mercê de vários agentes repressores que perpetram violências de variados tipos.

Tabela 19: Vitimização por tipo de crime

		Furto	Roubo	Estupro ou tentativa de estupro	Tentativa de assassinato	Agressão Verbal	Ameaça	Agressão física
	Sim	46,0%	50,8%	7,9%	44,4%	67,5%	54,8%	58,7%
	Não	54,0%	49,2%	92,1%	55,6%	32,5%	45,2%	41,3%
Total		**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015

No ano da realização do Censo das pessoas que responderam sofrer alguma violência agressão verbal correspondia a (67,5%), a agressão física (58,7%), seguidos por ameaça (54,8%), roubo (50,8%), furto (46%), tentativa de assassinato (44,4%) e, por último, estupro ou tentativa de estupro (7,9%).

Com os assassinatos da PSR ocorridos na cidade Goiânia, entre os anos de 2012 e 2015, o medo que assolou as camadas medianas ou mais bem-sucedidas e que regozijam de direitos políticos e sociais, estabeleceu uma percepção de violência que não correspondia com a realidade. Essa população "integrada" parecia assistir indiferente à violência contra o outro, aquela que estava "excluído", mas, paradoxalmente, o sentimento de insegurança causado pelos assassinatos levou essa população a pronunciar sobre esses indivíduos que antes eram ignorados na sociedade, desde sugerindo as formas de acabar com os homicídios, procurando saber os processos de investigação ou concordando com a "higienização" que acontecia na cidade.

Essa aparente preocupação não foi resultado do reconhecimento desses indivíduos enquanto sujeitos de direitos ou membros do tecido social, foi antes de qualquer coisa, reflexo de combate a um sentimento de insegurança generalizado que assola a capital goiana devido aos seus altos índices de criminalidade, visibilizando contraditoriamente as mortes, mas apagando socialmente os sujeitos mortos. A violência contra a PSR não acontece somente pela restrição ou negação dos direitos produtivos e de sociabilidade, mas se impõe também quando suas falas são inviabilizadas, quando seus corpos sofrem a proibição de mostrarem suas histórias de vida em locais públicos e

quando tem sua cidadania na sociedade minada ou questionada ou são por fim apagadas do contexto social. Portanto, a exclusão desse grupo nesse sentido é, sobretudo, política, pautada em uma ética de como construímos as relações nas cidades (Oliveira, 1997), assim como se tornou política a questão das mortes dessa população para a sociedade goianiense, não pela morte dessas pessoas, mas pela imagem construída de cidade violenta.

Apesar de todas as situações de fragilização a PSR ainda possui, no seu interior, integrantes que estão num estágio ainda mais vulnerável: mulheres e jovens. Ademais muitos dessa população possuem seus problemas acentuados com o uso das bebidas alcoólicas e outras drogas que geralmente são consumidas nas ruas (Ferreira, 2005).

Tabela 20: Categoria de idade por tipo de crime

		Furto	Roubo	Estupro e tentativa	Tentativa de assassinato	Agressão Verbal	Ameaça	Agressão física	**Total**
Categoria de idade	Adolescente	50,0%	50,0%	25,0%	25,0%	75,0%	75,0%	87,5%	**88,9%**
	Adulto	45,0%	48,6%	7,2%	45,9%	65,8%	55,0%	59,6%	**64,5%**
	Idosos	57,1%	85,7%	4,7%	42,9%	85,7%	28,6%	42,9%	**63,6%**
Total		**46,0%**	**50,8%**	**7,9%**	**44,4%**	**67,5%**	**54,8%**	**58,7%**	**65,6%**

Fonte: NECRIVI, 2015

Como foi analisado pelo Mapa da Violência (2016) a juventude, no geral negra, são os maiores vitimizados pela violência urbana, principalmente os homicídios. Os jovens em situação de rua em Goiânia também é o grupo etário com maior incidência de violência. Ao relacionar as vítimas com a categoria idade, percebemos que, adolescente que sofreram agressão física corresponde a 87,5% e é a violência mais recorrente, seguidas de ameaça e agressão verbal as duas com 75%. Entre os adultos a agressão verbal com 65,8% aparece como a mais recorrente, seguida de agressão física (59,6%) e ameaça (55%). Na população de idosos as violências mais cometidas são roubo e agressão verbal ambas com 87,5%.

Tabela 21: Sexo da vítima por tipo de crime

		Furto	Roubo	Estupro e tentativa	Tentativa de assassinato	Agressão Verbal	Ameaça	Agressão física	**Total**
Sexo	Masculino	47,2%	50,9%	3,7%	45,4%	64,8%	52,8%	61,1%	**67,5%**
	Feminino	41,2%	47,1%	35,3%	35,3%	82,4%	64,7%	52,9%	**54,8%**
Total		**46,0%**	**50,8%**	**7,9%**	**44,4%**	**67,5%**	**54,8%**	**58,7%**	**65,6%**

Fonte: NECRIVI, 2015

Ao distinguir a vitimização por gênero temos que os homens sofrem mais com agressão verbal 68,4% e agressão física 61,1%. As mulheres estão mais vulneráveis a sofrerem agressão verbal 82,4% e ameaça 64,7%, além disso, as mulheres correspondem a 35,3 % de estupro e tentativa de estupro.

Segundo Frangella (2004), embora as mulheres apareçam numa situação mais desfavorável que os homens, principalmente no que tange as violências sexuais, elas não são passíveis e encontram formas de sobreviver a essa realidade. Uma dessas formas é que essas mulheres podem decidir assumir uma postura de companheiras submissas e fiéis, sempre abertas às práticas sexuais "incorporando os ideais tradicionais de *womanhood*" cobram, portanto, que os homens sejam seus mantenedores e visam formar a ideia mais similar de uma unidade familiar e assuntos domésticos, mesmo em ambiente público.

A outra possibilidade é que as mulheres marquem sua vivência nas ruas sendo solitárias. Encontram na solidão força para criarem uma personalidade de postura agressiva e forte em contraposição aos homens e ao perigo imposto por eles. Frangella (2004) considera que essa postura é necessária para impedir a apropriação de sua condição feminina por parte destes. "São mulheres muito agressivas, que, se necessário, utilizam facas para se proteger". O isolamento provocado conscientemente por essas mulheres está intimamente ligado às "performances corporais" que constantemente são associados a distúrbios mentais, entre esses comportamentos estão movimentos de mãos, olhos arregalados, voz alta, que muitas vezes se apresentam como forma de defesa pessoal.

Tabela 22: Consumo de substâncias psicoativas

	Álcool	Tabaco	Inalantes	Maconha	Cocaína	Crack
Sim	60,4	58,9	8,3	27,1	9,9	26,0
Não	35,9	36,5	87,0	68,2	85,4	69,3
NSD/NR	3,6	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: NECRIVI, 2015

A PSR também se encontra vulnerável e mais exposta a violência devido ao consumo de substâncias psicoativas. O vício em substâncias psicoativas se apresenta como terceiro fator que mais levou pessoas a romperem com seus vínculos e ficarem em situação de rua no município goiano. Zaluar (1994) avalia que determinadas práticas, como por exemplo, o consumo de drogas e uso das bebidas alcoólicas, nesse casso específico pela PSR que já possuem suas ações estigmatizadas, podem favorecer ainda mais a rejeição:

> O deslocamento permanente de uma parte da população para a rua coloca novos problemas para se pensar sobre a separação entre o público e o privado. Isto porque [...] a exibição na via pública dos atos usualmente realizados na intimidade provoca rejeição dos que são obrigados a assisti-los, na medida em que subverte este princípio da separação básica da *vida social humana* (1994, p.23).

Esse processo segundo autora se dá porque não existe uma separação do público e do privado na rua, dessa maneira o consumo dessas substancias bem como seus efeitos não podem ser mascarados por essas pessoas no espaço urbano, sujeitas aos estigmas impostas a elas, essas pessoas passam a ser classificadas como viciadas, bêbadas, e ainda mais perigosas, por suspostamente contribuir com o tráfico de drogas.

Os/as entrevistados/as, ao responderem sobre o consumo de substâncias psicoativas, apresentam as seguintes porcentagens de consumo: álcool (60,4%), seguido do tabaco (58,4%), maconha (27,1%), crack (26%), cocaína (9,9%) e, por último, inalantes e solventes (8,3%). Dessa forma fica evidente que a associação da maior parte da PSR como usuária de alguma substância ilícita não se confirma, embora seja preciso levar em consideração a negação em assumir o uso desses psicoativos. Pelas respostas obtidas, as drogas lícitas, são responsáveis pelos maiores índices.

Tabela 23: Tipo de substância por frequência de uso

		Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	**Total**
Substâncias	Álcool	81,9%	12,9%	5,2%	**100,0%**
	Tabaco	95,6%	3,5%	0,9%	**100,0%**
	Maconha	84,6%	13,5%	1,9%	**100,0%**
	Inalantes e solventes	75,1%	18,8%	6,3%	**100,0%**
	Cocaína	52,7%	10,5%	36,8%	**100,0%**
	Crack	92,0%	6,0%	8,0%	**100,0%**

Fonte: NECRIVI, 2015

Aqueles que são usuários de tais drogas lícitas e ilícitas consomem frequentemente essas drogas com porcentagens respectivas de álcool 81,9%, tabaco 96,5%, maconha 84,6%, inalantes e solventes 75,1%. A cocaína se apresenta como um diferencial devido ao seu preço pouco acessível a essa população, ficando com uma porcentagem de 52,7%. O crack tem uma taxa de 92%. As substâncias com maior frequência de uso são aquelas relativamente baratas e fáceis de serem encontradas por esses consumidores.

Tabela 24: Categoria de idade por tipo de substância psicoativa

		Álcool	Tabaco	Maconha	Inalantes	Cocaína	Crack
Categoria de idade	Adolescentes	11,1%	33,3%	22,2%	11,1%	0,0%	22,2%
	Adultos	64,5%	61,0%	28,5%	8,7%	10,5%	26,7%
	Idosos	36,4%	45,5%	9,1%	0,0%	9,1%	18,2%
Total		**60,4%**	**58,6%**	**8,3%**	**27,1%**	**9,9%**	**26,0%**

Fonte: NECRIVI, 2015

Outro dado importante mostra que o consumo dessas drogas se dá em sua maioria pela população adulta no qual o consumo de álcool chega a 64,5 % e o tabaco 61%. Os idosos são responsáveis por 45,5% do consumo do tabaco e 36,4% do álcool. Os adolescentes têm predileção pelo tabaco 33,3% e maconha e crack ambos com 22%.

Coggiola (1997) faz uma consideração de que o cenário político-econômico, que é causa da entrada dessas pessoas nas ruas, favorece a marginalização das populações pobres e as exclui do mundo capitalista no que tange ao consumo. Isso acaba por incentivar o consumo dessas substâncias. Duas realidades derivam desse fato: parte dessa população começou o uso a partir do momento que foi para a rua, e parte daqueles que já

a consumiam de maneira exacerbada foi ocasionada por problemas estruturais do próprio sistema. Nas palavras do autor:

> O consumo de drogas, que o capitalismo universalizou e massificou em cada época em grupos sociais e nacionais diferentes, esteve, na década de 1980, diretamente associado à extensão da marginalidade, da pobreza e da desocupação. O capitalismo só pôde oferecer crack, cocaína e heroína aos jovens que não emprega, aos emigrantes que expulsa, às minorias que discrimina ou aos trabalhadores que destrói (COGGIOLA, 1997, p. 3).

Uma vez nas ruas, como avalia Sebes (1992), o consumo de álcool e de outras substâncias é muitas vezes considerado mais importante que o consumo da comida. É por meio dele que esses indivíduos enfrentam o frio, as doenças, os perigos da vida na rua e a solidão. O Álcool permite desligar o sofrimento da rua se transformando em uma possibilidade suportável de viver a vida. (ESCOREL, 1999).

Contudo, embora o consumo de álcool ainda seja majoritário, com crescimento do consumo do crack um cenário alarmante se apresenta no que diz respeito às vidas já fragilizadas dessa população: a sua saúde. Usuários/as de crack estão mais propensos a doenças sexualmente transmissíveis e imunológicas devido ao consumo dessas substâncias[14].

Além disso, no Brasil, existe um caráter institucional do Estado de intervenção que visa "limpar" os indesejáveis dos espaços urbanos. Para isso se pautam em ações policialescas e repressivas para a "higienização" das cidades (PERGENTINO, 2014). Os vistos como drogados, viciados e ajudantes da expansão do tráfico são os primeiros a sofrerem essa intervenção e ficam, portanto, a mercê de uma violência institucionalizada legitimada pelo restante da sociedade.

Seja pelo próprio problema estrutural capitalista, ou seja, as fragilizações causadas pela pobreza, desemprego, desigualdade social, seja pelo próprio cenário de violência urbana que deriva desses problemas e que se instalaram nas cidades, a PSR, encontra-se completamente exposta aos processos violentos das mais variadas ordens. Goiânia hoje é um local extremamente perigoso para a manutenção da vida desses indivíduos tanto pela com alta incidência de violência no que diz respeito aos homicídios, como pela dificuldade de reinserir essa população numa capital no qual uma desigualdade alarmante só aumenta.

[14] Ver: PESQUISA NACIONAL SOBRE O USO DE CRACK Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?

De maneira geral nos últimos anos, algumas medidas vêm sendo tomadas para reinserir a PSR nos processos produtivos, bem como nas redes relacionais da sociedade, o que não vêm obtendo muito êxito (Ferreira, 2005). Entretanto, a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Santos; Bevilacqua, 2012) nos mostra que, como ressalta Silva (2013), os indivíduos marginalizados estão cada vez mais em processo de "institucionalização, mediatização e hipervibisibilização", o que para o autor é decorrência de um processo de exclusão das vidas desses sujeitos(as) na qual o sofrimento e a marginalidade passaram a servir como método de existência e *reivindicação* de direitos. Na próxima sessão veremos como se estruturam as políticas sociais que objetivam mitigar os problemas até aqui destacados.

3.2.Instituições assistenciais em Goiânia

Aqui discorrerei sobre como foram organizadas as redes assistenciais no Brasil, no que tange as políticas assistenciais, mais especificamente que auxiliam a PSR, dessa forma trarei informações em nível nacional e de que maneira o município de Goiânia seguiu esse processo e estruturou e reforçou suas políticas assistencialistas.

Santos e Couto (2015) discorrem brevemente de como funciona e está organizada a política assistencial social no Brasil. As medidas de assistência social são políticas não contributivas, direito de todo cidadão baseados na constituição de 1988, sendo dever do Estado. Essa premissa está baseada nas diretrizes na gestão de políticas públicas da constituinte e também na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993 que estabelece o funcionamento assistencial. Essa lei determina que as políticas de assistência social devem ser organizadas de maneira descentralizada com a participação do poder público e da sociedade civil. Além disso, também existe o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que tem como função organizar os serviços que serão ofertados para a população, tendo suas ações baseadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que data de 2004. O SUAS é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) que recentemente passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

O MDSA tem como finalidade expandir a assistência social às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Como estratégia de atuação nas três esferas de governo, está uma hierarquização de dois eixos: A Proteção Social Básica e Especial. A Proteção Social Básica visa à construção de programas e medidas para o fortalecimento

dos vínculos na comunidade bem como no desenvolvimento e autonomia dos indivíduos que necessitam de seus serviços. Dessa forma:

> É destinada a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, exclusão social, falta de acesso as políticas públicas, dentre outras. A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos. Já a Proteção Social Especial se destinada à pessoas cujos direitos já foram violados e vivenciam uma realidade de risco social e/ou pessoal. (SANTOS; COUTO, 2015, p.3)

Contrastando com a Proteção Social Básica a Especial não tem caráter preventivo. Ela tem como finalidade promover a proteção daqueles que dela necessitam, caso de indivíduos e famílias que passam por abandono, afastamento do convívio familiar, violência física e simbólica, tendo uma ampla gama de flexibilidade de ações. As medidas para a PSR se encontram dentro dessa linha. Geralmente, a proteção Social Especial é gerida pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), mas não necessariamente só eles executam esses serviços. Como Bernardes, Souza e Oliveira (2014) consideram, existe uma gestão social presente nas políticas sociais de forma a funcionar como respostas aos problemas sociais, dessas respostas surgem o setor público como principal agente para a resolução dos problemas, contudo, embora o Estado seja o agente central outros atores podem aparecer para dar respostas à sociedade civil. Assim Bernardes, Souza e Oliveira afirmam (2014, p. 8),

> Nos dias atuais a gestão social é compartilhada quem responde aos problemas sociais são Estado, sociedade civil e o mercado, essa nova tendência acarreta algumas transformações, como política e programas controlados por fóruns de decisões, execução em parceria, e publicização das políticas públicas, sendo que os sujeitos coletivos são os corresponsáveis na implementação de decisões e repostas às necessidades sociais. Espera-se uma gestão com menos controle burocrático e mais voltados a medir a eficiência nos gatos e a eficácia e efetividade nos resultados.

Conforme Santos e Couto (2015) analisando o papel do hoje MDSA que a Proteção Social Especial está dividida entre média e alta complexidade:

> As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em

> parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades. (SANTOS; COUTO, 2015, p.4)

A Proteção Social Especial de Média Complexidade se resume na oferta de atendimento especializado a pessoas que, ainda que vivam em situação de vulnerabilidade e risco, estão inseridas em um núcleo familiar e seus vínculos comunitários permanecem.[15] Dessa forma geralmente são encaminhadas para o CREAS do município. Como serviços inseridos nessa categoria conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, pag.3), temos: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade encontramos pessoas que estão com seus laços familiares e comunitários completamente rompidos. Instituições que oferecem atendimento de alta complexidade encontram pessoas em situação de abandono e violação de direitos e ameaçadas, necessitando assim de acolhimento provisório com infraestrutura adequada de serviços de segurança, higiene e alimentação. Os serviços oferecidos também visam fortalecer os vínculos sociais dos indivíduos atendidos para que possam ser reinseridos na sociedade. Temos então abrigos institucionais, Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência, Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.[16]

Entre o ano de 2005 e 2008 o MDS criou nada menos que 17 portarias que diziam diretamente a respeito da elaboração da política pública para a PSR. Elas antecederam a criação da Política Nacional para a inclusão dessa população cunhada em 2008. Ainda nesse ano foi realizada a primeira Pesquisa sobre a população em situação de rua que abrangia grandes cidades brasileiras responsável pela criação do perfil dessas pessoas.

No ano de 2009 com os dados da pesquisa consolidados é realizado o II Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua. Nesse encontro foram formuladas as bases para a criação do Decreto nº 7.053 de 23 /12/ 2009 que correspondia a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de

[15]Ver: RESOLUÇÃO CNAS N. 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.
[16] CNAS, op. cit

Acompanhamento e Monitoramento, e de outras providências promulgada no mesmo ano. Também em 2009 foi aprovada a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que tinha por objetivo proporcionar serviços específicos para essa população.

A Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua, segundo Klaumann (2016), teve como objetivo: construir diretrizes e formas de integração desses indivíduos na sociedade e nas suas redes familiares, promover acesso total a direitos garantidos aos/as brasileiras, promoção ao desenvolvimento pleno, tendo em vista as especificidades produzidas pelas vivências dessas pessoas na rua, incluindo assim, os movimentos sociais que trabalham com essas pessoas em situação de vulnerabilidade para contribuir com o processo de efetivação dessas políticas (BRASIL, 2008, p.4). A política Nacional também teve como objetivo instigar na sociedade brasileira para além dos gestores públicos a realização de projetos e ações que pudessem ser executados por órgãos e ministérios, para que dessa forma as leis pudessem ser efetivadas no mundo prático e atendesse as necessidades da PSR.

Em 2010, o MDS junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fizeram uma parceria para a consolidação do MNPR tentando formar, organizar e articular essas pessoas. Ainda nesse ano foi lançada a cartilha para inclusão dessas pessoas no Cadastro Único para programas do Governo Federal e a criação do formulário para cadastrar as pessoas em situação de rua. Até 2012 foram criadas outras portarias específicas para essa população. Em 2011 o MDS cria a série: "SUAS e População em Situação de Rua'' essa série contava com três volumes. Volume I - Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Volume II – Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; e Volume III - Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (KLAUMANN, 2016, p.6). Assim, temos o quadro a seguir, que apresenta algumas normativas que beneficiaram a população em situação de rua no Brasil.

Quadro 2 – Histórico das normativas para a PSR no âmbito do SUAS[17]

Política Nacional de Assistência Social – PNAS	A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS (2004), "no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos" (p.37).
Lei nº 11.258 de 2005	Inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006	Instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006	Assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.
Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).
Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009	Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010	Reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010	Pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010. Destinou, pela primeira vez, recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência para População em Situação de Rua,

[17] Quadro feito a partir do conteúdo retirado do "CENTRO POP Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua"

	em municípios com mais de 250.000 habitantes e Distrito Federal.
Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010	Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de CENTRO POP Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua 3 Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.

Por fim entre 2012 e 2013 o MDS libera verba para a construção de unidades de atendimento para essa população em mais de 70 municípios além do manual de cuidado a saúde das pessoas nessa situação. Em 2013, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com a Resolução nº 09, de 18 do 04/ 2013, que visou o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e os Serviços de Acolhimento em República para pessoas em situação de rua. (SDH, 2013).

3.2.1. O surgimento do Centro Pop

Criado a partir do decreto presidencial 7.053/2009 O Centro POP é uma unidade que visa o atendimento especializado a PSR e que tem como função a proteção social especial de média complexidade[18], classificação essa dada pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O Centro Pop atende mulheres, idosos, homens, adultos, jovens e famílias. A gestão da unidade é de responsabilidade do órgão gestor de Política de Assistência Social do município. Assim, conforme as necessidades e especificidades do local, no qual a unidade pretende ser criada, se exige uma gestão capaz de ser flexiva e a promoção de auto avaliação constante dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados conquistados. É necessário que exista um modelo de gestão participativa para o planejamento das ações a serem conduzidas. De forma geral os principais serviços ofertados dizem respeito à acolhida, estudo social, escuta dos indivíduos atendidos, defesa de direitos, diagnostico socioeconômico, encaminhamento para acesso de documentos e para redes de serviços locais. Funciona também como uma rede capaz de articular medidas assistenciais entre serviços públicos e privados bem como de políticas públicas, assim como propiciar:

> articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada;

[18] Ver: "Perguntas e Respostas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua CENTRO POP"

> mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSITENCIAIS apud KLAUMANN, 2016, p.12)

O trabalho no Centro POP é realizado por uma equipe técnica de educadores sociais, eles são responsáveis, quando a estrutura e orçamento permitem, pela realização de rondas diárias, mapeamento de locais no qual existe vulnerabilidade social e pessoal, assim como também agem quando diretamente solicitados. O Centro POP tenta construir atividades que desenvolvam a sociabilidade dessas pessoas, fortalecendo os seus vínculos sociais, assim "na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social", (CENTRO POP, 2011, p. 17). Além disso, a unidade também é responsável por constatar trabalho infantil, combater a exploração sexual de adolescentes e crianças e outras violações de direitos.

3.2.2. O Centro Pop de Goiânia

Antes do surgimento do Centro Pop de Goiânia é necessário trazer o histórico do Projeto Pop Rua. Com a série de assassinatos de moradores em situação de rua no ano de 2013 e sem uma política específica no município para essa população, o então prefeito, Paulo Garcia baseado nas diretrizes da Política Nacional Para a Inclusão Social da População em situação de Rua institui por decreto Nº 2585, de 17 de Abril de 2013 o Comitê Gestor Municipal Intersetorial da Política Nacional Para a População Em Situação de Rua (Comitê Pop Rua).

O Pop Rua foi formado por gestores de 13 secretarias do município além de contar com outras 13 cadeiras de participação assegurada a sociedade civil, sendo uma dessas vagas composta obrigatoriamente por um membro da PSR. Com a aprovação do regimento em reunião realizada no Palácio das Campinas Venerando de Freitas (Paço Municipal), se iniciou de fato o funcionamento do comitê. Ele tem como função ajudar a construir um plano de ação para a realização e implementação de uma Política Municipal da População em Situação de Rua.

Uma das primeiras ações foi o atrelamento do Comitê a adesão municipal ao programa do Governo Federal "Crack é Possível Vencer"[19] que sobre uma perspectiva da

[19]Ver, Crack é Possível Vencer.

Segurança Pública mobilizou questões centradas na violência e no suposto aumento da PSR em Goiânia ao uso da substancia psicoativa. Dessa forma o combate as Drogas como política por parte do município foi uma das primeiras ações utilizadas na tentativa de retirar pessoas das ruas. Não por acaso houve um fortalecimento de convênios feitos pela SEMAS com instituições terapêuticas e no fortalecimento do consultório de rua. Até o ano de 2016 a SEMAS tinha alguns convênios registrados no campo do combate ao consumo de drogas[20].

Durante todo o ano de 2014 e 2015 ocorreram inúmeras reuniões entre o Comitê e órgãos públicos do munícipio. Entre estagnação e conversas infrutíferas até a pressão exercidas por outros movimentos sociais, órgãos ligados aos Direitos Humanos e do Próprio movimento de população em situação de rua de Goiás, em dezembro de 2015 o Centro Pop de Goiânia foi inaugurado.

O Centro Pop marca a adesão concreta do município e Estado de Goiás a Política Nacional estipulada pelo Decreto 7.053/2009, da Presidência da República, bem como na tipificação nacional de serviços socioassistenciais. O espaço localizado no Setor Sul de Goiânia região centralizada da cidade conta com recepção, banheiros com chuveiros e refeitório, além disso, apresenta lavanderia, salas de atendimento coletivas e individualizadas. O corpo de funcionários do Centro Pop é composto por assistentes sociais, coordenadores, recepcionistas, técnicos administrativos, psicólogos, advogados, bem como educadores sociais. A unidade goianiense não possui nenhuma característica particular para além daquelas já ressaltadas pelo decreto presidencial 7.053/2009.

As atividades da unidade são voltadas para o encaminhamento para o mercado de trabalho, a reinserção familiar e na sociedade. O centro realiza atividades culturais, que são distribuídas ao longo da semana com intuito de fortalecer a coletividade a autonomia e autoestima. Contudo como ressalta Dantas (2007, pag. 30),

> Cabe destacar que a população em situação de rua não se adequa ao perfil dos assistidos pela maior parte das políticas públicas, constituindo, portanto, um desafio o processo de construção de políticas adequadas a este grupo social.

Essa ressalva feita por Dantas é possível ser observada na PSR adulta goianiense. Hoje o Centro POP junto a Casa da Acolhida unidade de responsabilidade da SEMAS, são as principais instituições de auxílio para a PSR goianiense.

[20] Ver anexo, Guia de instituições álcool e Drogas/ Goiânia.

Tabela 25: PSR que recebe algum tipo de auxílio do Governo

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
	Sim	38	10,8	19,8
	Não	154	43,9	80,2
	Total	192	54,7	100,0
	Não se aplica	159	45,3	
Total		**351**	**100,0**	

Fonte: NECRIVI, 2015.

No ano de 2015 80,2% dos entrevistados afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio do Governo, enquanto 19,8% recebiam algum benefício. Praticamente todos os auxílios recebidos eram provenientes de programas voltados para a transferência de renda.

Tabela 26: Benefícios recebidos do Governo pela PSR

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
	Aposentadoria/Pensionista	11	3,1	28,9
	Bolsa família	23	6,6	60,5
	Remédios	1	,3	2,6
	NSD/NR	3	,9	7,9
	Total	38	10,8	100,0
	Não se aplica	313	89,2	
Total		**351**	**100,0**	

Fonte: NECRIVI, 2015.

Entre aqueles que recebiam algum auxílio 60% recebiam o Bolsa Família, 28,9% ganhavam a aposentadoria. É preciso lembrar que os programas de transferência de renda por si só não combatem as situações de vulnerabilidade desses indivíduos. Como dito no capítulo 2, o Bolsa família, só foi capaz de reinserir o cidadão numa estrutura social mais segura quando algum membro da família que recebia o benefício também possuía renda advinda de algum emprego.

3.3.Abrigamento da PSR em Goiânia – Casa da Acolhida Cidadã (CAC) e Complexo 24h (SOS)

A SEMAS é responsável pelas políticas assistenciais do município de Goiânia, foi criada em julho de 2007, pela Lei nº 8537. A unidade visa promover junto a outras políticas da prefeitura a garantia dos direitos de cidadania e autonomia dos cidadãos. A instituição oferta variados serviços, projetos e programas no campo da assistência social. Sua organização se dá por meio de redes sendo a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Tem como diretriz de atuação a Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, consolidada pela Lei 12.435/12, o atendimento às diretrizes da

Política Nacional de Assistência Social/PNAS-2004, da Norma Operacional Básica de Assistência Social/NOBSUAS.

A instituição tem como foco a atenção às famílias e desenvolve atividades de cunho socioeducativo com crianças e adolescentes, além de executar projetos de geração de renda, tendo duas diretorias principais: Diretoria Social Básica e Diretoria Social Especial.

O atendimento de Alta Complexidade da SEMAS para a realização do serviço de Proteção Social Especial se localiza no Setor Aeroporto, outra região central da cidade. Assim conta com um corpo técnico que analisa as necessidades dos seus/suas usuários/usuárias dessa forma promove orientação ou encaminhamento dos sujeitos conforme o histórico construído, podendo ser encaminhados para os abrigos, tentativa de reinserção no mercado de trabalho, bem como locais de recuperação para dependentes químicos e alcoólatras. A SEMAS também é responsável por um programa de confecção de documentos pessoais principalmente para a PSR, bem como pela Casa de acolhida cidadã.

Casa de Acolhida Cidadã

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013) –MDS7 tipifica o serviço de Acolhimento Institucional da seguinte maneira,

> O acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos e fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e a diversidade de ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

O atendimento pelo menos na forma como foi inicialmente concebido pretendia construir um convívio que fosse capaz de trazer aspectos semelhantes das relações familiares e comunitárias, auxiliando o uso de serviços disponíveis na comunidade local. Contudo como qualquer instituição social ela exerce certo controle sobre os membros que utilizam dos seus serviços. Essas normas que costuma ser rígidas é o que geralmente barra a utilização maior do serviço por parte das pessoas em situação de rua.

Os abrigos, nesse caso particular a Casa da Acolhida, são locais que objetivam dar condições para que essas pessoas para além da prestação dos serviços básicos, – como higiene, alimentação e local para dormir – consigam, por meio de uma rede pública assistencial, serem reinseridas socialmente em muitos aspectos, seja nas relações

familiares ou no mercado de trabalho, permitindo o resgate do senso de cidadania e autonomia desses indivíduos.

No ano de 2015, o NECRIVI divulgou o relatório da pesquisa realizada em parceria com a SEMAS que mostra alguns apontamentos de como funciona essa política assistencial em Goiânia. Nelas estão inseridas a Casa da Acolhida, Complexo 24 horas, bem como algumas outras funções da própria SEMAS. O relatório de pesquisa divulgado trouxe informações sobre o fluxo do/as atendido/as nas instituições entre o período janeiro/2014 a dezembro/2014.

Até o ano de 2016 a Casa da Acolhida Cidadã era o único abrigo da capital sobre responsabilidade da SEMAS. A unidade foi aberta no ano de 2007, no Setor Campinas na Avenida Anhanguera e contava incialmente com a possibilidade de atendimento de 110 pessoas. No ano de 2009 foi transferida ainda para o mesmo setor, aumentando sua capacidade de atendimento para 240 pessoas.

A casa foi planejada para o atendimento de pessoas adultas, contudo, hoje ela conta com o abrigo de famílias, o que torna possível encontrar crianças e adolescentes na instituição. A casa é dividida em três andares. No primeiro se encontra a recepção, refeitório, lavanderia e cozinha. No segundo foi estipulada a ala masculina de homens solteiros e idosos, ainda nesse andar se encontram banheiros, sala para atividades lúdicas, local para atendimento psicológico, enfermaria e triagem. No terceiro andar temos o espaço destinado às mulheres e as famílias. O local também conta com triagem, biblioteca, sala de TV e banheiros.

A Casa de Acolhida Cidadã é um abrigo que funciona de forma temporária mantida em funcionamento pela Prefeitura de Goiânia, sendo vinculada a SEMAS. A casa conta com uma ampla gama de pessoas, migrantes e imigrantes, mulheres, crianças, idosos/as e homens adultos. O prazo de estadia é de 15 dias, mas é comum que os abrigados/as fiquem até o tempo limite que é de 90 dias, desde que esses indivíduos apresentem bom comportamento na unidade. Existe uma política de triagem dessas pessoas, sendo obrigatória a entrevista dos indivíduos por um/uma assistente social que fará o levantamento de informações, que dizem respeito aos dados pessoais, documentos, familiares e também de saúde. Cabe a/ao assistente social ler o termo de compromisso, explicando as regras para as pessoas atendidas concordaram ou não com o funcionamento da Casa. Esse termo é composto pelas seguintes informações:

Quadro 3: Termo de compromisso da Casa de Acolhida Cidadã	
1	Os acolhidos terão que acordar e levantar as 06:00 hs da manhã;
2	Respeitar a equipe de trabalho e os demais acolhidos;
3	São proibidos gestos obscenos, gritos e falar palavrões;
4	É proibido o uso de roupas demasiadamente decotadas, curtas, transparentes e/ou a circulação sem camisa;
5	Os acolhidos do 1º andar não poderão permanecer no 2º andar e vice-versa.
6	Só será permitida a entrada de alimentos, com autorização da Coordenação Geral;
7	É proibido adentrar em outros quartos que não seja o seu;
8	Antes de deixar a Unidade o Educador Social conferirá com o acolhido todos os objetos do quarto e seus pertences próprios;
9	Após as 22:30 hs todos deverão recolher-se em seus quartos permanecendo em silêncio;
10	Não é permitido fumar dentro do quarto. Permitido fumar somente no fumódromo ou em local determinado pela Coordenação Geral;
11	O acolhido que ingerir bebidas alcoólicas ou outras substâncias ilícitas, dentro C.A.C será desligado pós reflexão;
12	O acolhido que praticar assédio sexual, desacato aos servidores, agressão verbal ou material, esmolar ou vender qualquer tipo de mercadoria dentro da C.A.C, será desligado e seu retorno será após estudo de caso feito pela Equipe Multidisciplinar e Coordenação Geral;
13	Em caso de agressão física, porte ou uso de armas e comércio de drogas, o acolhido será desligado e não será reintegrado novamente;
14	O acolhido deverá tomar banho, escovar os dentes e trocar de roupas diariamente;
15	Contribuir na limpeza do quarto deixando-o organizado;
16	Não é permitido lavar e/ou estender roupas dentro dos quartos ou dos banheiros;
17	Ao terminar de lavar roupas deixar a lavanderia limpa;
18	Não é permitido fazer lanche na sala de televisão, somente no refeitório;
19	O prazo de permanência será determinado pela Equipe Técnica Multidisciplinar, mediante estudo de caso;
20	O acolhido que dormir fora do C.A.C, sem autorização da Equipe Técnica, será desligado automaticamente, podendo retornar no dia seguinte caso haja vaga, após ser advertido e avaliado pela Equipe Técnica Multidisciplinar;
21	Os acolhidos que trabalham após as 19 hs deverão trazer declaração da empresa que trabalha, onde conste todos seus dados e horários de trabalho, em papel timbrado e assinado pelo superior, exceto os que atuam na informalidade;
22	Os horários de entrada e/ou saída deverão ser cumpridos conforme abaixo: Saída matutino: 05:00h às 08:00h Entrada matutino: 11:30h às 12:30h Saída vespertino: 13:00h às 14:00h Entrada vespertino 17:00h às 19:00h
23	O acolhido não poderá colar gravuras, pintar ou escrever nas paredes dos quartos e da C.A.C, usar aparelhos tecnológicos e eletrônicos, tais como: televisão, rádio, geladeiras, ventiladores, computadores etc.
24	É de total responsabilidade dos pais, as crianças/adolescentes menores de 18 (dezoito) anos, não podendo se ausentar (os pais) da C.A.C deixando as crianças/adolescentes aos cuidados de outros

Fonte: NECRIVI, 2015

Quando os termos de compromisso são violados por parte dos/as abrigados/as há a aplicação de sanções. Elas vão até de advertências verbais a saída da instituição. É estritamente proibido o uso ou comércio de qualquer droga ilícita ou lícita (álcool) dentro das instalações. Quando há essa suspeita por parte do corpo dos funcionários da Casa ou por denúncias de outras pessoas, a Guarda Metroplitana (GM) é chamada para a revista em todos os ambientes e abrigados/as da unidade. Na época da realização da pesquisa, enquanto eram feitos os levantamentos por pesquisadores do Necrivi na instituição, foi possível presenciar a atuação dos agentes de segurança do município nessa situação e ela foi avaliada como discriminante não só pelos pesquisadores presentes, mas também como por alguns abrigados/as. A PSR, principalmente acolhida, tem um posicionamento ambíguo em relação as instituições policias, mas é mais geral falas de descontentamento como podemos ver:

> **A: O que o senhor pensa sobre a Polícia Militar e sobre a Guarda Civil Metropolitana?**
> M: Bom, eu acho o seguinte; a guarda civil no meu modo de pensar eles querem igualar a autoridade deles com a polícia, isso é abuso. Eles acham que eles podem fazer tudo e eu acho que não é por aí, acho que a guarda civil tem uma função, na verdade mais pra orientar, ajudar, procurar, observar o que de fato está errado e onde eles podem ajudar. Mas eles querem prender, eles querem bater e bate, entendeu? Até tortura, entendeu?
> **A: Você já teve, alguma vez, conflito com a polícia na rua?**
> R: Polícia é bastante. Pega... agressão física, verbal. Humilhação, né?
> **A: Me conta sobre essa questão da Guarda Civil Metropolitana aqui dentro[Casa da Acolhida]. Como é que é?**
> R: A guarda civil é o seguinte: de vez em quando entra, sobe e olha. Mas tem o dia que acontece o baculejo, aquele negócio mais ostensivo. Acontece até agressão. Igual essa última que teve aí, um rapaz tava com cordão no pé. Eles foi cortar o cordão com a faca, e cortou o pé do rapaz. O outro rapaz falou que tinha passagem na polícia, levou um tapa na cara. O outro rapaz, que tava lá no fundo, tava meio embriagado. Eles chegaram... dois bateram nele.

A PSR que utiliza os serviços prestados pela Casa da Acolhida, por vezes, se divide em relação à avaliação da qualidade dos mesmos. Stoffels (1977) chama atenção para como as instituições de assistência a essa população em situação de rua institucionaliza o próprio comportamento e a divisão desses moradores entre bons e ruins conforme aqueles que aceitam a ajuda e se submete as regras. Dessa forma os abrigos reproduzem um modelo em que força a desapropriação da individualidade, ou seja, eles são muitas vezes forçados a reprimir parte de suas vivências anteriores, e dos seus comportamentos individualistas, ao mesmo tempo em que tem como finalidade a

tentativa de integrar esses indivíduos socialmente. Essa questão aparece nas falas dos entrevistados na Casa da Acolhida. Segue a transcrições:

> **A: Mas surge problema entre o pessoal da Casa e a Guarda Civil Metropolitana?**
> P: Na ala de solteiro, têm uns aí que usam drogas aí dentro, né. É a hora que eles vai e reage. Pega nêgo aí, leva lá pra baixo. Eu não misturo com esse tipo de gente.
> **A: E tem confusão aqui na Casa? Por exemplo, pessoal solteiro subir onde tem família? Ainda mais que tem criança aqui...**
> P: Não pode. Tem as normas da Casa. Tem que cumprir as normas. Se andar fora da norma, eles botam pra fora. Desliga na hora.
> **A: O que o senhor acha do serviço prestado pelo governo pra atender as pessoas em situação de rua?**
> P: Eu acho um serviço bom. É bom tá ajudando o pessoal que tá precisando. Uma casa dessa aqui. É uma força pro cara sair da rua. Um lugar desse aqui é onde ele vai se habituar. Mas têm pessoas também que não tá nem aí. Tá largado mesmo, deixa o pau torar. Porque um lugar desse aqui é onde o cara vai sentar e pensar: "Pô, eu vou arrumar um serviço". Aqui eles arrumam um serviço pra gente.
> **A: Mas quem arruma?**
> P: A assistente social. Eles olham no jornal pra saber onde tá precisando. Eles passam pra você, aí você vai atrás. Têm muitas pessoas aí que não tá trabalhando porque não quer mesmo. Porque tá comendo do governo, né, e fica aí deitado. Tem muito solteiro aí embaixo que não quer trabalhar. Eu já tô agoniado de ficar aqui parado.
> **A: O que o senhor acha do serviço prestado aqui pela casa de acolhida?**
> M: Bom, como se fosse um pessoal bom, apesar de alguns que são meio carrascos, mas a gente sabe que é assim mesmo. Hoje em dia há uma falta de entendimento nas pessoas que são acolhidas, por exemplo, não é o meu caso não bebo não fumo, nunca usei droga na minha vida graças a Deus. Todo o sofrimento que passei na vida, tudo o que eu sofri, fui engraxate, trabalhei de varredor de rua, mas nunca a droga tomou minha cabeça, tomou a cachaça mas aí eu percebi que ali ia me dominar aí afastei. Graças a Deus, tem vinte e cinco anos que eu parei de usar álcool. A bebida alcoólica eu não bebo mais, então eu acho o seguinte, tem muitas pessoas que abusam da diretoria, eles abusam, eles não veem que uma casa de apoio que está dando uma oportunidade pra pessoa angariar algo de melhor (...) Mas tem pessoas que não entende que a oportunidade que a pessoa está aqui é pra galgar, arrumar alguma coisa na vida pra melhorar o padrão de vida. Eles não veem, acham que eles "é" usuário de drogas lá fora, tem que continuar sendo aqui. Se ele é ladrão lá fora, tem que continuar sendo aqui. Se ele é bandido lá fora, tem que continuar sendo bandido aqui. Não vejo assim, vejo diferente, como uma oportunidade.

Quanto mais tempo o/a morador/a permanece na rua menos transitória vai se tornando a sua realidade. Ou seja, ainda que o desejo da casa convencional continue existindo ele passa a ser menos crível. Dessa forma o deslocamento na cidade passa ser o condicionador do modo de vida dessas pessoas, de tal forma que, é por meio do movimento e de uma realidade instável de acontecimentos que vai se formando os limites do seu espaço privado.

Essa realidade resulta em que essa população acaba por criar um forte senso de autonomia seja para se deslocar fugindo de conflitos ou para melhor se adequar as redes assistenciais. É preciso observar que esse processo de corporeidade e deslocamento no espaço urbano cria "crises indenitárias, " além de permitir que esses indivíduos estejam mais suscetíveis ao perigo, entretanto ela é compensada ao menos parcialmente por um forte senso de liberdade e facilidade de obter determinados recursos. Assim aqueles/as moradores (as) que estão há muito na rua não consegue mais se restringir ao espaço fechado.

Tal dificuldade de se adequar em lugares fechados como em entidades assistenciais ou em reuniões exemplifica a dificuldade que essa parcela da população tem de se adaptar à realidade das instituições de acolhida. "A fobia pode ser traduzida na dificuldade crescente que os habitantes de rua criam, com o tempo, para se submeter às regras de outrem, sejam elas institucionais ou pessoais. " (FRANGELLA, 2004, p. 192). Diante desse contexto as "fronteiras" de delimitação do espaço e o processo de identificação nas ruas são muitas vezes invisíveis e fortes de serem superados.

Para alguns moradores/as, a rede de assistência muitas vezes é considerada apenas uma garantia de necessidades básicas, para outros os serviços prestados representam uma chance de serem reinseridos na sociedade de forma plena, independente de como eles se organizam. O modelo em como é estruturada as organizações sociais hoje incide em relações de dependência, subalternidade e controle. É sobre esse controle e dependência que Paugam (apud ZIONI, 2006) vai definir as instituições assistenciais como fontes de regulação social que tem por objetivo atenuar a perda dos vínculos sociais e trabalhistas para o restabelecimento de novos vínculos sociais, reinserindo essas pessoas na sociedade, buscando a construção de uma nova cidadania e dignidade para esses indivíduos.

Paugam descreve essas pessoas como integrantes de um processo de desqualificação social, rompida com seus vínculos sociais e comunitários. O principal vínculo que se forma é com as instituições assistenciais. Assim o uso dos serviços corresponde a um processo de desqualificação dessas pessoas pelo resto da sociedade e por elas próprias. O autor vai construir esse processo em três etapas: fragilidade, dependência e ruptura.

A fragilidade corresponde ao momento quando desempregados necessitam de algum tipo de ajuda dos serviços de ação assistencial e através disso se percebem

desqualificados socialmente. Essa necessidade de ajuda é vista como uma renúncia progressiva da dignidade, o que caracteriza a fase da dependência. Por último, na ruptura, é apresentado um conjunto de fatores tais como a expulsão da família, perda do domicilio, expulsão do mercado de trabalho, entre outros. A ruptura corresponde a última fase da desqualificação social e ela conta com o fim das formais mais elementares de solidariedade que é o vínculo com a família.

Segundo o MDS (2013) as unidades que oferecem acolhimento são responsáveis por propiciar espaços capazes de acolher, promover aconchego com serviços básicos como iluminação e ventilação adequada além de fornecer kits de higiene pessoal e roupas de cama e banho além de atuar para não estigmatizar ou segregar os/as usuários/as. O MDS (2013) sugere que as instituições de abrigo disponibilizem aos/as usuários/as os seguintes serviços:

> Ser acolhido/a em condições de dignidade; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservada; Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas; Ter endereço institucional para utilização como referência; Ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de auto-gestão, auto-sustentação e independência; Ter acesso a espaços próprios e personalizados; Ter acesso a documentação civil; Obter orientações e informações sobre o serviço, direitos e como acessá-los; Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades. (Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009)

Entretanto, o relatório traz uma realidade que foge desses princípios. No ano em que foram realizadas as visitas à Casa, foi possível observar condições insalubres, forte odor de urina no ambiente, paredes mofadas. Banheiros que não apresentavam chuveiros elétricos, colchões jogados ao chão sem roupa de cama nenhuma, além de comida estocada de maneira inadequada (OLIVEIRA E SANTIBANEZ, 2015). Nesse tópico também houve controvérsias entre a qualidade do atendimento proporcionado pela casa,

> **A: O senhor tem algum problema de higiene pessoal aqui? Pra ter higiene, pra se tomar banho, pra se cuidar?**
> M: Tenho. Isso tenho.
> **A: O quê que é?**
> M: Lá no meu quarto mesmo eu vi baratas...[risos] muita barata, tem uns bichinhos que andam assim...os colchões; ontem mesmo um rapaz tava me mostrando o braço dele todo picado de barbeiro!? E aquilo é muito perigoso, né? Os banheiros não têm higiene.
> **A: O que você acha do serviço prestado pela Casa de Acolhida?**
> R: Eu acho assim... o projeto é bonito. Mas da forma que é tratado aqui... Algumas pessoas, não todas, né. Não é de qualidade.
> **A: O que você acha que falta, por exemplo?**
> R: Uai, higienização. Igual, o banheiro ali é tudo estragado. Tem fezes pra todo lado. Às vezes até educação de quem tá aí na frente com a gente. É isso aí. A alimentação tá tudo bem, só que chega os

> benefícios... às vezes nem chega aqui. Já reparei, algumas coisas que vem pra cá. Tem desvio aqui dentro.

Tanto a SEMAS diretamente e sua unidade a Casa da Acolhida são responsáveis, por meio do seu quadro de assistentes sociais, disponibilizar encaminhamentos para as pessoas em situação de rua. Sendo alguns deles: encaminhamento para o mercado de trabalho e para clínicas de tratamento de dependência psicoativa e solução de problemas relacionados à falta de documentos, bem como por meios de parcerias, fornecer atividades educacionais e profissionalizantes para essa população, essa última em déficit. É comum na fala das pessoas em situação de rua a falta de programas relacionados ao aprimoramento educacional. Embora haja uma tentativa por parte dos funcionários das SEMAS e dos próprios moradores em encontrar postos de trabalho, essa tarefa tem se mostrado bastante complicada pelo estigma dada a essa população, um entrevistado resume a situação:

> Que nem, eu saí, ali pra Anhanguera caçar serviço. Aí eu cheguei num senhor... tava lá: Precisa de serviços gerais. Numa madeireira. Você já passou por ela. Aí eu fui com os documentos tudo... aí o moço perguntou pra mim: "O senhor mora aonde?". Eu falei: "Tô na Casa da Acolhida". "Ah, tá bom. Deixa aí o telefone". Eu disse: "Não tenho telefone". "Ah, então deixa. Depois o senhor volta aí pra nós ver". Aí no outro dia que eu voltei lá, tinha outra pessoa. Contrataram outra pessoa. Eu acho engraçado, por que ele não me pegou? Por que? Minha esposa falou: "Porque você falou que tava aqui dentro". Eu falei, deve ser por isso. Uma hora ou outra vai saber, não é verdade?

Tabela 27: Atividade remunerada exercida relacionada por situação de acolhimento

Atividade remunerada	Situação de Acolhimento		TOTAL
	Rua	Instituição	
Sim	61,8%	38,2%	100,0%
Não	41,1%	58,9%	100,0%

Fonte: NECRIVI, 2015.

Um dado interessante é que, ao cruzarmos as informações do censo, das pessoas que exercem alguma atividade remunerada e por local, vemos que 61,8% desses indivíduos que possuem alguma fonte de renda se encontram nas ruas. Esse fato indica não só o preconceito que pode envolver a não escolha dessas pessoas para trabalharem em lojas ou empresas, como ressalta a precariedade do trabalho exercido daqueles que estão nas ruas.

Outro fato é que a Casa da Acolhida não apresenta locais para animais de estimação. É necessário não subestimar o elo emocional que se forma entre as pessoas em situação de rua e os animais que elas adotam para a sua convivência no dia-a-dia, embora não tenha havido nenhuma pesquisa nessa questão específica, é possível assumir que determinadas pessoas não procuram esse serviço por esse motivo, tanto que em São Paulo no ano de 2016, o então prefeito Fernando Haddad sancionou uma lei que liberava os animais em abrigos da cidade porque uma parcela dessa população não largaria seus animais.[21]

A casa da Acolhida Cidadã conta com uma equipe especializada de mais variadas áreas para atender os/as usuários/as da unidade. Essa relação pode ser vista no quadro abaixo:

Quadro 4: Estrutura administrativa			
01	Coordenadora geral	02	Lavadeiras
01	Coordenadora educativa	02	Advogados
07	Assistente social	02	Auxiliares administrativos
04	Psicólogos/as	01	Nutricionista
44	Educadores social	02	Enfermeiros/as
12	Guardas municipais	09	Técnicos/as de enfermagem
10	Cozinheiras	03	Terapeutas ocupacionais
09	Auxiliares de limpeza	01	Médico psiquiátrico (15 em 15 dias)

Fonte: NECRIVI, 2015

Todavia a instituição carece ainda de recursos humanos e materiais para facilitar as condições dos viventes naquele local e do/as trabalhadores/as. Mesmo com esse cenário no final de 2016 a SEMAS anunciou a conquista de outra Casa de Acolhida, essa no centro de Goiânia, e planejou seu funcionamento já para o começo de 2017. Porém, até março desse ano, mesmo feita a inauguração do espaço, a unidade não estava em funcionamento por questões físicas estruturais do prédio[22]

Atendimento na Casa de Acolhida Cidadã

A pesquisa realizada pelo NECRIVI em parceria com a SEMAS, também fez o registro do fluxo de atendimento do ano de 2014 através do caderno de registros da Casa da Acolhida. Com esses dados foi possível estabelecer quem são essas pessoas que usam

[21] LEI Nº 16.520, DE 22 DE JULHO DE 2016

do serviço e qual a naturalidade delas. Assim durante todo o ano de 2014 foram registradas 2.156 pessoas que passaram pela casa da acolhida. Essa relação pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 28: Estado de origem dos abrigados

DESCRIÇÃO	Mês / 2014												TOTAL
	Jan	Fev	mar	Abr	Mai	Jun	jul	ago	Set	out	nov	dez	
Goiás	52	47	59	64	15	41	42	64	68	65	71	58	646
Minas Gerais	16	16	9	12	7	23	20	13	8	22	11	13	170
Maranhão	16	18	9	13	4	9	11	14	21	18	11	20	164
São Paulo	16	13	17	15	3	15	18	18	15	2	15	13	160
Bahia	17	8	19	21	6	7	19	14	15	13	11	6	156
Pará	9	11	11	9	1	11	17	11	10	4	10	7	111
Tocantins	9	10	4	12	4	8	14	10	10	9	7	6	103
Distrito Federal	8	4	6	3	1	7	8	8	6	8	15	3	77
Piauí	10	4	6	4	1	3	9	8	9	5	8	5	72
Mato Grosso	5	7	7	7	2	5	7	7	5	7	6	5	70
Ceará	9	4	5	3	4	1	3	6	3	6	9	7	60
Pernambuco	14	3	4	5	0	4	3	6	4	3	6	7	59
Paraná	5	2	6	4	1	1	3	3	5	2	5	5	42
Paraíba	6	8	3	2	3	3	2	1	2	4	3	4	41
Santa Catarina	1	1	2	1	1	0	1	3	2	14	0	3	29
Alagoas	4	1	5	3	0	1	2	2	1	3	6	0	28
Rio de Janeiro	5	1	3	2	1	2	1	0	3	4	3	1	26
Rio Grande do Sul	4	1	0	1	0	3	4	2	1	1	3	1	21
Rio Grande do Norte	2	1	2	2	0	1	2	2	0	2	3	2	19
Mato Grosso do Sul	1	1	1	1	0	2	4	0	2	3	2	1	18
Espírito Santo	2	0	0	0	1	1	3	1	0	3	2	3	16
Rondônia	1	0	1	0	0	2	0	3	2	2	1	0	12
Sergipe	1	0	1	1	0	0	1	3	0	2	0	1	10
Acre	1	1	0	1	0	1	1	0	2	0	0	2	9
Amazonas	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	1	5
Roraima	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não Consta	2	0	1	1	0	0	2	2	1	2	5	1	17
Exterior	0	0	1	2	0	0	2	1	3	1	0	2	12
Total	**216**	**162**	**183**	**189**	**55**	**151**	**200**	**205**	**198**	**205**	**213**	**179**	**2156**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Ao analisarmos a naturalidade dos abrigados masculinos podemos perceber que a maioria é procedente do Estado de Goiás. Seguidos de Minas Gerais, Maranhão e Bahia. É possível notar também em menor quantidade o atendimento a estrangeiros na sua maioria da América do Sul. Os idosos correspondem a 11% das pessoas abrigadas durante o ano de 2014, com o início da pesquisa para a realização do Censo foi possível observar que muitos deles estavam em condições enfermas e com dificuldade de locomoção.

Não existe uma ala feminina na CAC. Portanto, as mulheres e idosas são acompanhadas para o terceiro andar que corresponde o setor familiar, também se

encontram nela as crianças e adolescentes encaminhados para a Casa da Acolhida. Em 2014[23] um total de 346 mulheres utilizaram a ala familiar, sendo na sua maioria de naturalidade goiana.

Tabela 29: Quantidade de idosas e crianças por mês

DESCRIÇÃO	Mês / 2014												TOTAL
	jan	Fev	mar	Abr	Mai	jun	jul	ago	set	Out	Nov	dez	
Idosas (>60 anos)	5	1	5	1	2	1	1	2	0	2	1	0	21
Crianças e adolescentes	21	28	25	21	33	12	15	16	12	6	9	4	202
Total	**26**	**29**	**30**	**22**	**35**	**13**	**16**	**18**	**12**	**8**	**10**	**4**	**223**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Além da contagem da ala masculina, mais 157 homens utilizaram o serviço da Casa sendo acolhidos na ala familiar. Também passaram pela ala familiar em seu total 21 idosas e 202 crianças.

Tabela 30: Encaminhamentos por mês da Casa da Acolhida

ENCAMINHAMENTO	Mês / 2014												TOTAL
	Jan	Fev	mar	abr	Mai	Jun	jul	ago	Set	out	nov	dez	
Espontâneo	147	127	141	144	38	111	144	131	130	149	146	119	1527
Equipe Abordagem	35	15	23	22	7	9	15	16	21	17	18	32	230
Terminal Rodoviário	26	8	11	14	1	12	23	10	22	10	20	3	160
SEMAS	2	6	4	5	3	10	12	6	14	19	20	15	116
CAPS/CREAS/CRAS	0	0	0	1	0	2	0	4	0	2	0	0	9
HUGO/HC/CAIS	3	2	1	0	0	2	1	1	3	4	3	5	25
PM/GM/PC	1	2	0	0	5	3	4	1	2	0	0	2	20
ONG	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Igreja	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
OVG	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Consultório de Rua	0	0	2	0	0	1	0	1	0	2	4	0	10
Outros	0	0	0	3	0	1	1	1	4	1	2	1	14
Não Consta	0	1	1	0	1	0	0	32	2	1	0	2	40
Total	**216**	**162**	**183**	**189**	**55**	**151**	**200**	**205**	**198**	**205**	**213**	**179**	**2156**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Pelo registrado nos cadernos de entrada da Casa grande parte das pessoas que são abrigadas procuram os serviços da SEMAS espontaneamente, correspondendo a 70% dos índices. Outros 10% dizem respeito ao encaminhamento pela equipe de abordagem. Os restantes desses indivíduos vão para a unidade através de atendimentos de instituições governamentais e não governamentais.

O número de atendimentos realizados pelas equipes de abordagem pode estar sendo afetado pela baixa capacidade de infraestrutura para a realização desse serviço. Faltavam carros, motoristas e combustível para que as equipes da SEMAS pudessem ser

[23] Os dados de dezembro se referem somente até o dia12. Houve um sumiço do caderno que registrava as famílias impossibilitando o resto da contagem desse mês.

mais efetivas na localização e encaminhamento dessas pessoas para unidades de acolhimento.

Complexo 24 Horas (SOS)

O complexo 24 horas é uma instituição que fornece abrigo para crianças e adolescentes de ambos os sexos que estão em situação de vulnerabilidade social e familiar. Em Goiânia o Complexo está localizado no Setor Universitário. O complexo oferecia até o ano de 2014 quatro atendimentos: SOS Criança, SOS Criança Desaparecida, Unidade de Referência Masculina, Unidade de Referência Feminina.

Não existe um tempo delimitado em que os/as abrigados/as podem ficar no Complexo. O que determinara o tempo é a situação de risco em que eles/elas se encontram. Os casos são analisados de maneira particular pela rede assistência social e visa reinserir as crianças e jovens em uma rede familiar. Como estrutura profissional a instituição conta conforme o quadro com:

Quadro 5: Estrutura administrativa			
01	Coordenadora geral	04	Cozinheiras
05	Assistente social	02	Auxiliares de limpeza
02	Psicólogos	04	Auxiliares administrativos
30	Educadores social	08	Telefonistas
01	Assistente de cozinha		

Fonte: NECRIVI, 2015

O Complexo 24 horas foi criado onde até o ano de 2009 funcionava a Sociedade Cidadão 2000, inaugurada no ano 1993. Essa sociedade funcionava através de um convênio entre a SEMAS e a também extinta Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). Ela também tinha como função prestar serviços a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco. Tinha como eixos de atuação: seção preventiva, proteção integral, e inserção de adolescente em empresas. Quando foi extinta a SEMAS assumiu o controle da assistência social em Goiânia.

A unidade do Complexo 24 Horas oferece serviços como: alimentação, local para higiene e dormitório. A instituição oferece até 5 refeições o café da manhã, o almoço e lanche da tarde, o jantar e a ceia e é comum os/as abrigados/as ajudarem na preparação dos alimentos. Em 2014 a Instituição apresentava o fluxo de atendimentos contabilizando 725 acolhimentos, destes 80 retornaram no mesmo ano ao Complexo.

Quadro 6: Fluxo de atendimento SOS

	Mês/2014												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos	38	106	123	103	63	18	43	44	47	48	37	55	725
Reincidentes	06	20	15	15	06	01	04	04	04	04	03	02	

Fonte: NECRIVI, 2015

Conforme a realização da pesquisa há poucas atividades na área da educação para essas crianças e jovens, ainda que a instituição conte com um quadro de educadores sociais. Assim a instituição que embora represente um bom espaço na preservação da segurança dos/as abrigados/as, ela não propicia ou não executa adequadamente um papel de formação desses jovens e crianças. O que não respeita o Estatuto da Criança e do Adolescente em seus princípios e medidas de proteção principalmente em seu artigo 92 nos critérios IV e IX no que diz respeito a como programas de abrigos devem realizar suas atividades

> I - preservação dos vínculos familiares; II - Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de c-educação; V - não desmembramento de irmãos; VI - evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente).

É importante ressaltar que o Complexo 24 Horas não trabalha apenas com jovens e crianças em situação de rua, mas com qualquer uma em situação de vulnerabilidade e risco, dessa forma é importante trazer a contagem feita pelo censo aqui.

Tabela 31: Localização da PSR por idade x local

	Categoria de Idade		Total
	Crianças	Adolescentes	
Rua	9	2	11
Casa da Acolhida	12	4	16
SOS	0	4	4
AMEM	0	0	0
Total	**21**	**10**	**31**

Fonte: NECRIVI, 2015.

Foram encontradas, ao todo, 31 crianças e adolescente em situação de rua. 20 se encontravam em alguma instituição, estando 16 delas na Casa da Acolhida e 4

adolescentes no SOS. Das crianças que estavam nas ruas, nenhuma estava desacompanhada dos pais.

Desde o final da década de 90 tem se observado uma diminuição dessas populações nas ruas, como motivos estão o fortalecimento dos programas assistenciais de transferência de renda que, em contrapartida, exigiam a presença dessas crianças nas escolas com boa frequência. Além do mais houve um fortalecimento do ECA, na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e programas voltados para assegurar redes de inserção dessas crianças e jovens.

No ano da realização do Censo, a SEMAS com a Casa da Acolhida era responsável por praticamente toda a rede assistencial oferecida no município goianiense. Existia até então um problema relacionado ao policiamento que é feito dentro da instituição pela Guarda Municipal que, de maneira geral, é vista como muito truculenta, ou com as questões de infraestrutura que não ofereciam as melhores condições de alojamento. No ano de 2016 o Centro POP fui inaugurado e passou, rapidamente, a também ser um espaço de auxílio para essa população.

De maneira geral Goiânia não apresenta déficit de programas e políticas voltadas para a PSR se comparada a qualquer outra grande cidade do país, seguindo atualmente, todas as diretrizes específicas para essa população. É possível afirmar que, ainda que tenham problemas, as instituições de apoio e suas políticas tem ajudado no processo de ampliação de oportunidades para esses sujeitos e sujeitas, no que tange principalmente ao alojamento desses indivíduos, retirando-os da violência das ruas. Embora haja opiniões contrastantes, os serviços são avaliados de forma geral como produtivos na tentativa de reinserir esses indivíduos novamente no mercado de trabalho e em novas redes sociais.

No entanto, o problema das vulnerabilidades dessas pessoas é mais profundo, e diz respeito ao próprio modelo do sistema produtivo capitalista, assim requer uma política mais centralizada e ampla que ataque os fatores que causam as vulnerabilidades, com a criação de políticas educacionais específicas para esse público, para melhorar o nível educacional dessas pessoas e atividades empregatícias que os protejam das flutuações do sistema econômico brasileiro que os levariam novamente a situação de desemprego. É inquestionável, contudo, que só houve um avanço graças ao histórico de recentes conquistas políticas do Movimento da população em situação de Rua goiano - caso da criação do Centro Pop - que tem pressionado os gestores públicos por serviços melhores e mais amplos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo capitalista de produção e as transformações advindas dele, como as novas formas de trabalho e os vínculos sociais estabelecidos na cidade, proporcionaram um abrangente debate teórico sobre os problemas sociais que se iniciaram a partir da sua ampliação, tais como o desemprego, a desigualdade, pobreza e muitos outros problemas no âmbito social ganharam espaço para entender a dinâmica e estrutura social das sociedades ocidentais modernas. Embarcando toda essa discussão o termo exclusão social conquistou espaço para destacar essas populações que não estavam inseridas num processo de produção e consumo nessas sociedades, e que também possuíam seus vínculos sociais rompidos.

Dessa forma é possível dizer que a exclusão social e os estudos e críticas que derivam desse termo possuem ao menos três perspectivas explicativas da realidade. Uma fala sobre uma inserção social subordinada permitindo que determinados indivíduos passem por carências e situações de risco. A segunda diz respeito à retirada de direitos sociais de alguns grupos, o que não permite o exercício pleno da cidadania e o terceiro busca entender as fragilizações dos vínculos sociais e tem em seu princípio uma análise das formas de integração social. (LEAL, 2005).

A exclusão social, ainda que sob grande questionamento conceitual, possibilitou as discussões de problemas sociais como a precarização do trabalho, a violência, o aumento do desemprego, que invariavelmente afeta grupos específicos nessas sociedades. Os questionamentos que surgem a partir dessas questões colocaram em foco a dificuldade que o Estado tem tido ao longo desse processo de agir para minimizar essas vulnerabilidades e permitir uma proteção social dos indivíduos. Entre esses grupos socialmente excluídos está a PSR.

Apesar de o Brasil ter melhorado consideravelmente seus indicadores de pobreza nas últimas décadas, aumentando o emprego e a renda dos trabalhadores, inserindo-os no mercado de consumo e produção, a distribuição de renda não acompanhou no mesmo ritmo a melhora desses índices. Em algumas metrópoles brasileiras, caso de Goiânia, existiu uma maior concentração da riqueza e uma explosão nas taxas de violência que afetam diretamente a PSR goianiense. São pessoas com baixíssimo nível de escolaridade e que se encontram desempregados ou em atividades remuneradas muito precárias. Vieram de fora do Estado de Goiás, muitos na perspectiva de melhora de vida, seja pela conquista de um bom trabalho ou por oportunidades de estudo, mas que acabaram pelas ruas da cidade. Essa população encontra-se numa situação de vulnerabilidade e risco em

que, por serem potencialmente ameaçadores para as camadas mais elitizadas da sociedade, está suscetível a vitimizações de variados agentes sociais, entre elas, uma violência advinda das próprias forças de segurança do Estado. Não por coincidência, o perfil da PSR de Goiânia é muito parecido com as pessoas que mais morrem no Brasil, segundo o Mapa da Violência (2016), como também não é uma coincidência o verdadeiro extermínio da PSR na capital goiana entre 2012 e 2015.

Para mitigar os problemas específico dessa população relacionado a falta de trabalho, ou ao rompimento dos vínculos sociais, bem como as situações de violência, foram criadas, ao longo da década de 2000, várias resoluções e medidas assistenciais no país. No ano em que o Censo foi realizado em Goiânia, a SEMAS com sua unidade de abrigo para essas pessoas, a Casa da Acolhida Cidadã, era a principal responsável por executar as atividades de proteção social desses indivíduos. A CAC abrigava 40,5% de toda a população encontrada no município. Embora houvesse problemas como as abordagens realizadas pela Guarda Civil Metropolitana dentro da instituição, considerada muitas vezes abusiva e truculenta, ou questões ligadas a baixa qualidade da infraestrutura do abrigo, ela é considerada fundamental no auxilio dessas pessoas. No ano de 2016 como última medida para que Goiânia atendesse todas as diretrizes para a PSR, foi inaugurado o Centro POP, que passou a dividir com a Casa da Acolhida as responsabilidades nas políticas assistenciais.

A CAC e o Centro POP hoje são os principais responsáveis por tentar reinserir a PSR no mercado de trabalho e em novas redes sociais que possibilitem uma integração com o restante da sociedade. Ainda assim, os problemas que atingem essa população, são de difícil resolução, uma vez que, eles revelam o próprio funcionamento e estrutura do funcionamento do capitalismo. Dessa forma as medidas assistenciais são pouco efetivas se não vierem acompanhadas de políticas que minimizem as vulnerabilidades dessas pessoas como políticas voltadas para o campo educacional específicas para essa população e de atividades profissionais que estejam protegidas das fragilidades do sistema econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**, Brasília , v. 15, n. 2, p. 303-330, Dec. 2000. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922000000200006&lng=en&nrm=iso. Access on 14 jun. 2017.

ARAÚJO, Carlos Henrique. 2000. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, p. 88-120.

ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARZABE, P.H.M. direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social. (Tese de Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/. Acesso: 25 março, 2017

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; "A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero". IPEA, Janeiro, 1997.

BAPTISTA, M. T. Identidade profissional: questões atuais. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (Orgs.). Uma psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 145-154.

BECKER, Howard S. *Outsiders*. Estudos de Sociologias do Desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editora, 2008.

BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanista.* Petrópolis: Vozes, 1983.

BERNARDES, Ana Cristina Prates. OLIVEIRA, Giovana Aglio de. SOUZA, Raquel Ribeiro de. OLIVEIRA, Juliene Aglio de. O Processo de Gestão no Creas: Limites e Possibilidades na Construção de Respostas Profissionais Sustentáveis. Disponível em: < http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/2884/2662>. Acesso em: 12 de Maio de 2014.

BESSA, Décio. Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. P.54-121. Tese (doutorado em linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução.* Elementos para uma teoria do sistemas de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

BRASIL. DECRETO DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**.** Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Sumário Executivo: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. LEI Nº 11.258, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005**.** Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, Lei 12.435/12. 1993

BRASIL. Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasilia : MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação : Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL (2006). Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006. Regulamentou o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua para municípios com mais de 250 mil habitantes.

BRASIL. Portaria Nº 139, de 28 de junho de 2012, altera a Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o cofinanciamento de serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) e serviços de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua. Brasil, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013

BUARQUE, C. O que é apartação: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Vidas desperdiçadas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BURSZTYN, Marcel (0rg.). 2000. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, p. 27-54.

Cadastro da População em Situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre. 2011. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/relatorio_final19mar%5b1%5d.pdf. Acesso: 24, julho, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, A et al. Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, Luis Antonio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. Tempo social, revista de sociologia da USP, V.23,N.2, p. 265 -295. 2011.

CARRETEIRO, Tereza Cristina. "A Doença como projeto" – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. PetrópolisRJ: Vozes, 1999. p. 87-96.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à "desfiliação". *Cadernos CRH*, 26/27, p. 19-40, 1997.

_____. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

_____.As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário 2ª edição. Petropolis, Rj: Vozes, 1999.

COGGIOLA. O (2001). O comércio de drogas hoje. *Rev Olho da História* [periódico *on line*] (4). Disponível em <http://www.ufba.br/~revistao/04coggio.html>.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. RESOLUÇÃO CNAS N. 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-tipificacao_de_servicos.pdf . Acesso: 21 março, 2017.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de Rua. Revista virtual textos & contextos, nº 4, Dez 2005.

COSTA, Paula; SILVEIRA, Sheila. O mundo do trabalho no Brasil independente e republicano; a invenção da/do trabalhadora/trabalhador nacional através do mito da vadiagem. In: ROBERTO, Giordano; SIQUEIRA, Gustavo; FONSECA, Ricardo. História do Direito. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago.* Campinas: Papirus, 1995.

Crack, É Possível Vencer. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/crack-e-possivel-vencer. Acesso: 18 junho, 2017.

CUTTI, D. Migrantes ou Carentes ? A trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes-AVIM. *Travessia Revista do Migrante,* ano X, n° 29: 25-29, 1997.

DANTAS, Monica. Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5015 . Acesso em: 15/05/2017.

DELOR , F.; HUBERT , M. Revisiting the concept of 'vulnerability'. Soc. Sci. Med., v.50, n.11, p.1557-70, 2000.

DEMO, P. Charme da exclusão social. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. Pobreza da pobreza. Petrópolis, Vozes, 2003.

DI FLORA. Marilene. 1987. *Mendigos*: por que surgem, por onde circulam, como são

tratados? Petrópolis: Editora Vozes.

DOMINGUES JR., P. L. População de rua, cooperativa e construção de uma .cidadania. (um estudo de caso sobre a COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda.). 158 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DUPAS, G. Economia global e exclusão social. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho informal, Sofrimento e alienação no século XXI: O trabalho nas ruas de Salvador. Monografia de Conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais. UFBA. Salvador, 2004.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO. M. R. & CARVALHO NETO, A. (Orgs.). Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC/MG, 1999. p. 69-83.

ESCOREL, Sarah**.** *Vidas ao léu***:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro; Fiocruz, 1999.

FASSIN, D. Marginalidad ET marginados, La construction de la pauvreté urbaine em Amérique Latine. In: PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'etat des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.

FERNANDES, Reynaldo; Filho, Naércio A. MENEZES; "A Evolução da Desigualdade no Brasil Metropolitano entre 1983 e 1997"; Dep. Economia da USP, Outubro-Dezembro, 2000.

FERREIRA, Frederico. P. M. População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005. *Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais*, 2005. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf. Acesso em: 17 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.* Petrópolis. Vozes, 1977.

FRANGELLA, S. M. (2004). Corpos urbanos errantes Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo. tese de Doutorado. Campinas, Unicamp.

FRATTARI, Najla. *Insegurança*: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia. Goiânia, 2009. Tese (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás.

GEREMEK, Bronislaw. (1995). *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo, Cia. Das Letras.

GOIÂNIA. DECRETO Nº 2460, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

GUARESCHI, P. A. Ideologia. In: JACQUES, M. G. C. et al. (Orgs.). Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 89-103.

HELOANI, Roberto. Gestão e organização no capitalismo globalizado: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo. Atlas, 2003, p124-125.

HONNETH, A. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. Political Theory, 20(2). 187-201, 1992.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). Censo 2010. Acesso em 15 de Fevereiro de 2017, disponível em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: http://www.censo2010.ibge.gov.br/

INSTITUO MAURO BORGES. Perfil dos Municípios Goianos. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/. Acesso: 24 março, 2017.

IPEA . (2007). *Programas focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o Debate.* Texto para a discussão n. 1283. Brasília.

_____. (2011). Mudanças recentes na pobreza brasileira. *Comunicados IPEA* n. 111. Brasília.

JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMOYO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E. & CODO, W. (Orgs.). Trabalho, organizações e cultura. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, s.d. p. 41-47.

KLAUMANN, Alexandre. Moradores de Rua - Um enfoque histórico e socioassistencial da População em Situação de Rua no Brasil: a realidade do centro pop de rio do sul/sc. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf. Acesso 12, fev. 2017.

KOWARICK, R. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 4 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. 222 p.

_____. Cidadão privado e subcidadão público. São Paulo em perspectiva 5(2), 2-8. 1991.

_____. As lutas sociais e a cidade 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994)

LANGONI, C. G. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

LEAL. G. F. Abordagens da exclusão social no Brasil na virada do milênio. Estudos de Sociologia. v. 16. n. 1. p. 137-156.

LOPES, José. Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeiticidade. Psicologia e Sociedade; 18(2): 13-24; mai-ago. 2006.

MACHADO, Luis Antônio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, vol.19, no. 1 Jan/Jun 2004. Brasília: Ed. UnB, 2004.

MAGNI, C. T. (1994). *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1967.

MARTINS, J.S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, R. M.; CASTANHO, M. I. S. & FERREIRA, R. F. Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade: uma leitura da autobiografia de Esmeralda. Estudos e Pesquisas em Psicologia, ano 3, n. 1, p. 119-138, 2004.

MARX, Karl (2008) O Capital: Crítica da Economia Política. Vol I. RJ: Civilização Brasileira.

MELO, Tomás. A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. *Dissertação*. Dissertação defendida na Universidade Federal do Paraná pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Curitiba, 2011.

MINAYO , M.C.S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. Cad. Saúde Publica, v.6, n.3, p.278-92, 1990.

_____. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro. V. 10, n. 1, p. 7-18. 1994.

MONTALI. Lilia; LESSA. Luiz, Henrique. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 503-533, jul 2016.

NASCIMENTO, E.P. Projetos Nacionais e Exclusão Social. Brasília, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A exclusão na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: DINIZ, E; LOPES, J.S.L.

OLIVEIRA, Dijaci David de; SANTIBANEZ, Dione Antonio de Carvalho de Souza (ccord.). Censo e perfil da população em situação de rua na cidade de Goiânia. Goiânia: Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (Necrivi), 2015.

OLIVEIRA. Dijaci, David de; JESUS, Simone. Corpos indigentes: a identificação dos corpos com identidade ignorada encontrados no Estado de Goiás. Direitos Humanos e Democracia: Desafios, Contradições e Perspectivas. IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG). 11 a 14 de novembro de 2015, Goiânia/GO.

OLIVEIRA, João Barbosa de; "Renda per Capita, Desigualdades de Renda e

Educacional, e Participação Política no Brasil"; IPEA, Outubro, 2001.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? – Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *RBCS***,** n. 33, ano 12 fev. 1997

PARANHOS, Adalberto. O Roubo da Fala. Boitempo Editorial, 1999.

PASSARO, Joanne. (1996). *The unequal homeless* – men on the streets, women in their place. New York: Routledge.

PERES, M.F.T. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: Cruz, M.V.G.; Batitucci , E.C. (Orgs.). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p.125-39.

PEREZ. Fabiola. *O serial killer de Goiânia*. Diposnivel em: http://istoe.com.br/388143_O+SERIAL+KILLER+DE+GOIANIA/. Acesso: 14 jun, 2017.

PERGENTINO, Paula. "SUAVE" GUERRA ÀS DROGAS: usuários em situação de rua. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social. UFPE, Pernambuco. 2014.

Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP SUAS e População em Situação de Rua Volume 2 Brasília, 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf. Acesso: 26 março, 2017.

Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014

POLEY. Martins Ferreira, Frederico, (2006). população em Situação de Rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005. in de Paula, João Antonio and Alli, Et eds., Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 12th Seminar on the Economy of Minas Gerais], Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

População de Rua: um direito a cidade. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf. Acesso: 24, julho, 2016.

POZZO, Clayton; FURINI, Luciano. O conceito de exclusão social e sua discussão Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 10 v.1, Janeiro a junho 210, p 86-92.

RAMOS, L. e VIEIRA, M. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (Texto para Discussão, no 803).

REIS, Adriana. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero,patriarcadoescravidao.pdf. Acesso: 12 fev, 2017.

REIS, D. População em situação de rua e a sua relação com o trabalho: as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. Monografia. Florianópolis, 2012.

RELATÓRIO COMPLETO DO CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO SÃO PAULO MAIO/2015. Disponível em : http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%205%20-%20MAI%2015.pdf. Acesso: 23, julho, 2016.

ROCHÉ, Sebastian. *Insécurité et libertes*, Paris, Seuil, 1994.

RODRIGUES, José Carlos. (1999). *O corpo na História*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

ROSANVALLON, P. La nouvelle question socale. Repenser l'etat providence. Paris: Sueil, 1995.

RUOTTI, C.; MASSA, V.C.; PERES, M.F.T. Vulnerability and violence: a new conception of risk for the study of youth homicides. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.15, n.37, p.377-89, abr./jun. 2011.

SANTOS, B. . Pela mão de alice: o social e o político na pós modernidade. São Paulo, Cortez, 1995.

SANTOS, Julio Cezar dos; BEVILACQUA, Solon. População de rua e (des) proteção social: uma análise da política nacional para a população em situação de rua. *Anais eletrônicos da CIEGESI.* Encontro científico do PNAD/UEG, v. 1, n. 1, p. 484-498, 2012. Disponível em: www.prp.ueg.br/revista/index.php/ciegesi/article/view/1126/861. Acesso em: 10 set. 2014.

SEBES. População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo, Hucitec. 1992.

SEGURIDA, JUSTIÇIA Y PAZ. Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo. Ciudad de México, 6 de abril de 2017.

SENNET, R. (1997). *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro, Record.

SILVA, Guilherme. Uma questão de cidadania: a violência praticada contra a população em situação de rua em Goiânia, 2014.

SILVA, Maria Lúcia da. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-200.* Dissertação (Mestrado): Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006.

SILVER, H. Reconceptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion. In: Rogers, G: Gogre, C; Figueiredo J; (Orgs). Social Exclusion: rhetoric, reality, responses. Genebra: International Insitute of Labor Studies, 1995.

SHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. 2010. P. 2-23.

SNOW, David ; ANDERSON, Leon. 1998. Desafortunados: *Um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis/RJ: Vozes

SOARES, Sergei. "Desigualdade, Educação e Pobreza no Brasil"; IPEA, 2002.

SOUZA, J. Uma teoria crítica do conhecimento. Lua Nova, 2000.

SPOSATI, Aldaísa. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: *Os direitos (dos desassistidos) sociais.* São Paulo, Cortez, 1989.

_____.Mapa da exclusão/inclusão da cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 1996.

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do equador. In: VÉRAS, M.P.B (ed). Por uma Sociologia da Exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ: 1999. Pp. 126-138

_____. Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90. Disponivel em: < www.geopro.br/exclusao> . Acesso em 22 de hulho de 2003.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Terceiro Censo de População em situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=20140430_resultados_dados_censo_pop_rua_2013.pdf. Acesso: 24, julho, 2016.

TOSTA, T. L. D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 201-229.

TOURAINE, A. Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes. 2ª edição. México, Fondo de Cultura Economica, 2000.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza(urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R.R (org.) *Corporativismo e Desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Iuperj/ Rio Fundo, Rio de Janeiro, 1991.

VASCO, Ludmila. Albergue para pessoas em situação de rua. Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - 8ª Edição nº 009 Vol.01/2014 dezembro/2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

VÉRAS, M.P.B. Exclusão social – um problema de s00 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, B. op. Cit, 2001, p. 27-50

_____.Por uma sociologia da exclusão Social: p debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

VIEIRA, M. A. C.; RAMOS BEZERRA, E. M.; MAFFEI ROSA C.M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

VITAL, Christina. A cidade para os civilizados: significados da ordem pública em contextos de violência urbana. *Dilemas,* Rio de Janeiro: UFRJ, v.5, n.231, p.211-232, abr./jun. 2012.

WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no brasil. Flacso Brasil. 2016.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão In: SAWAIA, B. op. Cit., 2001. Pp. 16-26.

WEISSHEIMER, M. A. (2010). *Bolsa Família. Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de família no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social* Revista de

Sociologia da USP 9(1), São Paulo, USP, p.5-41, maio de 1997.

XIBERRAS, Martine. Les Théories de l'exclusion: pour um construction de l'imaginaire de la déviance, Paris: Méridiens Klincksieck, 1994.

ZALUAR, Alba. "Quando a rua não tem casa". Salvador, *Cadernos do CEAS*, 151. 1994.

ZIONI, Fabiola. Exclusão Social: noção ou conceito?. Saúde e Sociedade, v.15 n.3 p. 15-29. Set-dez 2006.

ANEXOS

-GUIA DE INSTITUIÇÕES – ALCOOL E DROGAS /GOIÂNIA

REGIÃO NOROESTE

1-COMUNIDADE LUZ DA VIDA/CASA MÃE DE DEUS

Endereço: Alameda das Azaléias Qd 24 Lt 18 Setor Recreio dos Bandeirantes
Coordenação/contato: Elisângela/Maria Lúcia
Fone: 3577 3245/9180 9407
E-mail: freitasmarialucia41@yahoo.com.br
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo feminino (inclusive gestantes)
Faixa Etária: a partir 18 anos
Tipo de atendimento:(internação) de dependentes químicos: álcool, drogas, tabagismo, etc.
Natureza: não governamental (doações voluntárias)

2- COMUNIDADE LUZ DA VIDA/PROJETO LUZ QUE LIBERTA

Endereço: Alameda dos Álamos Qd 08 Lt10 Setor Recreio dos Bandeirantes
Coordenação/contato: Ari Júnior/Alessandro
Fone: 3271 7595
ANEXOS
E-mail: não tem
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo masculino
Faixa Etária: a partir 18 anos
Tipo de Atendimento: (internação) de dependentes químicos: álcool, drogas, tabagismo, etc.
Natureza: não governamental (doações voluntárias).

3- ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA/ASSOPROH

Endereço: Alameda dos Álamos, setor Recreio dos Bandeirantes.
Coordenação/Contato: Imaculada Conceição
Fone: 9626 1282/ 3207 2962/ 8154 1780
E-mail:
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo feminino
Faixa Etária:
Tipo de Atendimento:
Natureza: não governamental

4- ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO GIDEÕES

Endereço: Rua das Azaleias Qd 24 Lt 23 setor Recreio dos Bandeirantes
Coordenação/Contato: Milton Alves
Fone: 3293 1666/9684 7866
E-mail:

Público Alvo:
Faixa Etária:
Tipo de Atendimento:
Natureza: não governamental

5- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS – CAPS AD

Endereço: Av. São Domingos nº 01 Qd 01 Lt 02 Vila Mutirão
Coordenação/contato: Carmen Rodrigues
Fone: 3524 3458
E-mail: capsnoroeste@sms.goiania.go.gov.br
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo feminino e masculino
Faixa Etária: adultos
Tipo de Atendimento:
Natureza: Governamental

6- CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS – CEREA

Endereço: Rua Barão de França Qd 132 Lt 03 Jardim Nova Esperança
Endereço: Av. do Povo Qd 117 Lt. 17 e 18 Jd. Curitiba III
Endereço: Rua Solar dos Alpes Qd. 02 Lt. 03, Salão dos Vicentinos, Setor Morada do Sol.
Coordenação/contato: Vilmon Silveira/Divino de Oliveira/Claudionor
Fone: 9213 1696/91051693/ 3567 6180
E-mail:
Público Alvo: Dependentes de Álcool/sexo feminino e masculino
Faixa Etária: adolescentes e adultos
Tipo de Atendimento: Reuniões semanais e acompanhamento individual.
Natureza: não governamental.

REGIÃO CENTRAL

1-ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO AMOR EXIGENTE

Endereço: Rua 24 nº25 Setor **Central** (Centro Pastoral Dom Antônio)
Endereço: Centro Comunitário do Santuário de **Campinas**
Coordenação/contato: Carmén Lúcia/ Dirce Maia
Fone: 3205 2759/ 3954 1164 Carmén / 8518 4303 9996 9684 Dirce
E-mail: recal@hotmail.com/ dircemaia2010@gmail.com
Público Alvo: dependentes químicos/sexo masculino e feminino
Faixa Etária: adolescentes e adultos
Tipo de Atendimento: Palestras e acompanhamentos

Natureza: Não governamental

2-MINISTÉRIO JOVES LIVRES

Endereço: Rua L14 nº150 Bairro Feliz (triagem)
Coordenação/contato: Pollyanna
Fone: 3261 3117/3261 7368
E-mail: mjl.goiania@hotmail.com
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo masculino
Faixa Etária: a partir de 18 anos
Tipo de Atendimento: palestra e internação
Natureza: Não governamental

3-GENTE LIVRE – CENTRO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS:

Endereço: Rua Direira Qd:02 Lt:14 Setor Sol Nascente CEP: 74.210.126
Coordenação/contato: José Galdino
Fone: 4141 7141/8562 4045/32782777
E-mail: galdynnus@hotmail.com
Público Alvo: crianças, jovens, adultos(dependentes químicos)
Faixa Etária: todas as idades
Tipo de Atendimento: Palestras e encaminhamento p/ clínicas
Natureza: Não governamental (doações)

4-ASSOCIAÇÃO SERVOS DE DEUS

Endereço: Rua Santa Gertrudes nº381 Setor Coimbra
Coordenação/contato: Elza
Fone: 4013 7105/4013 7119
E-mail: associacaoservosdedeus@hotmail.com
Público Alvo:
Faixa Etária:
Tipo de Atendimento: Palestras/Grupos de Acompanhamento
Natureza: Não governamental

5- GRUPO DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS- GEED

Endereço: Rua 05 nº 883 sala 711/713 Palácio de Prata Delmiro Martins Fonseca Setor Oeste
Coordenação/contato: Ivânia Fernandes
Fone: 3201 4178/4179

E-mail: geed@geed.go.gov.br
Público Alvo:
Faixa Etária: Indeterminada
Tipo de Atendimento:
Natureza: Governamental

6- PROJETO "MAÇONARIA CONTRA AS DROGAS"

Endereço: Rua Armogaste José Silveira nº250 Setor Marechal Rondon
Coordenação/contato: José Walter
Fone: 3211 1010/
E-mail: barbosanunes@terra.com.br
Público Alvo: Público em geral
Faixa Etária: Indeterminada
Tipo de Atendimento: Projeto atende à todo Estado de Goiás , com palestras, formação de multiplicadores na prevenção do uso e abuso de álcool e outras drogas.
Natureza: não governamental

7- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GOIÁS/PROGRAMA LIONS QUEST

Endereço: Rua 02 nº 230 sala 506 Ed. Carlos Chagas Setor Central
Coordenação/contato: Ana Maria
Fone: 3224 5206/3223 5455
E-mail: lionsquest@unilions.org
Público Alvo: Público em geral
Faixa Etária: Crianças e adolescentes
Tipo de Atendimento: Programa de Prevenção à dependência química, desenvolvidos para escolas de ensino médio e fundamental.
Natureza: Não governamental.

8- ALCOOLICOS ANÔNIMOS –" AA"

Endereço: Av: Araguaia nº 639 – **Setor Central** (acima hotel Dom Bosco)
Endereço: Praça Santo Afonso s/n igreja de campinas - **Setor Campinas**
Coordenação/contato: Orozimbro Braga Neto
Fone: 32230445
E-mail: eslaago@alcoliscosanonimosdegoias.org.br
Público alvo: masculino e feminino
Faixa Etária: adultos
Tipo de atendimento: Adolescentes ou adultos que frequentam reuniões são
Natureza: Não governamental.

9- Narcóticos Anônimos – "NA"

Endereço: Rua 19 Nº 35 Edifício Dom Abel – salão Paroquial – Centro
Coordenação/Contato:
Telefone: 9618-7735
E-mail:
Público Alvo: masculino e feminino
Faixa Etária: jovens e adultos

Tipo de Atendimento: reuniões todas as quarta-feira e domingo as 20h com palestras.

Natureza: Não governamental.

10-PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD

Endereço: Av. Contorno c/ Av. Goiás s/n Setor Norte Ferroviário

Coordenação:

Telefone: 3269 3315/3313

E-mail: proerd@pm.go.gov.br

Público Alvo: alunos do ensino fundamental

Faixa Etária: crianças e adolescentes

Tipo de Atendimento: Palestras de prevenção às drogas para alunos de escolas públicas ou privadas.

Natureza: Governamental

11- Casa de Acolhida Santo Tomaz de Villa Nova

Endereço: Rua Francisca C. Cunha nº 390 Setor Aeroporto (antiga rua 26A

CEP: 74.075-300.

Coordenação: Neuza

Telefone: 3225-9146

E-mail: n-mbs@hotmail.com

Publico Alvo: masculino

Faixa Etária: adulto

Tipo de Atendimento: álcool, população de rua, alimentação, atendimento emergencial, não tem internação.

Natureza: Governamental

12- CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS – CEREA

Endereço: Av. Dom Prudêncio esq. Com Rua 605 nº 321, centro Comunitário, setor São José

Coordenação: Célia Maria Mendes

Telefone: 3576 3642

E-mail:

Público Alvo: Dependentes de Álcool/sexo feminino e masculino

Faixa Etária: adolescentes e adultos

Tipo de Atendimento: Reuniões semanais e acompanhamento individual.

Natureza: não governamental.

REGIÃO SUL

1- PRONTO SOCORRO PSIQUIÁTRICO WASSILY CHUC (24 HORAS)

Endereço: Av. T03 nº 600 Setor Bueno
Coordenação: Melissa Ribeiro
Telefone: 3524 8286/8287/8288
E-mail:
Público Alvo: masculino e feminino
Faixa Etária: indeterminada
Tipo de Atendimento: consultas de urgência e emergência, e encaminhamentos as clínicas especializadas em tratamento à drogadição e ambulatorial
Natureza: não governamental

2- COMUNIDADE TERAPÊUTICA ÁGUAS DE MERIBÁ

Endereço: Rua 230 nº 168 Setor Universitário (escritório)
Coordenação: Pr. Sergio Paulo
Telefone: 3208 7022
E-mail: conselho@batista-go.org.br , terrafertil@brturbo.com.br
Público Alvo: Dependentes químicos e alcolatras /sexo feminino
Faixa Etária: Adultos
Tipo de Atendimento: internação
Natureza: Governamental

3- CLÍNICA BOM JESUS

Endereço: Avenida T-3 nº 600 Setor Bueno Cep:74.210-240
Coordenação:
Telefone: 3941-5591/3945-5591
E-mail diretoria@clinicabomjesus.com.br
Faixa Etária: indeterminada
Atendimento: transtorno mental e alcoolismo
Natureza: não governamental

4-CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS - CAPS AD CASA

Endereço: Rua 104 nº 587 Setor Sul
Coordenador: Simone
Telefone: 3524-1739/3524-1703
Coordenadora: Simone
E-mail:caps@sms.goiania.go.gov

Sexo: feminino e masculino

Faixa Etária: adulto a partir de 18 anos

Natureza: governamental

5- CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS – CAPS AD GIRASSOL

Endereço: Rua R-5 Qd: 07 Lt: 03 Setor Oeste Cep: 74.215-070

Coordenador: Roberto Vaz

Telefone: 3524 2489

E-mail: capsgirassol@gmail.com

Público Alvo: infanto-juvenil

Tipo de Atendimento: álcool e drogas (prevenção e tratamento)

Natureza: governamental

6- Escola sem Drogas

Endereço: rua 17 nº 484 – setor Oeste CEP: 74.140-050

Coordenação:

Telefone: 3201-2678

E-mail: escolasemdrogas@aapj.go.gov.br

Público Alvo: alunos de escolas de nível fundamental

Faixa etária: adolescentes e adultos

Tipo de Atendimento: prevenção através de palestras

Natureza: governamental

7- Amor Exigente

Endereço: Rua C-252 Qd: 589 Lote: 12 Setor **Nova Suíça**

Endereço: Salão Paroquial da Igreja São José, Praça do Cruzeiro, **Setor Sul**

Endereço: Igreja São Sebastião Av. C 05 esq. Com C 33 **Jardim América**

Coordenação: Claúdia (Nova Suiça) Sônia (setor Sul) e José vanin (Jardim América)

Telefone: 3545 4901/3259 9003 Claúdia - 3541 6558/8198 1954 Sônia 3095 1675 3291 1647 – José Vanin

E-mail: claudianakano@gmail.com/ soniap.jungmann@terra.com.br

Público Alvo: Dependentes Químicos

Faixa Etária: Adolescentes e adultos

Tipo de Atendimento: Palestras e Acompanhamentos

Natureza: Não governamental

8- Casa da Criança e do Adolescente Talitha Kum
Endereço: Rua 02 Qd A 21 Lt 07 nº 846 Jardim Goiás
Coordenação:
Telefone: 3218 2070
E-mail: cctalithakum@gmail.com
Público Alvo: Adolescentes do sexo feminino encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude.
Faixa Etária: Crianças e adolescentes
Tipo de Atendimento: Acolhimento
Natureza: Não Governamental

9 – Associação Beneficente Manancial/ Vencer sem Drogas
Endereço: Al. Ricardo Paranhos nº728 setor Marista
Coordenação: Leila de Oliveira
Telefone: 3945 4917/ 8476 7813/ 3241 4713
E-mail: contato@manancial.com.br/ leila.o.c@hotmail.com
Público Alvo: Dependentes Químicos/sexo masculino e feminino
Faixa Etária: adulto/ sexo masculino e feminino
Tipo de Atendimento: Palestras/Grupos /Acompanhamentos
Natureza: Não governamental

10 – Missão Resgate da Paz
Endereço: Rua C 34 Qd 10 Lt 14 Jardim América
Coordenação: Sheridam Oliveira
Telefone: 3286 6062
E-mail: missaoresgatedapaz1998@hotmail.com
Público Alvo: dependentes químicos/ sexo feminino
Faixa Etária: adulto
Tipo de Atendimento: Acolhimento/internação
Natureza: Não Governamental.

REGIÃO NORTE

01 – Centro de Recuperação Vida Nova
Endereço: Alameda das Chácaras nº 165 Jardim Guanabara
Coordenação: Marcos Oliveira
Telefone: 8519 2414/3264 8832

E-mail: pastoripu@hotmail.com
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo masculino
Faixa Etária: adulto
Tipo de Atendimento: Acolhimento/internação
Natureza: Não Governamental

02 – Desafio Jovem/ Restauração Shalom
Endereço: Rua 02 A chácara 02 Recreio Samambaia
Coordenação: Fábio
Telefone: 3211 4352/ 3211 4384
E-mail: adm@desafiojovemgo.com.br
Público Alvo: Dependentes químicos/sexo masculino
Faixa Etária: Adulto
Tipo de Atendimento: Acolhimento/internação
Natureza: Não Governamental

03 – Associação de Saúde Mental Infantil de Goiás - ASMIGO
Endereço: Av. João Leite chácara 37 Setor Santa Genoveva
Coordenação: Edmilson/Sanzio Rodrigues
Telefone: 4141 6615/8254 7530/8530 8928
E-mail: contato@ctamigosdaluz.com.br
Público Alvo: Clínica de Recuperação de transtorno mental e dependência química para adolescentes, encaminhados pelo Wassily Chuck e particular.
Faixa Etária: crianças até 12 anos
Tipo de Atendimento: internação com atendimento clínico
Natureza: Não Governamental

04 – Centro de Recuperação de Alcoolatras – CEREA
Endereço: Rua GB 39 esq. Com GB 28 Qd 53 Qd. 53 Lt. 01 Jd. Guanabara III
Endereço: Rua São Paulo esq. Com Rua Prudente de Morais
Coordenação: José Costa
Telefone: 3207 1913/9644 3793
E-mail:
Público Alvo: Dependentes de Álcool/sexo feminino e masculino
Faixa Etária: adolescentes e adultos
Tipo de Atendimento: Reuniões semanais e acompanhamento individual.
Natureza: não governamental.

REGIÃO SUDOESTE

01 – Centro de Recuperação de Alcóolatras – CEREA

Endereço: Av. César Lates nº 1.268 Conjunto Cachoeira Dourada

Coordenação: ??

Telefone: 3258 1146

E-mail:

Público Alvo: Dependentes de Álcool/sexo feminino e masculino

Faixa Etária: adolescentes e adultos

Tipo de Atendimento: Reuniões semanais e acompanhamento individual.

Natureza: não governamental.

02- Hospital Espírita Eurípedes Barsanufro

Endereço: Via Ana Luzia de Jesus, s/n setor Rio Formoso

Coordenação: Dr. Jeziel da Silva Ramos

Telefone: 3236 1200

E-mail: contato@casadeeuripedes.com.br

Público Alvo: Serviço especializado no atendimento para dependentes de álcool e outras drogas, com uma equipe multidisciplinar.

Faixa etária: adolescentes e adultos

Tipo de atendimento: Internação (encaminhados pelo Wassily Chuck)

Natureza: Não governamental (convênio com SUS)

03- Ministério Filantrópico Terra Fértil (Abrigo Adonai)

Endereço: Av. Pedro Ludovico Teixeira KM 0 s/n Fazenda Santa Rita 1, Parque Oeste Industrial

Coordenação: Moisés Rodrigues

Fone: 3241 8723/9147 3458

E-mail: mfterrafertil@gmail.com

Público Alvo: crianças e adolescentes em situação de rua, com iniciação à prática de atos infracionais ,vítimas de abuso e exploração sexual e usuário de drogas (masculino)

Faixa Etária: crianças e adolescentes até 18 anos.

Tipo de Atendimento: Acolhimento em regime de "Casa Lar".

Natureza: Não governamental

REGIÃO LESTE

01- Ministério Filantrópico Terra Fértil (Abrigo Caminho de Esperança)
Endereço: Av. D. Fernando nº 945 Chácara do Governador
Coordenação: Marilene dos Santos Tavares
Fone: 3241 8723/9147 3458
E-mail: mfterrafertil@gmail.com
Público Alvo: crianças e adolescentes em situação de rua, vítimas de abuso e exploração sexual e usuário de drogas (feminino)
Faixa Etária: crianças e adolescentes até 18 anos.
Tipo de Atendimento: Acolhimento em regime de "Casa Lar".
Natureza: Não governamental

02- Ministério Pão e Vida
Endereço: Rua Londrina, chácara 321 Jardim Novo Mundo
Coordenação: Luiz Aurélio
Fone: 3284 1703
E-mail:
Público Alvo: masculino
Faixa Etária:
Tipo de Atendimento:
Natureza:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL (SEMAS)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE DA UFG
(NECRIVI)

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(semiestruturado)

ROTEIRO

Lembretes Iniciais:

- **Checar o gravador;**

A – APRESENTAÇÃO

Se apresentar e falar sobre a pesquisa.

B – PERFIL DO ENTREVISTADO

01) Idade _____ anos

02) Sexo: 1. Masculino 2. Feminino

03) Cor (ibge): 1. Branco(a) 2. Preto (a) 3. Pardo(a) 4. Amarelo(a) 5. Indígena 6. Recusou-se a se classificar. Outra ***[especificar]*** _____

04) Local de origem _____

05) Possui domicílio fixo? Se sim, onde?

06) Estado civil:

07) O cônjuge possui alguma atividade renumerada?

08) Possui filhos? Onde estão? Qual(is) a(s) idade(s)? Estuda(m)? E/ou exerce(m) alguma atividade remunerativa?

09) Recebe algum tipo de beneficio Municipal/Estadual/ Federal? Se sim qual?

10) Qual o seu grau de escolaridade?

11) Você trabalha?

12) Possui documentos de identificação? Se sim quais? Se não, quais os motivos?

13) Recebe algum tipo de assistência social de organizações não estatais? (Igrejas, grupos religiosos, empresas, ONG's, particulares etc)

C) TRAJETÓRIA DE VIDA

14) Conte-nos sobre a sua infância, adolescência, relação com a família

15) Você passou por outras cidades antes de chegar em Goiânia?

- Quais?

-Já havia vivenciado situações de ruas nessas cidades?

- Quanto tempo?

- Por que escolheu Goiânia?

16) Você já passou por alguma dessas instituições:

*** SEMAS**

*** Casa de acolhida**

*** Complexo 24 horas**

*** Albergues, etc**

D) EXPERIÊNCIA NA RUA

17) Quais são os motivos para a sua permanência nas ruas da capital?

18) Quem são as pessoas que convive no dia a dia?

*** Grupos religiosos**

*** ONG's**

*** Particulares**

*** Empresas**

19) Você tem medo de morar em Goiânia? Por quê?

20) Qual o lado positivo e negativo de viver em Goiânia?

21) Há quanto tempo está em situação de rua? Quais são as suas condições de abrigo/alojamento? A onde prefere ficar?

22) Quais as dificuldades em:

***Alimentação**

***Segurança**

***Abrigo**

*** Higiene pessoal**

E) REPRESENTAÇÃO SOBRE SI E AS INSTITUIÇÕES

23) Como você define sua atual condição? **(espontânea)**

*** Mendigo**

*** Morador de rua**

*** Migrante, etc**

24) O que você acha que a sociedade pensa de você?

25) Hoje você olhando pra si mesmo como você se sente?

26) Você acha que o governo se importa com você?

27) Qual seu maior medo hoje?

28) O que você acha do serviço prestado pelo governo para atender pessoas em situação de rua:(SEMAS, Casa da Acolhida, Complexo 24h, albergues, etc.)
29) Como você se sente quando necessita utilizar os serviços de saúde?
30) O que você pensa sobre a polícia e guarda municipal? Quando os vê, o que sente?
31) Você já recebeu alguma assistência educacional ou profissionalizante? Se sim, quem e/ou qual instituição e que tipo de assistência?

F) TERRITORIALIDADE

32) Quais os locais que você percorre em Goiânia (tanto andança quanto fixação)? E o por quê da escolha destes locais?
33) Nestes locais, existem disputas/conflitos pelo espaço?
***Com comerciantes**
***Com moradores da região**
***Com outros em situação de rua**
***Com a polícia e/ou guarda-civil**
34) Quais são os pontos de maior concentração de pessoas em situação de rua em Goiânia? Você conseguiria me dizer o porquê da escolha destes locais?
35) Quais lugares de Goiânia são melhores para se viver? Por quê?
36) E quais são só piores? Por quê?
37) Como o consumo e o tráfico de drogas afeta os espaços de permanência e de passagem?

G) EXPERIÊNCIAS DE CONSUMO DE DROGAS, TRÁFICO E VIOLÊNCIAS

38) Você já vivenciou alguma experiência de violências?
39) Se você for vítima de qualquer ato de violência, o que você faria? Procuraria algum tipo de ajuda/socorro?
40) Você consome álcool? Se sim, de que maneira o álcool afeta a sua vida?
41) O que você pensa sobre o uso de drogas ilícitas, como maconha, crack etc.? Você consome alguma delas? Quais?
42) Você se considera dependente químico?
43) Em algum momento você teve que fazer coisas que você acha errado para manter

seu vício? Se sim, o quê?

44) Por conta do uso ou da venda de alguma substância ilícita, você teve algum problema com outras pessoas?

*** Outros usuários**

***Traficante**

***Polícia**

45) Você sabe se em Goiânia há regiões de cracolândia? Se sim, como elas funcionam?

46) É comum ouvirmos por aí que há uma relação entre pessoas em situação de rua com o uso de drogas. O que você pensa disso?

47) Como você percebe a questão do crack nas ruas? E de que forma isso afeta a sua vida?

48) Você acha que o consumo e a venda de drogas deixam as ruas mais violentas/perigosas?

H) FINAL

49) O que você pensa sobre o seu futuro?

DIA |_____|_____| MÊS |_____|_____| BAIRRO: _____

N° SPSS: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE (NECRIVI)

Apresentar-se, dizer que é pesquisador da Universidade Federal de Goiás e que está fazendo uma pesquisa sobre a população em situação de rua. Esclarecer que as respostas são sigilosas e que ele/a, entrevistado/a, não será identificado. Explicar que as respostas serão transformadas em números. Seja Cortês! Nome do Pesquisador:_____

Q1 - APLICAÇÃO

Sim **(Se sim, pular para Q3)**	1
Não	2

Q2 - SE NÃO, PORQUE?

Alterado – sob efeito de drogas	1
Dormindo	2
Recusado	3
Não se aplica	99

Q3 - O ENTREVISTADO POSSUI OU APARENTA POSSUIR:

1 - Sim 2 – Não 98 – Não sabe dizer

Deficiência mental	1	2	98
Deficiência física	1	2	98
Ferimento/machucado	1	2	98

Para aqueles que não forem entrevistados, o pesquisador deverá preencher, segundo a sua própria percepção, as questões P1, P2 e P3. Depois finalize!

PERFIL

P1. QUAL A SUA IDADE?

P2. QUAL O SEXO D@ ENTREVISTADX?

Masculino	1
Feminino	2

P3. QUAL A COR/RAÇA? (PERCEPÇÃO DO PESQUISADOR)

Caucasoide / Branco	1
Preto	2
Mulato / Pardo	3
Asiático/ Amarelo	4
Índio	5
Outros	6
NSD/NR	98

P4. QUAL A SUA NATURALIDADE?

P5. ESTADO CIVIL?

Solteiro (a)	1
Casado (a)/Amasiado (a)	2
Divorciado (a)	3
Viúvo (a)	4
NSD/NR	0

P6. A QUAL A SUA ESCOLARIDADE?

Analfabeto	1
Sabe ler e escrever	2
Primário incompleto	3
Primário completo	4
Ensino médio incompleto	5
Ensino médio completo	6
Ensino superior incompleto	7
Ensino superior completo	8
NSD/NR	98

P7 – VOCÊ POSSUI ALGUMA PROFISSÃO?

Sim	1
Não **(Pular para P8)**	2
NSD/NR **(Pular para P8)**	98

P7.1 SE SIM, QUAL?

P8. VOCÊ ATUALMENTE EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA?

Sim	1
Não **(Pular para P9)**	2
NSD/NR **(Pular para P9)**	98

P8.1. SE SIM, QUAL?

P9. VOCÊ POSSUI OS SEGUINTES DOCUMENTOS
1.Sim 2. Não **(SE NÃO, PORQUE?)**

P9.1 Certidão de nascimento	1	2	
P9.2 RG	1	2	
P9.3 CPF	1	2	
P9.4 Título de eleitor	1	2	
P9.5Carteira de trabalho	1	2	
P9.6 CNH	1	2	

P10. QUANTO TEMPO O (A) SENHOR (A) ESTÁ EM SITUAÇÃO DE RUA?

P11. QUAL O MOTIVO PARA O (A) SENHOR (A) ESTÁ NESSA SITUAÇÃO?

12 – QUAL FOI A ÚLTIMA CIDADE QUE VOCÊ MOROU?

_____

( ) Sempre morou em Goiânia (Pular para 14)

13 – NESTA ÚLTIMA CIDADE, VOCÊ JÁ ESTAVA EM SITUAÇÃO DE RUA?

Sim	1
Não	2
NSD/NR	98
Não se aplica	99

P13.1 – PORQUE VOCÊ ESCOLHEU GOIÂNIA?

14 – O (A) SENHOR (A) TEM ALGUM AMIGO (A) OU CONHECIDO (A) QUE ESTAVA NA MESMA SITUAÇÃO QUE VOCÊ E FOI PARA OUTRA CIDADE?

Sim	1
Não **(Se não, pular para P15)**	2
NSD/NR **(Se NSD/NR, pular para P15)**	98

14.1 – SE SIM, SABE DIZER PARA ONDE?

14.2 – SABE DIZER O PORQUE?

P15. VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUNS DESSES CRIMES DESDE QUE ESTÁ NESSA SITUAÇÃO?:
1.Sim 2. Não

10.1 Furto	1	2
10.2 Roubo	1	2
10.3 Estupro ou tentativa de estupro	1	2
10.4 Tentativa de assassinato	1	2
10.5 Agressão verbal	1	2
10.6 Ameaça	1	2
10.7 Agressão física	1	2
10.8 Outro. O que?	1	2
10.9 Outro. O que?	1	2

P16. QUEM FOI O (A) AUTOR (A) DO CRIME?
1. Outra pessoa em situação de rua
2. Policial Militar
3. Policial Civil
4 . Guarda Municipal
5. Moradores da região
6. Comerciantes
7. Traficante
8. Outros
98. NSD/NR
99. Não se aplica

14.1 Furto	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.2 Roubo	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.3 Estupro ou tentativa de estupro	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.4 Tentativa de assassinato	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.5 Agressão verbal	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.6 Ameaça	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.7 Agressão física	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.8	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99
14.9	1	2	3	4	5	6	7	8	98	99

P17. SOBRE AS SEGUINTES SUBSTÂNCIAS E O CONSUMO

Substâncias	**Frequência de consumo** **1) Todos os dias** **2) De 1 a 4 vezes na semana** **3) De 1 a 3 vezes no m ês** **4) Menos de uma vez mês** **5) Menos de uma vez ano/nunca usou**				
Álcool	1	2	3	4	5
Tabaco	1	2	3	4	5
Maconha e Haxixe	1	2	3	4	5
Inalantes e Solventes	1	2	3	4	5
Cocaína	1	2	3	4	5
Crack	1	2	3	4	5

P18. O (A) SENHORA RECEBE ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO DO GOVERNO?

Sim	1
Não **(Pular para P19)**	2
NSD/NR **(Pular para P19)**	98

P18.1 SE SIM, QUAL OU QUAIS?

P19. VOCÊ POSSUI FAMÍLIA?

Sim	1
Não **(Agradecer e encerrar)**	2
NSD/NR **(Agradecer e encerrar)**	98

P19.1 SE SIM, ESTÁ EM SITUAÇÃO DE RUA?

Sim **(Agradecer, encerrar e aplicar com os demais membros da família)**	1
Não	2
NSD/NR	98

P20. VOCÊ TEM PAI, MÃE OU UM DOS DOIS VIVOS?

Sim	1
Não **(Pular para P21)**	2
NSD/NR **(Pular para P21)**	98

P20.1 SE SIM, ONDE ESTÁ:

MÃE	
PAI	

P21. VOCÊ POSSUI FILHOS (AS)

Sim	1
Não **(Se não, encerrar)**	2
NSD/NR **(Se não, encerrar)**	98

P21.1 SE SIM, QUANTOS?

P21.2 QUAL A IDADE DELES E MORA COM QUEM?

Nª	IDADE	MORA COM
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

AGRADECER E ENCERRAR

ESPAÇO PARA ANOTAR PERCEPÇÕES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES DE CAMPO

DIA |_____|_____| MÊS |_____|_____| BAIRRO: _____

N° SPSS: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE (NECRIVI)

Questionário para crianças (Aplicar com 1 dos pais) (apenas criança em situação de rua)

Criança1

P1. IDADE? ☐

P2. SEXO

Masculino	1
Feminino	2

P3. COR/RAÇA

Causcoide/Branco	1
Negro	2
Mulato/Pardo	3
Asiático/Amarelo	4
Indío	5
Outros	6
NSD/NR	98

P4. ESTUDA

Sim	1
Não	2
NSD/NR	98

P5: SÉRIE: _____

Criança 2

P1. IDADE? ☐

P2. SEXO

Masculino	1
Feminino	2

P3. COR/RAÇA

Causcoide/Branco	1
Negro	2
Mulato/Pardo	3
Asiático/Amarelo	4
Indío	5
Outros	6
NSD/NR	98

P4. ESTUDA

Sim	1
Não	2
NSD/NR	98

P5: SÉRIE: _____

Criança 3

P1. IDADE? ☐

P2. SEXO

Masculino	1
Feminino	2

P3. COR/RAÇA

Causcoide/Branco	1
Negro	2
Mulato/Pardo	3
Asiático/Amarelo	4
Indío	5
Outros	6
NSD/NR	98

P4. ESTUDA

Sim	1
Não	2
NSD/NR	98

P5: SÉRIE: _____

Criança 4

P1. IDADE? ☐

P2. SEXO

Masculino	1
Feminino	2

P3. COR/RAÇA

Causcoide/Branco	1
Negro	2
Mulato/Pardo	3
Asiático/Amarelo	4
Indío	5
Outros	6
NSD/NR	98

P4. ESTUDA

Sim	1
Não	2
NSD/NR	98

P5: SÉRIE: _____